

WALDINEI SANTOS SILVA

# O ENSINO DE LÍNGUA INGLESA NO ATHENEU SERGIPENSE (1870 - 1877)

Dia 8 de junho de 1877. Si' ois horas da manhã, presentes os senhores Direz, Affonso,  
D. Barbosa e Guimarães, faltando seu cunhado o Sr. Soares professor, e o Sr. Diretor  
deleam abito a sessão. Presidencia de Sr. de Moraes de secretaria da congregação, que  
tem de funcionar no corrente anno, recada unanime a votação na pessoa de Sr. pro-  
fessor Albano Alentez. O Sr. Affonso propoz a substituição dos elementos de gramma-  
tica inglesa de Thomas Dibrell pela grammatica de Jacob Denzabat. Tanta a  
voz a proposta, foi approvada unanime. Em seguida tentou-se de hora  
antes de oitavas, a congregação assentou que devia continuar a seguir, e o  
horario de anno anterior. Não mais houve a tratar, encerra-se a sessão  
com a leitura de a puncto acta.



O ENSINO DE LÍNGUA INGLESA NO ATHENEU SERGIPENSE  
(1870 – 1877)



Editora  
**SEDUC**

SECRETARIA DE ESTADO  
DA EDUCAÇÃO, DO ESPORTE  
E DA CULTURA



**SERGIPE**  
GOVERNO DO ESTADO

**GOVERNADOR DO ESTADO DE SERGIPE**

Belivaldo Chagas Silva

**Coordenador do Programa Editorial da SEDUC**

Sidiney Menezes Gerônimo

**VICE-GOVERNADORA DO ESTADO DE SERGIPE**

Eliane Aquino Custódio

**Assessor Administrativo do Programa****Editorial da SEDUC:** Jonas José de Matos Neto**SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, DO ESPORTE E DA CULTURA**

Josué Modesto dos Passos Subrinho

**Membros do Conselho Editorial:**

Josué Modesto dos Passos Subrinho (Presidente), Sidiney Menezes Gerônimo (Coordenador), Simone Paixão Rodrigues, Rosemeire Marcedo Costa, Eliana Midori Sussuchi, Débora Evangelista Reis Oliveira, Roberto Jerônimo dos Santos Silva, Aglaé D'Ávila Fontes.

**SUPERINTENDENTE EXECUTIVO DE EDUCAÇÃO**

José Ricardo de Santana

**SUPERINTENDENTE ESPECIAL DE ESPORTE**

Mariana Dantas Mendonça Gois

---

**O ENSINO DE LÍNGUA INGLESA NO ATHENEU SERGIPENSE (1870 – 1877)****Capa:** Desirée Menezes de Jesus**Diagramação:** Desirée Menezes de Jesus**Revisão:** Juliano Beck de OliveiraEditora SEDUC – 2021

---

**DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)**

Silva, Waldinei Santos

S586e O ensino de língua inglesa no Atheneu Sergipense (1870-1877) / Waldinei Santos Silva. – Aracaju : Editora SEDUC, 2021.  
248 f. : il. color – (Coleção Palavra de Educador (a))

ISBN 978-65-5371-022-1

1. História da Educação - Sergipe. 2. Ensino da Língua Inglesa - Ensino Secundário. 3. Atheneu Sergipense - Aracaju, 1870-1877. 3. Compêndio de História. 4. Professor Catedrático - Lente. I. Santos, Waldinei Silva. II. Título.

CDU: 811.111:94(813.7)

**Ficha elaborada pela bibliotecária Ma. Isis Carolina Garcia Bispo – CRB-2037**

SECRETARIA DE ESTADO  
DA EDUCAÇÃO, DO ESPORTE  
E DA CULTURA



**SERGIPE**  
GOVERNO DO ESTADO

Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura - SEDUC  
Rua Gutemberg Chagas, 169, DIA Inácio Barbosa, Aracaju - SE | CEP: 49040-780

## O Programa Editorial da SEDUC

O Programa Editorial da Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura - SEDUC/SE apresenta à sociedade os livros produzidos por estudantes, professores(as), profissionais de gestão e pesquisadores(as) em geral, envolvidos(as) com as redes públicas estadual e municipais da educação sergipana. O lançamento dessas obras sinaliza para a concretização de metas estabelecidas no **Plano de Governo Pra Sergipe Avançar (2019-2022)**, cuja execução contou com a participação do Conselho Editorial da SEDUC, de representantes das comunidades escolares e das academias de letras locais. O resultado dessa construção coletiva está materializado nas **Coleções de livros** do Programa Editorial da SEDUC.

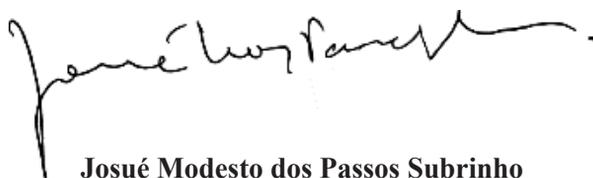
**A magia de escrever e desenhar** é a coleção que cultiva o jardim das primeiras letras, cuidando carinhosamente do processo de alfabetização. A coleção **Estudante escritor(a)** cuida de cada palavra como flor do processo de letramento, que evolui junto com nossos(as) estudantes dos ensinos fundamental e médio.

Já a coleção **Palavra de Educador(a)** transforma dissertações e teses em livros científicos, bem como publica as aventuras docentes pelo universo literário. A coleção **Saberes em gestão educacional**, por sua vez, abriga a produção dos(as) profissionais de gestão que atuam nas estruturas administrativas da SEDUC e Secretarias Municipais de Educação.

**Histórias de Sergipe** é o nome da coleção responsável pela preservação da memória sergipana, ao passo que a coleção **Paradidáticos sergipanos** gesta material de apoio didático para todos os componentes curriculares da educação básica. Por fim, a coleção **Autores(as) da inclusão** abraça as criações de estudantes com deficiência no âmbito da educação

pública do nosso Estado.

Espera-se que, a cada ano letivo, um novo empreendimento editorial seja divulgado, a fim de que as comunidades escolares possam desenvolver uma cultura escolar do hábito da leitura e da produção da escrita.

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'José Modesto dos Passos Subrinho'. The signature is fluid and cursive, with a long horizontal stroke at the end.

**José Modesto dos Passos Subrinho**

Secretário de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura



# AGRADECIMENTOS

À família e aos filhos Marina, Lucas e Camilla, eternos amores da minha vida.

À Professora Dr.<sup>a</sup> Eva Maria Siqueira Alves, do Departamento de Educação da Universidade Federal de Sergipe, por oportunizar a pesquisa.

Aos amigos Joaquim Francisco Guimarães, Rony Reis, Sayonara Almeida e Genivaldo Martires, pela força e incentivo.

Aos professores Dr. Joaquim Tavares da Conceição, Dr. João Paulo Gama, Dr.<sup>a</sup> Simone Paixão Rodrigues e Dr.<sup>a</sup> Rita Cristina Lima Lages, pela colaboração com seus conhecimentos para a construção do texto.

A todas as pessoas que compartilharam ao longo desses anos de estudo e trabalho nos caminhos cruzados pela vida. Como são muitas pessoas envolvidas, achei melhor não as nominar, mas guardá-las no lado esquerdo do peito.

*Nas escolas, o saber é transmitido às futuras gerações. Se nosso conhecimento da transmissão deste saber for defeituoso, estaremos indubitavelmente em perigo: a escolarização é algo tão intimamente relacionado com a ordem social, que se o nosso conhecimento sobre escolarização for inadequado ou sem importância pública, então os principais aspectos da vida social e política ficam obscurecidos (GOODSON, 2011, p. 70-71).*

# **SUMÁRIO**

**APRESENTAÇÃO | 11**

**PREFÁCIL | 15**

**1. PERCURSOS DA ESCRITA | 21**

**2. A LÍNGUA INGLESA NO ENSINO SECUNDÁRIO: DO LYCEU DE SÃO CRISTÓVÃO AO ATHENEU SERGIPENSE | 51**

2.1 O LYCEU DE SÃO CRISTOVÃO E A CRIAÇÃO DA PRIMEIRA CADEIRA DE LÍNGUA INGLESA NO ENSINO SECUNDÁRIO | 55

2.2 NOVA CIDADE, VELHOS PROBLEMAS: A LÍNGUA INGLESA COM A MUDANÇA DA CAPITAL | 73

2.3 UM NOVO TEMPO, UMA NOVA ESPERANÇA: A CRIAÇÃO DO ATHENEU SERGIPENSE | 84

2.4 O ATHENEU SERGIPENSE NA ARACAJU DOS 1870: AS LÍNGUAS, OS JORNAIS, AS NOTÍCIAS | 93

2.5 O ATHENEU SERGIPENSE E A REFORMA PAULINO JOSÉ SOARES DE SOUZA | 106

**3. LENTES DA HISTÓRIA DE LÍNGUA INGLESA: JUSTINIANO DE MELLO E SILVA, E ASCENDINO ÂNGELO DOS REIS | 147**

3.1 JUSTINIANO DE MELLO E SILVA: O CIENTISTA SOCIAL E POLÍTICO | 157

3.2 ASCENDINO ÂNGELO DOS REIS: O MÉDICO PROFESSOR | 177

**4. OS COMPÊNDIOS DE LÍNGUA INGLESA ADOTADOS NO**

**ATHENEU SERGIPENSE | 197**

4.1 O GRAMMAR-TRANSLATION METHOD: A  
CIRCULAÇÃO DE UM MÉTODO NA INSTRUÇÃO DE  
SERGIPE IMPERIAL | 202

4.1.1 Elementos de grammatica ingleza: o  
compêndio escrito por um médico | 208

4.1.2 History of Rome: a história de Roma contada  
por um compêndio da língua inglesa | 214

**CONSIDERAÇÕES FINAIS | 227**

**REFERÊNCIAS | 233**

**FONTES | 243**

---

## Apresentação

Inserido nos estudos da área da História da Educação, especialmente no eixo temático denominado História das disciplinas escolares, o livro de Waldinei Santos Silva, intitulado “Written in black and white”: O ensino de língua inglesa no Atheneu Sergipense (1870 – 1877), apresenta uma importante compreensão histórica da disciplina de Língua Inglesa, na segunda metade do século XIX, especialmente suas configurações na instituição escolar de ensino secundário denominada, na época, de Atheneu Sergipense.

O autor delimitou como marco temporal inicial do estudo o ano de 1870 – fundação do Atheneu Sergipense e ingresso do primeiro professor de Língua Inglesa na instituição – e como marco final o ano de 1877 – quando foram estabelecidas e regulamentadas as normas para o primeiro concurso de ingresso na cadeira da mencionada disciplina. Com essa delimitação temporal, o estudo concentra-se nas configurações da disciplina de Língua Inglesa na Instrução Pública da Província de Sergipe e, de forma específica, no denominado ensino secundário, sem esquecer de realizar precisas interlocuções com as proposições de reformas educacionais de âmbito nacional aplicáveis ao objeto.

Trata-se de um texto objetivado e manuseado (PROST, 2014) pelo uso de fontes e referências especializadas. Nesse sentido, o autor transformou em fontes – a maior parte levantadas no acervo do Centro de Educação e Memória do Atheneu Sergipense (Cemas) –

compêndios, atas da Congregação do Atheneu Sergipense e regulamentos institucionais, relatórios da Instrução Pública da Província de Sergipe, entre outros documentos. E, quanto ao cotejamento das referências, Waldinei elegeu e dialogou com proposições teóricas acerca do conceito de disciplina escolar (CHERVEL, 1990); com a noção de cultura escolar (VIÑAO FRAGO, 1994; JULIÁ, 2011), e de currículo (GOODSON, 2011), sem esquecer o necessário diálogo com os estudos históricos específicos da Língua Inglesa e sobre o Atheneu Sergipense, principalmente produzidos no âmbito da área da História da Educação, resultando em uma narrativa histórica com o bom enredo e argumentação.

Quanto à estrutura do livro, Waldinei delinea sua escrita em quatro capítulos. O primeiro é de caráter introdutório, em que o autor proporciona ao leitor uma escrita objetiva com as delimitações do objeto e os contornos teóricos e metodológicos da pesquisa. O segundo capítulo, intitulado *A Língua Inglesa no Ensino secundário: do Lyceu de São Cristóvão ao Atheneu Sergipense*, traça um panorama da Língua Inglesa no ensino secundário na Província de Sergipe, de modo particular no Lyceu de São Cristóvão, sem olvidar o contexto nacional. No terceiro capítulo, *Lentes da história de Língua Inglesa: Justiniano de Mello e Silva, e Ascendino Ângelo dos Reis*”, o leitor descobre pela escrita de Waldinei os contornos do ensino da Língua Inglesa a partir de aspectos da trajetória docente dos professores indicados no título do capítulo, que tiveram marcante atuação no ensino dessa disciplina no Atheneu Sergipense. O quarto capítulo, denominado *Os compêndios de Língua Inglesa adotados no Athe-*

neu Sergipense, toma como eixo a discussão a respeito da utilização do Grammar Translation Method no período em estudo, com a compreensão de conteúdos, método e abordagem dos livros *History of Rome*, de Goldsmith, e *Elementos de grammatica inglesa*, de Antonio Franco da Costa Meirelles. O autor finaliza com a apresentação das conclusões e o rol de referências e fontes manejadas no decorrer do livro.

Por fim, fruto de pesquisa realizada pelo autor no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe, sob a orientação da Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Eva Maria Siqueira Alves, o livro soma-se com qualidade aos estudos de âmbito nacional a respeito da história de disciplinas escolares e do ensino secundário e, igualmente, aos estudos locais acerca do Atheneu Sergipense. Deste modo, Waldinei, excelente e experiente professor da Língua Inglesa, com este estudo, também se revela um pesquisador determinado e comprometido, proporcionando ao leitor conhecimentos necessários para a compreensão da constituição da disciplina e ensino da Língua Inglesa no Brasil.

Desejo a todo(a)s uma excelente e instrutiva leitura!

Joaquim Tavares da Conceição  
Aracaju, SE, novembro de 2021.

## Referências

CHERVEL, André. História das disciplinas escolares: reflexão sobre um campo de pesquisa. *Teoria e Educação*. n. 2, 1990. p. 177-229.

GOODSON, Ivor F. Currículo: teoria e história. Tradução de Atílio Brunetta. 11. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

JULIÁ, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. *Revista Brasileira de História da Educação*, Campinas, n. 1, p. 9-44, 2001.

PROST, Antoine. Doze lições sobre a História. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

VIÑAO FRAGO, A. A história das disciplinas escolares. *Revista Brasileira de História da Educação*, v. 8, n. 3, p. 174-208, 2008.

## PREFÁCIO

### **Por que a escola ensina o que ensina? “Você precisa aprender inglês”**

Rita Cristina Lima Lages

A “resposta” à pergunta acima é um verso da música “Baby”, escrita por Caetano Veloso em 1968 e gravada por Gal Costa em 1969. Podemos afirmar que o indicativo da frase/verso, escrita em 1968, continua válido até os dias atuais, quando se coloca, de modo geral, a questão sobre qual língua estrangeira a escola deveria ensinar, ou qual outra língua as pessoas deveriam aprender. Ao buscar por possíveis justificativas, ouviríamos certamente: porque é a língua do mundo, porque é a língua universal, porque você precisa saber para viajar, para usar a internet etc.

Já a pergunta “por que a escola ensina o que ensina?”, arranca-nos, nós pesquisadores da educação, do senso comum e nos conduz ao campo de investigação da História da Educação para desnaturalizar e problematizar o porquê da inserção e permanência dos saberes na escola. Por que a escola ensina o que ensina, e como ela ensina, são problematizações centrais do campo de pesquisa da história do currículo e das disciplinas escolares.

Em seu trabalho “Written in black and white”: o ensino de Língua Inglesa no Atheneu Sergipense (1870 – 1877)”, o professor e pesquisador Waldinei Santos Silva se propõe a dar conta do “por-

quê” e do “como” do ensino da língua inglesa na referida instituição, no tempo recortado. Para subsidiar as respostas, o autor se apoia nas principais fontes: Atas da Congregação do Atheneu Sergipense – documentos que o fizeram se aproximar dos professores e de suas práticas, bem como do número de alunos matriculados na disciplina de língua inglesa; legislação educacional; jornais; compêndios adotados para o ensino do idioma etc. Waldinei Silva destaca as Atas da Congregação como principais fontes para a pesquisa, visto que estas o permitiram abordar a cultura escolar produzida no/pelo Atheneu Sergipense.

A conclusão a que chega Silva sobre a baixa taxa de matrícula de alunos na disciplina de Língua Inglesa, em meados da década de 1870, não é diferente dos dados de outras províncias brasileiras produzidos por pesquisadores que também se dedicaram à história do ensino de línguas no Brasil. O autor se dá conta, pela via dos registros do colégio, que o número de alunos matriculados na Língua Inglesa correspondia à cerca de 10% dos matriculados em Latim e Francês. O que leva o autor a concluir que isso se devia ao fato de que essas disciplinas estrangeiras eram as mais concorridas por fazerem parte dos exames preparatórios para ingresso nas Academias do Império<sup>1</sup>, além de servirem também de base para o estudo das demais cadeiras.

Sobre a circulação da língua francesa no Brasil, mais exatamente, em seus estudos sobre as práticas de leitura, de instrução

---

1 HAIDAR, Maria de Lourdes Mariotto. O ensino secundário no Brasil Império, 2. ed. São Paulo: editora da Universidade de São Paulo, 2008.

e de línguas no Brasil colonial, Luiz Carlos Villalta (1997)<sup>2</sup> afirma que a partir do final do século XVIII o francês passa a concorrer com o latim como língua culta, seguido de longe pelo inglês. E a língua francesa desfrutará de uma presença hegemônica, como idioma estrangeiro na escola e nas práticas culturais, ao longo do século XIX e até meados do século XX no Brasil. A França, como berço do Iluminismo, segue, nesse período, como referência de civilização e padrão cultural, distribuindo, com diz o historiador Luiz Felipe de Alencastro (2004) não apenas modas, mas modos de vida.

Quando Waldinei Silva afirma que o maior número de matrículas em Latim e Francês se justificaria pela presença desses idiomas nos exames preparatórios, vale ressaltar que os compêndios, manuais de ensino de outras disciplinas, como Física ou Química, por exemplo, adotados pelo Colégio Pedro II<sup>3</sup> e demais liceus e ateneus criados nas províncias brasileiras, eram publicados em língua francesa. Ou seja, a língua francesa servia como mediadora de acesso aos outros saberes. Seguindo essa linha de raciocínio, podemos nos apoiar nos estudos do autor Peter Burke (2003)<sup>4</sup>, quando ele coloca a França como comerciante de todos os tipos de conhecimento, promovida pelos impressores. Burke fala a respeito do Iluminismo como negócio, quando, como consequência da invenção da imprensa, ocorreu o envolvimento dos empreendedores de maneira mais direta no processo

2 VILLALTA, Luiz Carlos. O que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura. In: SOUZA, Laura de Mello e (Org.). História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa. São Paulo: Cia. das Letras, 1997.

3 VECHIA, Ariclê; LORENZ, Karl Michael (org.). Programa de ensino da escola secundária brasileira: 1850 – 1951. Curitiba: Ed. do Autor, 1998.

4 BURKE, Peter. Uma história social do conhecimento: de Gutenberg a Diderot. Rio de Janeiro: Zahar, 2003

de difusão do conhecimento. A França, portanto, como grande produtora e comerciante do conhecimento. Os livros em francês compoem a maior parte dos acervos das bibliotecas brasileiras, como afirmam os estudos no campo da história da leitura e da escrita.

E sobre o porquê da inserção do ensino do inglês na instrução pública brasileira, e no caso específico do Atheneu Sergipense, o que os estudos de Waldinei Silva nos fazem saber? Silva justifica essa entrada pela forte presença britânica na economia brasileira e pelo surgimento dos Estados Unidos como potência na segunda metade do século XIX, com suas ideias liberais e o seu modelo educacional. O autor afirma que a inserção da Língua Inglesa no ensino secundário representava um elemento de modernidade. E, de fato, a partir da década de 1870, os Estados Unidos surgem no cenário brasileiro como a pátria do progresso e da civilização, como a pátria da modernidade, da maquinaria, da indústria e das ferrovias<sup>5</sup>. A pátria da suposta democracia e promotora da instrução para todas as classes sociais<sup>6</sup>. Logo, a escola deveria ensinar inglês. Mas uma inserção e permanência, como também nos indicam os estudos de Waldinei Silva, que começarão de modo bem diminuto ao se comparar com a tradição do ensino do francês e do latim.

Ao produzir uma parte da história do ensino da língua inglesa no Atheneu Sergipense, Waldinei Silva vai ao encontro da afirmativa

---

5 CARVALHO, José Murilo de. Pontos e bordados: escritos de história e política. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

6 LAGES, Rita Cristina Lima As vitrines da civilização: referências estrangeiras na instrução pública em Minas Gerais no século XIX. 2013. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte - MG, 2013.

do historiador francês André Chervel (1990)<sup>7</sup>, quando este pesquisador afirma que, geralmente, nas pesquisas sobre disciplinas escolares, há uma tendência de que essas sejam realizadas pelos docentes em favor da uma história de sua própria disciplina. Como o livro que ora prefacio é resultado da pesquisa de mestrado de Waldinei Silva, minha participação em sua banca de defesa permitiu-me um maior acesso à sua trajetória como professor de inglês. A escrita da história do ensino da Língua Inglesa no Atheneu Sergipense se configurou, portanto, na construção de sua própria história como docente, na busca pelos entendimentos que conferem sentido à sua profissão de professor de inglês da escola pública do tempo presente.

Se, em 1968, Caetano Veloso escreveu o verso “você precisa aprender inglês”, faz-se necessário compreender essa afirmativa naquele contexto e nos anos que se seguiram, reverberando essa suposta necessidade. Se a língua francesa se manteve, desde o início do século XIX, hegemônica como língua franca, universal, tomando paulatinamente lugar do latim, conservando-se nesse lugar até meados do século XX, outras questões se delineiam para a História da Educação: quais fatores implicaram na ascensão e permanência do inglês como língua universal? Isso se deve ao fato dos Estados, após a Segunda Guerra Mundial, expandirem seu imperialismo econômico e cultural pelo mundo? O fato de ser considerada língua universal legitimaria seu lugar como idioma estrangeiro a ser ensinado nas escolas? Como língua presente nos currículos dos ensinos Fundamental

---

7 CHERVEL, André. História das disciplinas escolares: reflexão sobre um campo de pesquisa. Teoria e Educação. n. 2, 1990. p. 177-229.

e Médio das escolas brasileiras, qual disciplina e aprendizados são construídos no cotidiano escolar? Estas e outras questões se mostram como ricas possibilidades de pesquisas no campo educacional.

Em seu trabalho “Written in black and white”: o ensino de Língua Inglesa no Atheneu Sergipense (1870 – 1877)”, Waldinei Santos Silva contribui, portanto, para a produção da história do ensino de línguas no Brasil e para a produção da História da Educação de Sergipe.

# 1. PERCURSOS DA ESCRITA

Quando se attenta na importancia, dia a dia crescente, desse bello idioma, rico, energico e viril e altamente philosophico, de conhecimento imprescinsivel hoje em todas as relações da vida social e tão largamente disseminado, por todos os recantos do globo, que se pôde quasi afirmar o mais falado no actual momento, pois o empregam como lingua habitual 111 milhões de homens, espalhados pelo Reino Unido, por suas colonias e na America do Norte... (AMARAL, 1863, p. V).<sup>1</sup>

Belo, rico, enérgico e viril... Eis alguns adjetivos dados por Vicente do Amaral<sup>2</sup> para se reportar à necessidade do ensino da Língua Inglesa. Assim, encontramos nas páginas amareladas pelo tempo as palavras para introduzir o presente texto, que tem por objetivo compreender a configuração da disciplina Língua Inglesa no Atheneu Sergipense, entre os anos de 1870 e 1877. Para alcançar este propósito, inicialmente compomos um quadro do ensino secundário, no que se refere às finalidades para ensino da língua estrangeira, segundo a reforma Paulino de Souza de 1870. Em seguida, mapeamos os lentes<sup>3</sup> da disciplina Língua Inglesa, a saber: Justiniano de Mello e Silva, e Ascendino Ângelo dos Reis. Por fim, interpretamos os

---

1 Vale ressaltar que mantivemos a ortografia original dos documentos aqui trabalhados.

2 Excerto retirado da nota ao público de Vicente do Amaral, extraído da 5ª edição da Grammatica Ingleza, de autoria de Antonio Franco da Costa Meirelles, de 1863. Tal gramática foi utilizada no ensino de Língua Inglesa no Atheneu Sergipense em 1879.

3 Nomenclatura utilizada para professores do ensino secundário na referida época.

compêndios trabalhados na instituição, bem como os conteúdos, métodos, abordagem, intencionalidade e autores.

O livro que ora se apresenta: “Written in black and white”: o ensino de língua inglesa no Atheneu Sergipense (1870-1877)<sup>4</sup>, insere-se no campo da História e Historiografia da Educação. Operamos aqui com a concepção de que a História não pode ser apropriada em seu estado puro, pois o passado não pode ser mapeado em sua totalidade, e nem todas as finalidades inscritas nos textos são de fato finalidades reais (CHERVEL, 1990). Nesta perspectiva, temos acesso apenas aos rastros e vestígios deixados pelo homem no tempo.

De igual modo dá-se também no campo da História da Educação, um campo de estudo que descortina possibilidades de operar com o fazer histórico. A inserção de diversas áreas de estudos proporcionadas pela História Cultural nos permitiu encontrar com o ensino da Língua Inglesa em Sergipe, especificamente no Atheneu Sergipense.

Esta busca não é solitária, mas partilhada com outros autores: Alves (2005), Oliveira (2006), Silva (2004), Santos (2010), entre outros, que indicam caminhos a percorrer no que se refere ao estudo do ensino da Língua Inglesa no Atheneu Sergipense.

É sobre as configurações da disciplina de Língua Inglesa que investimos nossos interesses. Para tanto, elegemos o marco cronológico, que compreende o arco de tempo de 1870 a 1877. O recorte temporal corresponde ao ano de criação do Atheneu Sergipense, com o ingresso do primeiro lente a assumir a cadeira

---

4 “Escrito em preto e branco”. Assim eram escritos os compêndios utilizados nesse recorte temporal. Tradução nossa.

da disciplina, em consonância com os decretos nacionais que legislaram sobre o ensino de Línguas na capital e nas Províncias do Império, a saber: o Decreto nº 4.468, de 1º de fevereiro de 1870, da Instrução Pública<sup>5</sup>, que estabeleceu a obrigatoriedade do ensino de Língua Inglesa no Programa de ensino de abordagem essencialmente gramatical e comparada à da Língua Portuguesa, até o ano em que de fato foram regulamentadas as normas para ingresso na cadeira por concurso.

A investigação se apoiou sob o signo da História Cultural e História das Disciplinas Escolares. Tomamos a cultura escolar como categoria de análise, segundo Chervel (1990), Viñao Frago (1994), Juliá (2011); e currículo, de Goodson (1997). Trata-se, portanto, de um estudo sobre a disciplina da Língua Inglesa que foi estabelecida no Ensino Secundário da Província de Sergipe, durante a segunda metade do século XIX, no Atheneu Sergipense<sup>6</sup>.

A intenção de estudar o ensino de Língua Inglesa no Atheneu Sergipense resulta de questionamentos sobre o processo histórico que levou à inserção e permanência do ensino da Língua de Inglesa no programa de ensino secundário da Instrução Pública durante a segunda metade do Império. De fato, como professor<sup>7</sup> de Inglês, a

---

5 Decreto nº 4.468 de 1º de fevereiro de 1870 - Portal Câmara dos Deputados. Determina Regulamentos sobre o ensino das Disciplinas bem como plano de estudos no Colégio de D. Pedro II. Instituição modelo para ensino secundário nas Províncias.

6 Criado pelo Regulamento de 24 de outubro de 1870, pelo presidente da Província Francisco José Cardoso Júnior. Vale ressaltar que Manuel Luiz Azevedo D'Araújo estava na direção da Instrução Pública.

7 São 29 anos de experiências com o ensino de Língua Inglesa na Educação Básica da rede pública e privada e cursos de idiomas.

curiosidade percorreu paralelamente à prática em sala de aula. Nesta perspectiva, a particularidade do lugar de onde se fala foi fundamental para a realização dessa investigação. Constantes indagações e reflexões a respeito do processo histórico nos levaram até o presente estágio a respeito do ensino do Inglês propriamente dito, e como esta disciplina passou por alterações durante a segunda metade do século XIX. A este respeito, Chervel (1990) esclarece o processo para a manutenção da disciplina para que ela se instale solidamente na instituição:

[...] quando ela produziu seus efeitos sobre uma geração inteira de alunos, por vinte ou trinta anos ao menos, ela é forçosamente recolocada em questão por seu próprio sucesso. Sua existência continuada não é automática, como se poderia ter tentado a crer. Pois ao término desse período probatório, ela se dirige a partir de então às crianças ou aos adolescentes cujos pais e o meio familiar receberam uma aculturação que fazia falta totalmente às famílias dos alunos de trinta anos antes (CHERVEL, 1990, p. 218).

O processo de integração da disciplina de Língua Inglesa no Atheneu Sergipense, no entanto, não aconteceu de maneira fácil. Oscilações no número de matrículas ocorriam em detrimento de outras disciplinas, visto que a hegemonia do Latim e do Francês era notória. No primeiro ano de funcionamento do Atheneu Sergipense, em 1871, para um efetivo de 117 alunos, havia apenas quatro deles matriculados em Língua Inglesa contra 47 alunos para as aulas de Francês (SERGIPE, 1871). A quantidade de horas de estudo para a

cadeira de Língua Inglesa também era inferior a outras disciplinas estrangeiras, que na época eram denominadas de Línguas Vivas<sup>8</sup>, em oposição ao Latim.

Neste estudo, a comparação com outras línguas estrangeiras adotadas nos Programas de ensino é inevitável, pois não houve uma lei exclusiva que determinasse normas para o ensino de Língua Inglesa, e sim leis que tratavam das Políticas Linguísticas nas Províncias. Essas leis incluíam as “Línguas Mortas”, denominadas também de clássicas, como o Latim e o Grego, e as “Línguas vivas”, como o Inglês e o Francês.

Por certo, o estudo sobre as línguas durante o século XIX é instigante, por ser uma época em que o Estado promulgou várias leis, estabelecendo políticas para o ensino de línguas clássicas, como o Grego e o Latim, da Língua Portuguesa e línguas vivas na instrução secundária (VIDOTTI, 2012).

Para Chervel (1990), as disciplinas se emprestam umas às outras. Ele exemplifica esta “solidariedade didática” com o caso da escrita, uma vez que a escrita, amplamente repartida entre as várias matérias de estudo, colabora para a formação retórica do aluno e contribui para o ensino das disciplinas:

Em torno de uma mesma finalidade colaboram aqui os diferentes ensinamentos. A mesma “disciplina”, no sentido forte

---

8 O termo “línguas vivas” era a nomenclatura utilizada na época para designar língua estrangeira, em oposição a “línguas clássicas” (Latim e Grego) (VIDOTTI, 2012, p. 28). Foi adotada na Legislação brasileira até quando foi substituída por “Línguas Estrangeiras Modernas” pela lei de Diretrizes e Bases de 1961.

do termo, repartiu-se entre a quase totalidade das “matérias”, ou daquilo que se convencionou chamar atualmente as “disciplinas” no sentido fraco. Essas mantêm então entre elas uma “solidariedade didática” cuja importância deve tanto menos ser negligenciada quanto esses fenômenos arriscam a passar desapercebidos (CHERVEL, 1990, p. 215).

Mas por que estudar a História da Disciplina Língua Inglesa no Atheneu Sergipense? A escolha explica-se pela importância que o estabelecimento assumiu desde o século XIX para a educação sergipana. O ensino secundário em Sergipe confunde-se por muito tempo com o nome do Atheneu Sergipense. Por esta instituição foram educados cidadãos que assumiram papel de destaque em diversos segmentos da sociedade. Políticos, médicos, advogados e professores tiveram suas trajetórias de vidas relacionadas a essa instituição que mantém suas portas abertas até os dias atuais. Segundo Alves (2005), o Atheneu Sergipense atraiu alunos das várias regiões do estado que lá iam estudar pelo prestígio adquirido como instituição de ensino público secundário, sendo ponto de confluência de vários pesquisadores da História da Educação.

São pelas lentes dessa Instituição que podemos nos apropriar de documentos que foram arquivados no Cemas<sup>9</sup>, relativos à época demarcada, que têm possibilitado diversos estudos e pesquisas

---

9 O Centro de Educação e Memória do Atheneu Sergipense (Cemas) é um centro de pesquisa, de natureza acadêmica, social e cultural, coordenado pela Professora Doutora Eva Maria Siqueira Alves, e teve suas atividades iniciadas no ano de 2005, com a colaboração financeira da Fundação de Apoio à Pesquisa e à Inovação Tecnológica do Estado de Sergipe (Fapitec-SE). Mais detalhes sobre o Cemas ver Alves (2015).

no campo da Disciplina Escolar e da História da Educação em Sergipe. Entender o funcionamento, as razões, os processos de educação ocorridos no Atheneu Sergipense permitiu perceber como se consolidou a disciplina de Língua Inglesa no referido estabelecimento, observando os compêndios adotados, que levaram a identificar a metodologia de ensino; o primeiro concurso de professor para a cadeira de Língua Inglesa, registrado nas Atas da Congregação; a oscilação no número de aulas; os planos de ensino; o perfil dos professores; a permanência no programa de ensino, apesar da baixa frequência em determinados anos; a não obrigatoriedade de atender às aulas; a hipótese de que a influência da Inglaterra no Brasil e o despontar dos Estados Unidos como potência econômica. Todos esses foram fatores determinantes da manutenção da Língua Inglesa no Programa de Ensino da Instrução Pública.

O Programa de Ensino para a instrução secundária, criado pelo diretor da Instrução Pública, Manoel Luiz de Azevedo d'Araújo, pelo Regulamento de 24 de outubro de 1870, visava assim empreender uma proposta educacional que realmente pudesse ser consolidada ante as tentativas que vieram a fracassar anteriormente, como foi o caso do Lyceu Sergipense na capital da Província, implantado em 1862 e tinha como lentes personalidades de proeminência na sociedade aracajuana, como o Dr. Guilherme Pereira Rebello<sup>10</sup> e o futuro lente do Atheneu Sergipense, Geminiano Pais de Azevedo<sup>11</sup>. No entanto, a

---

10 Médico, Professor de Língua Inglesa. Escreveu livros no campo da medicina e Elementos de Gramática Descritiva e Histórica de Língua Inglesa. A este respeito, ver Guaraná (1925, p. 207).

11 Foi professor particular e diretor de um colégio de ensino no Aracaju, fundado por iniciativa sua; lente das cadeiras de francês, geografia e história, 1862-

duração foi apenas de dois anos, teve suas portas fechadas em 1864 e a cadeira de Língua Inglesa que contava com sete alunos foi extinta (SERGIPE, 1863, p. 30).

Em contrapartida, a criação do Atheneu Sergipense, de fato, seria resultado da crescente demanda de uma sociedade que ascendia socialmente, economicamente com os engenhos, o comércio e que claramente carecia de uma educação que respondesse aos anseios dessa parcela da sociedade, que desejava um estabelecimento de ensino que preparasse seus filhos para cursar o ensino superior nos grandes centros do Império. Era preciso que as autoridades não mais obliterassem tais medidas, pois havia uma classe que naquele momento demandava por uma instrução secundária. Nas palavras de Eva Maria Alves:

A preocupação das autoridades de Sergipe, como as das outras Províncias, concentrava-se na criação de uma instituição que pudesse agregar as novas gerações de lideranças políticas e demais membros da burocracia provincial e imperial, reunindo em um só local as matérias exigidas nos exames preparatórios para o ingresso nas Academias do Império, de modo que seus filhos não mais precisassem sair dos limites do seu “torrão natal” - nas

---

1864, no Liceu público gratuito, criado pelo presidente Joaquim Jacinto de Mendonça; camarista e presidente interino da Câmara Municipal do Aracaju; lente de francês do curso público noturno, também gratuito, e membro efetivo do Conselho Superior da Instrução Pública. Provido na cadeira de francês do Atheneu Sergipense em 24 de outubro de 1870, entrou no dia 1º de janeiro do ano seguinte em exercício, que só deixou por efeito do ato presidencial de 15 de fevereiro de 1909, que o jubilou, a pedido, depois de ter lecionado por espaço de trinta e oito anos, durante os quais habilitou para as profissões literárias duas gerações de discípulos, atestados vivos dos seus créditos de abalizado professor (GUARANÁ, 1925, p. 195).

palavras de um relatório do período -, para estudar em outros locais (ALVES, 2005, p. 4).

É com essa finalidade que o Atheneu Sergipense foi estabelecido, ganhou relevância e notoriedade na Província de Sergipe. Apesar de vários momentos de oscilação no número de alunos e dificuldades de atender ao que determinavam os Regulamentos do Colégio Pedro II<sup>12</sup>, uma vez que a referida instituição servia de referência para as demais escolas espalhadas pelo Império.

O estudo da história de uma disciplina escolar em um programa de ensino deve buscar as finalidades com que fora criada e o que possibilitou sua permanência e institucionalização no currículo prescrito, além de apreender por quais motivos determinados conteúdos, compêndios e metodologias foram inseridos ou subtraídos no cotidiano da escola. Deste modo, pode revelar os rumos tomados por determinada instituição a fim de consolidar-se como centro material magnético do local social em que está inserida e nos possibilita ampliar o campo de investigação neste sentido.

A História da Educação permitiu o diálogo com a história das disciplinas e cultura escolar, a qual vem se configurando como importante área de estudo, fornecendo novo olhar para escola de outros tempos e lugares (JUNIOR; GALVÃO, 2005). Acreditar categoricamente nos textos escritos, sem um escrutínio à análise documental, certamente mostraria apenas a superficialidade de uma realidade exposta; o estudo de uma disciplina deve ir além do

---

12 O Colégio Pedro II, criado em 1837 no Rio de Janeiro, era observado como modelo a ser seguido pela iniciativa provincial e privada (HAIDAR, 2008, p. 93).

revelado na superfície.

Os novos objetos, métodos e teorias que surgiram no campo da historiografia demandaram novas formas de abordagem metodológica e fontes de pesquisa. Para compreender o ensino da disciplina de Língua Inglesa no Atheneu Sergipense, estabelecemos diálogo com o historiador da educação André Chervel, em seu artigo História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa, publicado em 1990. O pesquisador, ao debruçar-se sobre a história da disciplina escolar, identificou duas fases distintas de compreensão. Uma no fim do século XIX, em que seu significado não era mais do que a vigilância dos estabelecimentos em relação às más condutas dos alunos, prejudiciais à sua boa ordem. A outra, em contrapartida, que compreendeu a concepção de disciplina enquanto conteúdo do que se ensina, foi disseminada pela corrente do pensamento pedagógico, no início do século XX. Assim, passa a “significar matéria de ensino suscetível de servir de exercício intelectual” (CHERVEL, 1990, p. 179). Desta forma, disciplina é por ele entendida como os conteúdos do que se ensina com estreita relação às finalidades e desígnios. Nas palavras de André Chervel:

A história das disciplinas escolares não é então obrigada a cobrir a totalidade dos ensinamentos [...] os conteúdos são evidentemente seu componente central; o pivô ao redor do qual ela se constitui. Mas seu papel é mais amplo. Ela se impõe colocar esses ensinamentos em relação com as finalidades às quais eles estão designados e com os resultados concretos que eles produzem. Trata-se então para ela de fazer aparecer a estrutura interna da disciplina. (CHERVEL, 1990, p. 180).

Portanto, entende-se que a composição da disciplina de Inglês no Atheneu Sergipense e seus conteúdos de ensino não é uma construção ingênua nem tampouco descomprometida, mas são pensadas e elaboradas em fina sintonia com finalidades e designações políticas, religiosas, econômicas e culturais, uma vez que estas estão direcionadas à formação do aluno pelo exercício intelectual em idade escolar, prova disso é a transformação dos ensinamentos de caráter disciplinar em científicos. Assim, pode-se conjecturar que as disciplinas são esses modos de transmissão cultural, que orquestram e dirigem os alunos com finalidades e matrizes.

Para o entendimento das disciplinas como um conjunto acabado e com limites claramente traçados dos conteúdos escolares, deve-se levar em consideração que, para além dos saberes eleitos como indispensáveis em cada disciplina, as práticas docentes da aula, o método utilizado, as condições materiais, a cultura que norteia a escola, bem como a sociedade que a cerca, traduzem as grandes finalidades que presidiram sua constituição. Deste modo, não podem ser concebidas descoladas dos diversos elementos que lhes dão forma, presentes em cada tempo e espaço. Nas palavras de Antonio Viñao Frago:

A instituição escolar não se limita, pois, a reproduzir o que está fora dela, mas sim, o adapta, o transforma e cria um saber e uma cultura próprios. Uma dessas produções ou criações próprias, resultado da mediação pedagógica de um campo de conhecimento, são as disciplinas escolares (VIÑAO FRAGO, 2008, p. 189).

Este poder que a escola possui de adaptar determinações, leis, regulamentos, portarias que regulam o ensino é fator determinante para criação de uma cultura própria. A Escola tem o poder de transformar determinações externas, manipulá-las, disfarçar o cumprimento de deliberações, quando de fato, no bojo, no cerne da instituição, que é a sala de aula, professores e alunos podem estar construindo caminhos diferentes daqueles especificados pelos regulamentos, inserindo novas práticas pedagógicas.

Segundo Viñao Frago (2008), o estudo das disciplinas escolares deve ainda procurar uma aproximação, na medida do possível, às práticas escolares e à realidade em classe por meio de memórias, exames, informes, diários e cadernos de aula, documentos particulares, etc. É preciso observar o peso atribuído às disciplinas escolares nos planos de estudo, e o discurso que leva à construção, inserção e permanência de uma disciplina no programa de ensino.

Conforme Goodson (1997), a sala de aula é o local onde o currículo se concretiza. Este autor remete aos anos 60 e 70 do século XX para exemplificar sobre as conclusões dos estudos críticos do currículo que apontavam para a sala de aula: “A sala de aula era o ‘centro da ação’, a arena de resistência. Segundo essa perspectiva, o currículo era o que passava na sala de aula” (GOODSON, 1997, p. 19).

De acordo com Goodson (1997), o currículo escrito é peça-chave norteadora, pois caracteriza a compartimentalização e normatização de recursos a serem aplicados na efetivação das práticas pedagógicas. Os currículos indicam textos, norteiam o trabalho do docente, ajudam

a traçar meios para atingir objetivos e possibilitam a sistematização do conhecimento. Assim, faz o autor referência ao currículo escrito da seguinte forma:

O currículo escrito define as racionalidades e a retórica da disciplina, constituindo o único aspecto tangível de uma padronização de recursos (financeiros, avaliativos, materiais, etc.). Nesta simbiose, é como se o currículo escrito servisse de guia à retórica legitimadora das práticas escolares, uma vez que é concretizado através de padrões de afetação de recursos, de atribuição de estatuto e de distribuição de carreiras. Em suma, o currículo escrito proporciona-nos um testemunho, uma fonte documental, um mapa variável do terreno: é também um dos melhores roteiros oficiais para a estrutura institucionalizada da educação (GOODSON, 1997, p. 20).

No entanto, as práticas escolares orientadas pelo currículo não são aceitas e construídas de forma sempre pacífica. Nelas estão presentes disputas durante o processo de implantação e variam de acordo com a temporalidade. Segundo Goodson (1997), o currículo presente é resultado de um processo lento de rupturas e conflitos até adquirir o contorno existente. Em seu livro *Currículo: teoria e história*, publicado em 2011, o autor afirma que “os conflitos em torno da definição do currículo escrito proporcionam uma prova visível, pública e autêntica da luta constante que envolve as aspirações e objetivos de escolarização” (GOODSON, 2011, p. 17).

O currículo, desta forma, está intrinsecamente ligado ao contexto social que orienta os caminhos para a consolidação de certo saber e

por esta razão não pode ser analisado deslocado do local onde se consolidaram determinados conhecimentos como válidos e próprios para o campo educacional. Nas palavras do autor:

Em primeiro lugar, existe o contexto social em que o conhecimento é concebido e produzido. Em segundo lugar, existe a forma em que este mesmo conhecimento é “traduzido” para uso em ambiente educacional particular, neste caso as classes, mas posteriormente as salas de aula. O contexto social da formulação do currículo leva em consideração ambos os níveis (GOODSON, 2011, p. 33).

Assim percebida, a cultura local orienta as necessidades e essas são refletidas no campo da educação, traduzida em “cultura escolar”. Esta, para além de ser uma categoria de análise, tem se tornado um campo de investigação na história da educação brasileira.

Felgueiras (2010) traz um entendimento antropológico de cultura. Segundo a autora, é “todo complexo que compreende os conhecimentos, as crenças, a arte, a moral, o direito, os costumes e as outras capacidades ou hábitos adquiridos pelo homem enquanto membro da sociedade” (FELGUEIRAS, 2010, p. 20). Contudo, tal conceito se dilatou para outros campos, e compreende: “cultura escolar, cultura da empresa, cultura política, cultura de pares, cultura popular, culturas marginais, de pobreza, de morte, etc.” (FELGUEIRAS, 2010, p. 21).

Desta forma, a produção de pesquisas no referido campo tomou diversas faces nos últimos 20 anos, não somente no que diz respeito

a aspectos teórico-metodológicos, mas sobretudo com a introdução de novos temas. Em relação aos trabalhos vinculados com a pesquisa acerca da cultura escolar, Chervel (1990), Vidal e Schwartz (2010) asseveram que Cultura Escolar é a cultura que se constrói na escola e que passa a ser difundida a partir dessa mesma instituição.

Portanto, podemos conjecturar que Cultura Escolar consiste em toda forma de organização e sistematização de normas, percepções, desígnios, e condutas inerentes à Escola. Ainda nas palavras de Felgueiras (2010): “[...] significa tanto o que é relativo à escola (entendida esta como o local ou espaço da vida escolar) como àqueles que a usam e nela actuam – os escolares e todos aqueles que desenvolvem a sua actividade no quadro da escola” (FELGUEIRAS, 2010, p. 22).

Neste sentido, Chervel (1990) concebe a escola como fabricante de uma cultura específica constituída de programas oficiais que estipulam as finalidades e buscam resultados efetivos da ação da escola que não se inscrevem nas finalidades, como as disciplinas escolares.

Segundo Vidal e Schwartz (2010), além de ser o locus de transmissão e produção de cultura, “a escola era também o local de convivência de culturas (infantis, juvenis, adultas, religiosas, étnicas, dentre outras)” (VIDAL; SCHWARTZ, 2010, p. 18).

Dominique Juliá (2001, p. 11) considera que o estudo da cultura escolar precisa levar em conta as “relações conflituosas ou pacíficas que ela mantém, a cada período da história, uma vez que essas práticas são afetadas por fatores externos e internos

à escola”. Outro ponto trazido à tona é que a escola não se revela com poder absoluto, para o autor seria um engano imaginar projetos pedagógicos inquestionáveis. No entanto, a escola possui um poder de extrapolar a limitação do espaço físico e corrobora sobremaneira para formação de pensamento de uma sociedade. As sociedades “não concebem aquisição de conhecimentos e de habilidades senão por intermédio de processos formais de escolarização” (JULIÁ, 2001, p. 11). Para entender as práticas faz-se necessário reconhecer os agentes envolvidos no processo:

Normas e práticas não podem ser analisadas sem se levar em conta o corpo profissional dos agentes que são chamados a obedecer a essas ordens e, portanto, a utilizar dispositivos pedagógicos encarregados de facilitar sua aplicação, a saber, os professores primários e os demais professores (JULIÁ, 2001, p. 11-12).

Nesta investida de pesquisa para composição deste livro entendemos as disciplinas tal qual instrumentos que se apresentam como corpos de conhecimento, providos de uma lógica interna, articulados em torno de alguns temas específicos, organizados em planos sucessivos claramente diferenciados e que conduzem a finalidades. Assim, a categoria de análise cara para este empreendimento de pesquisa foi o conceito de Cultura Escolar. É preciso que se diga, inicialmente, que a escola por vezes se parece com outras instituições, sobretudo a familiar e a religiosa. Na verdade, podemos ver que, em certos momentos, a escola tende

a copiar as formas pelas quais a família ou a Igreja, por exemplo, lidam com as crianças e os adolescentes, e as adaptam ao ambiente escolar. Grande parte das relações educativas presentes no ambiente escolar esteve, muitas vezes, primeiro na família, na Igreja ou no ambiente de trabalho, antes de adentrar na escola. Nesses casos, antes anunciados, dizemos que os profissionais da escola se apropriaram de outras formas e relações educativas para organizar essa instituição.

O historiador francês Dominique Juliá teve sua investigação dedicada aos elementos que juntos constituem a Cultura Escolar. Tal trabalho é circunscrito ao período que compreende os séculos XVI e XIX. Seu estudo se destacou por conceber a cultura escolar enquanto objeto de vertente histórica. Assim, o autor pesquisou as normas e, sobretudo, as finalidades que conduzem o cotidiano da escola. Para tanto, sua investigação avaliou o papel desempenhado pela profissionalização do trabalho do docente, bem como pela análise dos conhecimentos ensinados e das práticas escolares constituídas. Neste trabalho, procuramos entender a cultura escolar considerando suas transações culturais ligadas ao tempo e espaço histórico.

Juliá (2001) nos faz um convite para despertar o interesse sobre as práticas cotidianas e sobre o funcionamento interno da escola. A metáfora aeronáutica da “caixa preta” indica um caminho para adentrarmos no particular da escola, recusando estudos essencialmente externos, que consideram apenas os aspectos legais/normativos da escola.

De acordo com Faria Filho (2004), o trabalho de Juliá (2001) fez a análise recair particularmente sobre as práticas escolares, o que

o leva a distinguir entre uma cultura escolar primária e uma cultura escolar secundária.

Nesta discussão, Carvalho (2003) nos esclarece sobre a investigação que prima por entender a cultura escolar não apenas pelos dispositivos que a normatizam, mas também pela multiplicidade de novos agentes e suas táticas de apropriação. Em suas palavras:

O conceito de cultura escolar é mobilizado, pondo em foco as práticas constitutivas de uma sociabilidade escolar e de um modo, também escolar, de transmissão cultural. Pondo em foco tais práticas, o conceito põe em cena, também os dispositivos que as normatizam, definindo os tecidos onde elas se inscrevem: dispositivos de organização do tempo e do espaço escolar; dispositivos de normatização de saberes a ensinar e das condutas a inculcar. Mas, o conceito põe, também, em cena uma multiplicidade de novos agentes – professores, inspetores, diretores de escola, alunos etc. – e suas táticas de apropriação (CARVALHO, 2003, p. 261).

Por certo, os sujeitos praticantes da cultura escolar desenvolvem suas práticas a partir dos espaços em que estão inseridos, das posições que ocupam e dos papéis que assumem.

Nesta concepção, os lentes, a direção e demais agentes do Atheneu Sergipense contribuíram para constituição das práticas escolares e da cultura escolar daquela escola. Diante do exposto pelos autores e seus conceitos, se os indivíduos que trabalharam a educação efetivamente nas salas de aula não tivessem suporte das pessoas envolvidas no processo pedagógico para que normas estabelecidas no currículo, nos

planos de curso, na regulamentação de leis fossem implementadas, provavelmente o Atheneu Sergipense não teria se tornado referência no campo da educação em Sergipe.

Para lançar o olhar sobre a disciplina de Língua Inglesa no Atheneu Sergipense, no marco temporal que compreende 1870 a 1877, fizeram-se necessários procedimentos metodológicos. Inicialmente realizou-se um adensamento das leituras sobre a temática, a saber: Cultura Escolar, História da Educação e História das Disciplinas Escolares, História do Ensino da Língua Inglesa no ensino secundário, Legislação e Reformas Educacionais no período Imperial.

Seguindo os pressupostos citados, para o desenvolvimento da pesquisa, realizamos primeiramente uma busca bibliográfica no Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), com o propósito de mapear a produção acerca da História do Ensino de Língua Inglesa. Uma vez localizados os trabalhos, após as leituras e fichamentos, foi feita a seleção de alguns que faziam referência ao tema procurado. Paralelamente, foi realizado um levantamento de fontes no Centro de Educação e Memória do Atheneu Sergipense (Cemas), onde foram localizados documentos que dizem respeito ao objeto de estudo, a saber: Atas da Congregação do Atheneu Sergipense, correspondências administrativas, publicações na imprensa, relatórios administrativos, boletins e solicitações de materiais para aulas de Inglês, compêndios, relatórios da Instrução Pública, Regulamentos do Atheneu Sergipense, Leis que regulamentam a educação no referido período e Jornal do

Aracaju.

O livro de Atas da Congregação de 1871 a 1916, entre outros arquivados no Cemas, possui grande importância para os estudos sobre o Atheneu Sergipense, uma vez que contém informações sobre o cotidiano da instituição, entre elas relacionadas a professores, direção, alunos, pais, concursos, compêndios e exames, possibilitando ao leitor conceber o dia a dia das práticas deste estabelecimento. Entregue à Instituição pelo Diretor da Instrução Pública, o Dr. Manuel Luiz de Azevedo d'Araújo, o livro é destinado ao registro das Atas do Atheneu Sergipense:

Servirá este livro para nele serem lançadas as atas da Congregação do Atheneu Sergipense, e vai enumerado e rubricado em suas diferentes folhas com a seguinte rubrica: M. Mattos de que use levando no fim o termo de encerramento. Sala da Congregação 20 de maio de 1871 (LIVRO DE ATAS DA CONGREGAÇÃO DO ATHENEU SERGIPENSE. Ref. 481FASS01 - CEMAS).

De acordo com Chervel (1990, p. 189), os “textos oficiais programáticos, discursos ministeriais, leis, ordens, decretos, acordos, instruções, circulares fixando os planos de estudos, os programas, os métodos, e os exercícios” utilizados como documentos permitem identificar as finalidades conferidas à escola.

Neste sentido, abre-se uma janela para acessar o corpus dessa Instituição. As fontes possibilitam uma reflexão acerca de um dado momento da história. O valor de determinada informação cabe ao

pesquisador que utiliza do conhecimento disposto podendo suprimilo ou adicioná-lo ao seu campo de pesquisa histórica, ou seja, todo documento depende da intenção do leitor.

Uma questão passa a ser nuclear na crítica documental: a de determinar os limites daquilo que sobre o que qualquer documento pode informar, levando-se em conta que toda representação é perspectivada por uma posição determinada, a do sujeito que a produz enquanto também se produz nela (NUNES; CARVALHO, 1993, p. 59).

As marcas deixadas nos documentos são representações de quem as escreve. São recortes de agentes que sob sua própria lente limitam ou adicionam informações de acordo com sua idiossincrasia. Para Nunes e Carvalho (1993), outro fator importante é o âmbito do acervo no que diz respeito à sua localização, por carregarem marcas de determinada representação social. A complexidade é mais densa em relação aos arquivos. São fontes que contém “informações inestimáveis, muitas vezes inéditas, necessárias ao cotejo e crítica” (NUNES; CARVALHO, 1993, p. 26). Com isso, mesmo podendo essa história já ter sido contada na historiografia da educação, o presente livro possibilita a experiência da releitura das Atas da Congregação.

De caráter compulsório, a Congregação incumbia o regime interno e disciplinar do Atheneu Sergipense, e tudo quanto dizia respeito ao emprego dos métodos de ensino, os compêndios, a ordem e regularidade dos trabalhos, de acordo com as leis da Instrução Pública. Reuniam-se uma vez a cada dois meses ou

extraordinariamente quando fossem convocados, e poderiam ter os vencimentos reduzidos à metade se faltassem às reuniões sem justificativa. Embora fossem reuniões secretas, os jornais noticiavam em certas ocasiões as deliberações da Congregação.

Desta forma, as disputas políticas, que deveriam ser restritas ao interior da Congregação, extrapolavam os limites físicos da instituição e chegavam aos jornais em circulação da época, que disponibilizavam seu espaço para dar vez e voz aos lentes em certas ocasiões.

Os jornais anunciavam as medidas adotadas pela Congregação e pelo Diretor da Instrução veiculando notícias sobre abertura de matrículas, professores, exames das disciplinas e outras informações administrativas da Instituição, tais como no exemplo que segue, para efeito de ilustração:

De ordem do Illm. Dr. Director geral da Instrução da Província de Sergipe se faz público, que o prazo de sessenta dias para o processo de habilitação e inscrição dos candidatos as cadeiras de Filosofia, Rethorica Poética e Inglêz do Atheneu Sergipense ficará aberta da data da publicação do presente edital no jornal official em diante, devendo ter logar o respectivo concurso na forma do Regulamento de 24 de outubro último, no sexagésimo primeiro dia (DIRETORIA DA INSTRUÇÃO PÚBLICA, 1870, grifo nosso)<sup>13</sup>.

No início do ano letivo, normalmente em fevereiro, reuniam-se

---

<sup>13</sup> Fonte: Panfleto 100 anos de educação, livro SS-3471. Colégio Estadual Atheneu Sergipense, Instituto de Educação Ruy Barbosa, 1870/1970. Arquivo Público de Sergipe, p. 2.

para eleger o secretário da Congregação por voto secreto. As sessões ocorriam entre as 11 e 12 horas na primeira quinta-feira do mês. Com base na pesquisa realizada por Alves (2005), eram presididas pelo Diretor da Instrução Pública da Província e igualmente Diretor do Atheneu Sergipense. Durante as votações, além do voto como membro da Congregação, tinha também direito ao “voto de qualidade” nas ocasiões de empate.

No livro de Atas do Atheneu Sergipense, de 1870 a 1916, estão registradas as reuniões da Congregação, o que nos possibilita acessar informações sobre os docentes, disputas internas e decisões que norteavam a prática escolar e o cotidiano da instituição. Segundo Santos (2016), são elas importante fonte de pesquisa:

Eleger as Atas como fontes de um estudo possibilita, ao pesquisador, a oportunidade de averiguar quais as prioridades da instituição e a sua cultura por meio dos assuntos em pauta registrados, bem como, verificar as intenções e posições dos membros comprometidos com a ação educativa. Em vista disso, oferece informações e objetos de pesquisa diversos, e ao analisar os fragmentos contidos, o pesquisador conseguirá identificá-los e classificá-los de acordo com os seus propósitos e que com muita diligência poderá obter os resultados esperados (SANTOS, 2016, p. 30).

Foi pelas Atas da Congregação que se iniciou nosso trajeto rumo à disciplina e aos lentes de Língua de Inglesa do Atheneu Sergipense. O primeiro contato acontece na Ata de 30 de março de 1871, quando

o lente da cadeira indagou sobre o número de alunos matriculados em sua disciplina, o que foi prontamente aceito pela Congregação.

Também foram consultadas as fontes dispostas junto ao acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGSE)<sup>14</sup>, Arquivo Público Estadual de Sergipe<sup>15</sup>, Arquivo Público Municipal de Aracaju<sup>16</sup>, Hemeroteca da Biblioteca Pública Epifânio Dória, onde foram localizadas as reformas educacionais, leis e decretos, do período histórico estudado. Então, foi realizado um levantamento da legislação pertinente ao ensino de Língua Inglesa do Center For Research Libraries<sup>17</sup>. A partir da confluência entre todo o material conceitual e documental encontrado, passamos a operar na escrita historiográfica.

Ao analisarmos esses documentos, estabelecemos um diálogo entre teoria e evidência. Por certo, o ofício do historiador não se faz sem interrogar as evidências, por isso questionamos: Como se configurou a disciplina Língua Inglesa no Atheneu Sergipense, entre os anos de 1870 e 1877? Qual e como era o quadro do ensino secundário, no que se refere às finalidades para ensino da língua

---

14 R. Itabaianinha, 41 – Centro, Aracaju/SE, 49010-190.

15 Praça Fausto Cardoso, nº 348 – Centro, Aracaju/SE, 49010-080.

16 Av. Hermes Fontes, 399 – São José, Aracaju/SE, 49015-350.

17 O Latin American Microform Project (Lamp), no Center for Research Libraries (CRL), produziu imagens digitais de séries de publicações emitidas pelo Poder Executivo do Governo do Brasil entre 1821 e 1993, e pelos governos das Províncias, desde as mais antigas, disponíveis para cada Província até o fim do Império, em 1889. O projeto proporciona acesso via Internet aos documentos, facilitando assim a sua utilização por pesquisadores e prestando apoio às pesquisas latino-americanas nesta iniciativa patrocinada no hemisfério pela Fundação Andrew W. Mellon. A este respeito, acessar: <http://www-apps.crl.edu/node/2>. Acesso em: 03 jul. 2016.

estrangeira, segundo a reforma Paulino de Souza de 1870? Como se desdobram as práticas dos professores da disciplina Língua Inglesa, a saber: Justiniano Mello e Silva e Ascendino Ângelo dos Reis? Quem estaria habilitado para ensinar tal língua estrangeira? Quais foram os livros trabalhados na instituição, bem como os conteúdos, métodos, abordagem, intencionalidade e autores? Estas perguntas movimentaram nossa pesquisa.

Ao analisar as Atas da Congregação do Atheneu Sergipense, os compêndios, os relatórios, os jornais, tomamos contato com a cultura escolar, o que permitiu compreender os textos normativos, que apregoavam e regimentavam as práticas escolares dos professores da disciplina de Inglês no Atheneu Sergipense. As Atas da Congregação desempenharam papel relevante para a pesquisa que resultou na produção deste livro.

Pesquisar documentos na confluência mútua entre passado e presente é uma tarefa de fôlego. Levantar dados materiais sobre determinada instituição é um desafio constante. Evitar a análise subjetiva de informações deve nortear os passos do pesquisador que carrega consigo dúvidas e questionamentos diversos sobre a veracidade dos fatos e informações deixadas pelas pegadas do tempo. O pensamento de Antonio Gramsci nos traz uma luz a este respeito:

A história não pode ir além da certeza (com a aproximação da investigação da “certeza”). A conversão do “certo” no “verdadeiro” pode dar lugar a construções filosóficas (da chamada história eterna) que tem apenas pouco em comum com a história “efetiva”; mas a história deve ser

“efetiva” e não romanceada: a sua certeza dos documentos históricos (ainda que a história não se esgote inteiramente nos documentos históricos, cuja noção, de resto, é tão complexa e extensa que pode dar lugar a conceitos sempre novos tanto de certeza quanto de verdade) (GRAMSCI, 1999, p. 91),.

A verdade absoluta é inexistente, a verdade do documento pode ser manipulada ou interpretada de maneira subjetiva, visto que não existe a verdade unilateral, mas vários lados de uma mesma história. Ciente deste fato, buscamos trabalhos de teses e dissertações, junto ao banco da Capes, que nos auxiliaram a situar nosso objeto de estudo no que se refere à História das Disciplinas no Ensino secundário, e ao ensino da Língua Inglesa no período.

Dos trabalhos localizados em circulação na área, destacamos a tese de Eva Maria Siqueira Alves, que empreendeu sua pesquisa de doutorado defendida na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), em 2005, intitulada O Atheneu Sergipense: uma Casa de Educação Literária examinada segundo os planos de estudos (1870-1908). A autora buscou conhecer a história do Atheneu Sergipense no período compreendido entre as três últimas décadas do século XIX e a primeira do século XX. Ao analisar os planos de estudos do Atheneu Sergipense, a pesquisadora levantou dados sobre as cadeiras lecionadas e as cargas horárias das disciplinas, os exames e mostrou suas finalidades, revelou o cotidiano pelas Atas da congregação e pautada numa documentação vasta permitiu despontar as práticas pedagógicas da instituição, o que possibilitou várias investigações no campo da Disciplina Escolar por parte de outros autores.

Outros trabalhos nos auxiliaram a situar e a fazer uma reflexão sobre a temática no conjunto da produção historiográfica do estado de Sergipe. Dentre eles, destaco a dissertação de mestrado *Sob a lente do discurso: aspecto do ensino de Retórica e Poética no Atheneu Sergipense*, de autoria de Ana Márcia Barbosa dos Santos, apresentada junto ao Núcleo de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe (UFS), no ano de 2010. O trabalho da pesquisadora aborda a trajetória do ensino de Retórica e Poética, no Atheneu Sergipense, no período compreendido entre 1874 e 1891.

Vale destacar a dissertação de mestrado de Elaine Maria Santos, intitulada *As reformas pombalinas e as gramáticas inglesa: percursos do ensino de inglês no Brasil (1759-1827)*, apresentada junto ao Núcleo de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Sergipe, no ano de 2010. O citado estudo teve por objetivo relacionar os princípios e diretrizes das Reformas Pombalinas da Instrução Pública com a produção de gramáticas inglesas, de 1759, ano da impressão da 3ª edição da Gramática de J. Castro e da promulgação do Alvará de 1759 a 1827, ano da impressão da Gramática de Guilherme Tillbury e da promulgação da Lei de 15 de outubro, buscando identificar suas implicações no processo de institucionalização do ensino de Inglês no Brasil.

No campo do estudo da Língua Inglesa do ensino secundário, a tese do pesquisador Luiz Eduardo Meneses de Oliveira, intitulada *A Instituição do Ensino das Línguas Vivas no Brasil: o caso da Língua Inglesa (1809-1890)*, defendida na PUC de São Paulo, no ano de 2006. O referido trabalho investigou o processo de institucionalização do ensino das Línguas Vivas no Brasil, bem como de sua configuração

como disciplina escolar, observando o caso específico da Língua Inglesa. Sua dissertação de mestrado, *A historiografia brasileira da literatura inglesa: uma história do ensino de inglês no Brasil (1809-1951)*, apresentada junto à Universidade de Campinas (Unicamp), no ano de 1999, consistiu no levantamento, seleção e descrição crítica dos livros de história da literatura inglesa produzidos e publicados no Brasil, relacionando-os com o processo de institucionalização e desenvolvimento do ensino de inglês no país, por meio de sua legislação, no marco temporal estudado.

Joselita Júnia Viegas Vidotti defendeu a tese de doutorado na Universidade de São Paulo (USP), no ano de 2012, intitulada *Políticas Linguísticas para o Ensino de Língua Estrangeira no Brasil do século XIX*, com ênfase na língua inglesa. A pesquisadora elegeu como objeto de estudo o discurso político-educacional sobre o ensino de língua estrangeira no Brasil no século XIX. Também vale destacar o trabalho de doutorado de Ricardo Westphalen de Queiroz Jucá, defendido na Universidade Tuiuti do Paraná, em Curitiba, datada em 2010, intitulada *A Língua Inglesa no ensino secundário brasileiro: 1838-1930*. O estudioso se dedicou a entender a trajetória da Língua Inglesa enquanto disciplina escolar. As análises do autor enfocaram o ensino ministrado no Colégio Pedro II, por ser considerada a instituição padrão para as congêneres.

Destacamos, ainda, a tese de doutorado de Rita Cristina Lima Lages, defendida na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), em 2013, denominada *As vitrines da civilização: referências estrangeiras na instrução pública em Minas Gerais no século XIX*, que investigou a circulação e apropriação das práticas dos países

estrangeiros por meio dos relatórios da presidência da Província de Minas Gerais, no período compreendido entre a Independência, em 1822, e a Proclamação da República, em 1889. A autora demonstrou como as experiências dos países estrangeiros, consideradas bem-sucedidas, serviram como parâmetros para os dirigentes políticos e educacionais na elaboração de propostas para o ensino público da Província de Minas Gerais.

A partir do levantamento bibliográfico, resultado de um exercício de investigação, foi possível se apropriar das contribuições que essas pesquisas trouxeram para o desenvolvimento do presente estudo. Desta forma, a pesquisa sobre o Atheneu Sergipense e o Ensino de Língua Inglesa na Instrução Pública Secundária de Sergipe (1870-1877) pretendeu contribuir para a História da Educação em Sergipe.

Definidos os ângulos teóricos e metodológicos da investigação, passa-se à sua organização. O presente livro, fruto do empreendimento da pesquisa apresentada, desdobra-se em quatro capítulos: um introdutório e mais três capítulos, seguidos de referência bibliográfica. Assim, este primeiro capítulo trata do texto exordial, em que é apresentado o objeto, com indagações pertinentes à pesquisa, objetivos, marco temporal, justificativa, um levantamento de obras que se mostraram concernentes ao tema de estudo proposto, metodologia e considerações a respeito da estrutura do texto.

O segundo capítulo, intitulado “A Língua Inglesa no Ensino secundário: do Lyceu de São Cristóvão ao Atheneu Sergipense”, versa sobre história da Língua Inglesa no ensino secundário da Instrução Pública do Sergipe Império a partir do momento que as aulas passaram a ser concentradas no Lyceu de São Cristóvão,

em 1847, até chegar ao Atheneu Sergipense, em 1870. Procura entender as finalidades para ensino da língua estrangeira, segundo a reforma Paulino de Souza de 1870, e como ela foi implementada no recém-criado Atheneu Sergipense. Neste sentido, aborda-se sobre a importância dessa instituição para a Província de Sergipe, tendo o Colégio Pedro II, do Rio de Janeiro, como modelo a ser seguido e as matrículas nas disciplinas de Línguas Estrangeiras.

O terceiro capítulo, denominado “Lentes da história de Língua Inglesa: Justiniano de Mello e Silva, e Ascendino Ângelo dos Reis”, versa sobre fatos e atos dos professores de Língua Inglesa nesse período. As características desses lentes pelos rastros dos documentos e as respectivas contribuições para a cadeia de Língua Inglesa no Atheneu Sergipense, bem como a maneira como a Língua Inglesa se estabelece nos planos de estudos do Atheneu Sergipense com base no livro de Atas da Congregação, numa abordagem comparativa com o Colégio Pedro II.

O último capítulo, “Os compêndios de Língua Inglesa adotados no Atheneu Sergipense”, situa o Grammar Translation Method em voga durante o marco temporal da pesquisa. Analisa dois livros trabalhados na instituição: *History of Rome*, de Goldsmith, e *Elementos de grammatica ingleza*, de Dr. Antonio Franco da Costa Meirelles. Faz análise dos conteúdos, métodos, abordagem, intencionalidade e autores. Em seguida apresentamos as considerações finais de pesquisa.

Por fim, concluímos o livro trazendo elucidações sobre as questões apresentadas como problematização da pesquisa.

## **2. A LÍNGUA INGLESA NO ENSINO SECUNDÁRIO: DO LYCEU DE SÃO CRISTÓVÃO AO ATHENEU SERGIPENSE**

O currículo como qualquer outra reprodução social, constitui o campo de toda sorte de estratégias, interesses e relações de dominação (GOODSON, 2011, p. 17).

No sentido do estudo da inserção de uma disciplina no currículo escolar, Goodson (1997) nos possibilita um entendimento sobre as razões que levam à sua permanência e estabilidade. A inserção não ocorre simplesmente de maneira pacífica, mas é sim fruto de determinantes políticos e sociais que atuam no pano de fundo e estão sujeitas, as disciplinas, a transformações e adaptações que se adéquam a determinado momento social, a fim de suprir eventuais demandas, de acordo com o período histórico. Desta maneira: “O currículo escolar é um artefato social, concebido para realizar determinados objetivos humanos específicos” (GOODSON, 1997, p. 17). Essas finalidades se concretizam no currículo escrito que, para Goodson (1997), é a legitimação material do processo de ações que atuaram sobre ele e que determinam as práticas escolares, os planos de estudos e materiais didáticos utilizados por uma disciplina.

O currículo escrito define as racionalidades e a retórica da disciplina, constituindo o único aspecto tangível de uma padronização de recursos (financeiros, avaliativos, materiais, etc.). Nesta simbiose, é como se o currículo

escrito servisse de guia à retórica legitimadora das práticas escolares, uma vez que é concretizado através de padrões de afetação de recursos, de atribuição de estatuto e de distribuição de carreiras. Em suma, o currículo escrito proporciona-nos um testemunho, uma fonte documental, um mapa variável do terreno: é também um dos melhores roteiros oficiais para a estrutura institucionalizada da educação (GOODSON, 1997, p. 22).

Desta forma, com a padronização dos recursos, os discursos legitimados na escrita, e documentos, permitiu-se assumir que a institucionalização da Língua Inglesa no currículo acontece mais por caráter prático e científico. De acordo com Santos (2010), “aprender Inglês e Francês assumiu caráter prático no Brasil Colônia, vinculado às aulas de fortificações planejadas desde 1669, mas com início posterior a 1710” (SANTOS, 2010, p. 39).

Neste sentido, Oliveira (2006, p. 37) esclarece que “o ensino de Línguas Vivas, servia como instrumento de acesso aos conhecimentos científicos da época, já que os compêndios utilizados no estudo da disciplina eram na maioria de Inglês ou Francês”. E prosseguiu nas linhas seguintes:

Na verdade, antes mesmo do período pombalino, durante o reinado de D. João V (1707-1750), alguns intelectuais portugueses já defendiam a utilidade das Línguas Vivas na formação da juventude contra o caráter ornamental das Línguas Clássicas, incompatível com um século de progresso material (OLIVEIRA, 2006, p. 37).

No entanto, durante todo o século XIX, as Línguas Clássicas permanecem no currículo com número de aulas relevante ante as Línguas Vivas, sendo retiradas com a publicação da Lei de Diretrizes e Bases de 20 de dezembro de 1961. Howatt e Widdowson (2004) consideram que foi a revolução Protestante que destronou o Latim como “língua franca” internacional, e ajudou a promover uma rivalidade entre as línguas nacionais da Europa. Em suas palavras: “A substituição do Latim por uma ‘língua universal’, sem conotações nacionais ou sectárias, era filosoficamente atraente” (HOWATT; WIDDOWSON 2004, p. 102)<sup>18</sup>.

Contudo, em Sergipe não é a Língua Inglesa que se estabelece primeiramente nos planos de estudos da Instrução Pública, mas sim o Latim e o Francês que assumem papel de relevância por serem as disciplinas incluídas nos preparatórios que possibilitam o ingresso nas faculdades do Império. Em 1840, a fala do Presidente da Província, Wenceslão Oliveira Bello, à Assembleia Legislativa Provincial de Sergipe, no dia 11 de janeiro, afirmava que sobravam Cadeiras de Latim enquanto faltavam Cadeiras de Geometria e Botânica e ainda havia um número reduzido de Cadeiras de Francês (SERGIPE, 1840). A introdução da cadeira de Língua Inglesa na Instrução Pública secundária demoraria para acontecer.

O ensino da Língua Inglesa passou a ser inserido primeiramente no ensino em São Cristóvão, capital da Província, em caráter particular. No ano de 1831, o Internato Colégio Patriótico, utilizando

<sup>18</sup> The protestant revolution had destroyed Latin as the international language lingua franca and helped to promote a rivalry between the national languages of Europe. Its replacement by a new universal language without national or sectarian overtones was philosophically attractive. (Tradução Nossa).

do método Lancaster<sup>19</sup>, tentou introduzir aulas de Gramática Latina, Língua Francesa, Língua Inglesa, Música e Dança na cidade de São Cristóvão. Entretanto, a tentativa não logrou êxito e as aulas de Língua Inglesa eram ofertadas de forma privada por um professor de nome Euzébio Vanerio, que mantinha o curso com ajuda de sua esposa na capital da Província (NUNES, 2008).

Em 1847, foi criado um pequeno colégio particular que tinha como diretor o padre José Gonçalves Barroso, lente de Filosofia Racional e Moral do Lyceu de São Cristóvão<sup>20</sup>. Nesse colégio eram ensinadas as primeiras letras, Inglês<sup>21</sup>, Geografia, Música e todos os preparatórios exigidos nas academias, admitindo alunos internos e externos. (SERGIPE, 1847).

Até então, a Língua Inglesa era ofertada por professores particulares ou em estabelecimentos privados. A inserção definitiva da Língua Inglesa nos planos de estudos da Instrução Pública secundária de Sergipe só veio acontecer depois que as aulas passaram a ser agrupadas no Lyceu de São Cristóvão, na capital da Província em 1847.

---

19 Esse método consistia em o professor ensinar a lição a um grupo de alunos mais adiantados e inteligentes, que as ensinavam aos colegas mais atrasados, divididos em pequenos grupos. Um só professor podia, assim, assistir a uma classe de centenas de alunos. Surgia a figura de um decurião, precursor do atual monitor (NUNES, 2008, p. 42). Vidotti (2012) afirma que esse método era bastante propagado na França, Suíça, Rússia e Estados Unidos.

20 Também denominado Liceu Sergipense.

21 Nos documentos analisados encontramos as nomenclaturas Inglês ou Língua Inglesa para referir-se a esse idioma. Utilizaremos as duas grafias no texto.

## 2.1 O LYCEU DE SÃO CRISTÓVÃO E A CRIAÇÃO DA PRIMEIRA CADEIRA DE LÍNGUA INGLESA NO ENSINO SECUNDÁRIO

O Lyceu de São Cristóvão<sup>22</sup> foi criado pela Lei nº 200 de 31 de julho de 1847, e tinha como objetivo reunir as aulas de ensino secundário em um só estabelecimento. A sua criação estava “envolto no ideário de necessidades para instrução da mocidade” (LIMA, 2005, p. 59). O Lyceu reunia as cadeiras de Latim, Francês, Lógica, Retórica e Geometria. As aulas foram ofertadas nas salas alugadas do Convento de Nossa Senhora do Carmo pela quantia de dezesseis mil réis.

As salas onde funcionaram as aulas foram cedidas pelos Frades Carmelitas em 1847. A Figura 1 mostra o atual conjunto arquitetônico que compreende o Convento e a Igreja Conventual Nossa Senhora do Carmo, localizado na cidade de São Cristóvão.

**Figura 1** – Convento e Igreja Conventual Nossa Senhora do Carmo, em São Cristóvão



Fonte: Acervo pessoal do autor, 2016.

22 Sobre o Lyceu de São Cristóvão ver Lima (2005).

Em 1848, a referida instituição passou a ofertar a disciplina de Língua Inglesa, e outra para a lição de História e Geografia. De acordo com a fala do Presidente da Província, Joaquim José Teixeira, à Assembleia Legislativa Provincial de Sergipe, no dia 11 de janeiro de 1848, com a criação das matérias de Língua Inglesa e das matérias de História e Geografia ficaria completo o ensino chamado preparatório.

O Lyceu Srs., acha-se actualmente sob a direção do zeloso e inteligente padre mestre José Gonçalves Barrozo, que por mim nomeado em virtude da autorização concedida ao governo pela lei nº 200 de 31 de julho p.p., e vai sendo mui proveitoso à mocidade. Cuido Srs, que bem faríeis se désseis ao Lyceu 2 cadeiras mais: uma para lições da língua ingleza, e a outra para lições de história e geografia. A importância das matérias que aponto, é bem conhecida, e com ellas ficaria completo o ensino chamado preparatório. (SERGIPE, 1848, p. 4).

A cadeira de Língua Inglesa foi preenchida pelo lente Euzébio Vanerio, aprovado no concurso para o magistério em 16 de fevereiro de 1849, com a presença do Presidente da Província, Zacarias de Goes Vasconcellos. Euzébio Vanerio possuía larga experiência como professor e era adepto do método lancasteriano. Nunes (2008) afirma que Vanerio utilizava esse método de forma pioneira no Brasil, na cidade da Bahia.

Teria sido Euzébio Vanerio, baiano ligado à vida de Sergipe a partir da autonomia política, o primeiro a utilizar, no Brasil, o método lancasteriano desde 1817, com grande

proveito de seus ouvintes, segundo sua afirmativa em ofício a Pedro I, de 1825, ao lhe oferecer a Memória concernente ao Ensino Mutuo (NUNES, 2008, p. 42).

Ao ingressar no Lyceu de São Cristóvão, Euzébio Vanerio ocupou também a cadeira de Comércio; todavia, o baixo número de matrículas se repetia tal qual o Inglês. As disciplinas ministradas por Vanerio obtiveram procura reduzida se comparadas com o Latim e o Francês, sendo registradas matrículas nas aulas de Inglês apenas em 1850, pois em 1849 não houve inscrição para essa cadeira.

De acordo com Alves (2005), o baixo número de alunos que concorriam para as disciplinas do professor resultou em reclamações no jornal Correio Sergipense em 1849, após ter se manifestado também diante da Congregação, justificando que o reduzido número de estudantes nas aulas de Inglês e de Comércio era reflexo da “imperiosa escassez de livros, a pouca numerosa mocidade da capital, e a falta de concorrentes de fora, carecedores de comodidades durante seus estudos” (ALVES, 2005, p. 29).

A fala do Presidente da Província, Amancio João Pereira de Andrade, de 1º de março de 1850, informava que ao Lyceu “tem concorrido alguns alunos de diversos lugares da Província, muitos dos quais não tinham recursos para irem estudar em outras Províncias e se fossem seria a custa de grandes dispêndios e longe das vistas dos pais” (SERGIPE, 1850, p. 14).

Apesar das aulas reunidas no Lyceu de São Cristóvão proporcionarem aos seus alunos a possibilidade de estudos de

diversas disciplinas em um só lugar, um número considerável de alunos não recorreu ao Lyceu, continuaram seus estudos espalhados pela Província com grande concorrência na cadeira de Latim, que contava com professores que ofertavam a disciplina de forma isolada, sendo a maioria das aulas ministradas por padres que também eram professores.

O Presidente da Província, Dr. Amancio João Pereira de Andrade, no entanto, fazia severa crítica aos padres-professores. Segundo Dr. Amancio, eram “ignorantes que não sabiam como instruir nos princípios religiosos atribuindo-lhe uma falsa educação moral” (SERGIPE, 1850, p. 14). Os padres, de fato, seriam os responsáveis pela maioria das cadeiras de Latim espalhadas na Província.

O quadro da Secretaria de Governo de Sergipe de 8 de fevereiro de 1850, expedido pelo Secretário do Governo, José Thomaz de Brito, permite-nos uma visão geral sobre a distribuição das aulas na Província e na Capital.

**Quadro 1** – Mapa das aulas do Lyceu de São Cristóvão e das cadeiras de Gramática Latina espalhadas na Província de Sergipe

CADEIRAS DO LYCEU	LENTESES	ALUNOS	NOTAS
Philosophia Racional e Moral	Reverendo José Gonçalves Barroso	10	
Rhetórica e poética	Olimpio Fiusa Muniz Barreto	1	

**Quadro 1** – Mapa das aulas do Lyceu de São Cristóvão e das cadeiras de Gramática Latina espalhadas na Província de Sergipe (continuação)

Geografia e história	Dr. Antonio Nobre de Almeida Castro	-	
Arithmetica, Álgebra e Geometria	Galdino Barbosa de Araujo	9	
Commercio	Euzebio Vanerio	-	
Inglez	Euzebio Vanerio	-	
Francez	Manoel Odorico Mendes	10	
Latim	Reverendo José Roberto de Oliveira	12	
Cidade de Estância	Reverendo Domingos Querino de Souza	36	
Vila de Laranjeiras	Manuel Vicente Alves do sacramento	44	
Vila de Maroim	Reverendo Francisco José de Carvalho	14	
Vila do Rozario	Reverendo Luiz da Rocha Santos Villar	14	

**Quadro 1** – Mapa das aulas do Lyceu de São Cristóvão e das cadeiras de Gramática Latina espalhadas na Província de Sergipe (continuação)

Vila de Capella	Dr. Thomaz Diogo Leopoldo	28	
Vila de Propriá	Reverendo Antonio Muniz Telles	27	
Vila Nova do Rio São Francisco	Reverendo Alexandre Pinto de Mendonça	9	
Vila de Itabaiana	Antonio Diniz Barretto	18	
Vila de Lagarto	Reverendo José Álvares Pitangueira	9	

Fonte: Falla que dirigeo a Assembléa Legislativa Provincial de Sergipe na abertura da sua sessão ordinária no 1.º de março de 1850 o exm. Snr. Presidente da Província, Dr. Amancio João Pereira de Andrade. Sergipe, Typ. Provincial, 1850.

O Relatório traz informações referentes ao ano de 1849, sendo que a cadeira de Língua Inglesa não foi procurada. Se não havia concorrência para as aulas de Inglês, o oposto acontecia com a língua clássica. Pode-se observar que eram mais aulas de Latim e Francês, o alvo principal dos alunos, seja pela necessidade de ingresso em alguns cursos como Direito e Medicina ou porque “esta cadeira foi concebida como base para o estudo das demais cadeiras” (LIMA, 2005, p. 107). Nesta perspectiva, Lima (2005) utiliza-se de Bevilaqua

(1997) com o seguinte enunciado:

As primeiras cadeiras oferecidas no Liceu Sergipense eram as exigidas no ensino preparatório. A compreensão sobre o ensino preparatório nos revela o sentido da instrução secundária predominante na primeira metade do século XIX: um ensino de preparação para as Academias. Era exigido um estudo com especificações das cadeiras, conforme a Lei de criação das Academias de São Paulo e Olinda. Os estudantes interessados em frequentar os cursos jurídicos deveriam apresentar documento comprovando a aprovação da Língua Francesa, Gramática Latina, Retórica, Filosofia Racional e Moral e Geometria (BEVILAQUA, 1977 apud LIMA, 2005, p. 104).

Desta forma, a consolidação da cadeira de Língua Inglesa não se estabeleceu de maneira contundente como esperava Euzébio Vanerio, não obstante a ideia de que o Inglês seria a língua para o comércio e seu ensino servia como instrumento de acesso ao conhecimento científico. A Figura 2 demonstra a procura pelas aulas de Inglês e as outras cadeiras ofertadas no Lyceu de São Cristóvão.

**Figura 2** – Demonstrativo de matrícula no Lyceu Sergipense: 1848 – 1853

QUADRO estatístico dos trabalhos do Lyceu de Sergipe desde o anno de sua criação até o de 1843; a saber:																
AULAS	1847	1848		1849		1850		1851		1852		1853				
		Matriculante-se	Perderão o anno	Forão approvados	Matriculante-se	Perderão o anno	Forão approvados	Matriculante-se	Perderão o anno	Forão approvados	Matriculante-se	Perderão o anno	Forão approvados			
Geometria		9	6	-	9	5	1	11	11	-	14	11	-	17	16	-
Philosophia		16	2	3	10	6	-	12	-	-	9	5	2	13	6	-
Rhetorica		4	1	2	1	-	-	-	-	-	13	10	-	3	2	-
Latim		18	5	-	12	4	1	16	13	-	12	-	-	22	13	-
Francéz		17	7	1	10	6	-	18	14	3	6	4	-	28	19	3
Inglez		-	-	-	-	-	-	1	-	-	4	-	-	5	4	-
Geographia		-	-	-	-	-	-	4	1	-	-	-	-	4	2	-
Commercio		-	-	-	-	-	-	6	6	-	-	-	-	4	-	-
	De 31 de julho desse anno data a lei de criação do estabelecimento															
OBSERVAÇÕES																
As aulas de Inglez, Geographia e commercio começaram em 1850. A de Commercio foi suprimida em 17 de abril de 1852. Em cada um dos annos vai a nota - Forão aprovados - : porque não houve nenhum que tivesse prestado exame e não fosse aprovado. O numero de estudantes que não perderão o anno por darem menor numero do que vinte faltas; e que não prestarão exame se deprende facilmente da diferença entre o numero dos matriculados, e dos inscriptos sob o titulo - Perderão o anno, -																
Secretaria do Lyceu de Sergipe 4 de Novembro de 1853.																
Dr. Luiz Alvares dos Santos, Secretário																

Fonte: Relatório apresentado á Assembleia Legislativa Provincial de Sergipe na abertura da 2.a sessão ordinária no dia 10 de julho de 1853, pelo exm<sup>o</sup>. p. Presidente da Província, Dr. José Antonio de Oliveira Silva. Sergipe, Typ. Provincial, 1853.

Na Figura 2, pode-se deprender, pela procura de alunos, a hegemonia do Francês e Latim em detrimento da Língua Inglesa, bem como as outras cadeiras desde o ano de sua criação até o último ano de funcionamento dessa instituição. O quadro evidencia a disparidade de inscrição nas disciplinas. As aulas de Língua Inglesa iniciadas em 1850 registraram matrícula incipiente. No primeiro ano de funcionamento apenas um aluno concorreu para a cadeira. Em 1851, o número sobe para seis alunos, cinco em 1852 e seis alunos para o ano de 1853. Os pais preferiam colocar seus filhos nas cadeiras habituais como Filosofia, Latim e Francês.

De acordo com Chervel (1990, p. 197), “a aceitação de uma nova disciplina no programa de ensino, a instauração das disciplinas ou das reformas disciplinares é uma operação de longa duração”. De certa forma, levaria algum tempo até que sua inserção fosse validada e reconhecida como importante pela sociedade, uma vez que as aulas de Francês e Latim já haviam se consolidado no programa de ensino e eram as matérias mais concorridas com número acima de outras disciplinas ofertadas. O Quadro 2 mostra a procura pelas cadeiras estrangeiras no Lyceu de São Cristóvão no ano de 1850.

**Quadro 2** – Relação dos alunos matriculados nas disciplinas de Língua Estrangeira no Lyceu de São Cristóvão em 1850

---

LATIM

---

01 Amintas Silvano de Brito

---

02 Antônio Joseph Amleida

---

03 Antonio L. Reis

---

04 Carlos Augusto Cunha

---

05 Constantino J. Moreira

---

06 Franco Sobral

---

07 Helvecio Nunes Telles

---

**Quadro 2** – Relação dos alunos matriculados nas disciplinas de Língua Estrangeira no Lyceu de São Cristóvão em 1850 (continuação)

---

08 Herculano Ferreira dos Mares Guia

---

09 José Franciso de Argollo

---

10 João Joseph Moreira

---

11 João F. Moreira

---

12 Joseph L. Correia

---

13 Joseph Roberto de Carvalho

---

14 Luiz Ferreira Ludovice

---

15 Pedro L. Calazans

---

16 Simião Teles Sobral

---

---

**FRANCÊS**

---

01 Amintas Silvano de Brito

---

02 Antônio Procópio Torres

---

03 Franco P. Sobral

---

**Quadro 2** – Relação dos alunos matriculados nas disciplinas de Língua Estrangeira no Lyceu de São Cristóvão em 1850 (continuação)

---

04 Helvecio Nunes Telles

---

05 Herculano Ferreira dos Mares Guia

---

06 Isaias de Oliveira Ramos

---

07 Joaquim de Lima Mascarenhas

---

08 Joaquim Domingos de Trindade

---

09 Joaquim José Gomes

---

10 Joseph L. Correia

---

11 Joseph L. Sobral

---

12 Joseph Roberto Carvalho

---

13 Manuel Alves

---

14 Manuel Lobo

---

15 Pedro Calasans

---

16 Pirendo Soares Silva

---

17 Severiano Reis Joseph

---

**Quadro 2** – Relação dos alunos matriculados nas disciplinas de Língua Estrangeira no Lyceu de São Cristóvão em 1850 (continuação)

18 Simião Telles Sobral

**INGLÊS**

01 Gustavo Carvalho Sampaio

Fonte: Quadro elaborado a partir do Livro do Lyceu de São Cristóvão (1850).  
Ref. 492 FASS05a–Cemas.

O quadro releva que muitos alunos optavam por estudar mais de uma aula. Helvecio Nunes Telles e Herculano Ferreira dos Mares Guia matricularam-se nas cadeiras de Latim e Francês. Gustavo Carvalho Sampaio, único aluno matriculado para a cadeira de Inglês, também cursou Filosofia. O total de alunos matriculados para Latim é de 16. Para o Francês, o número é ainda maior, com 18 matriculados.

A Fala do presidente da Província, Dr. Amancio João Pereira de Andrade, em 1851, ao informar os resultados do ensino secundário de 1850, afirmava que a situação do ensino era preocupante. Dos 11 alunos matriculados nas aulas de Geometria, todos perderam o ano; na matéria de Francês, dos 18 matriculados, um morreu, 13 perderam o ano, três foram aprovados e um ficou habilitado para o exame preparatório; na cadeira de Latim houve 16 alunos matriculados, sendo que um faleceu, 12 perderam o ano e três frequentaram com bom aproveitamento; 12 alunos atenderam à cadeira de Filosofia

Racional e Moral, dos quais quatro foram aprovados; para Geografia foram quatro matrículas, dois perderam o ano; Inglês contou com um aluno matriculado com aproveitamento; dos seis alunos matriculados na aula de Comércio todos abandonaram; e para Retórica, não houve matrícula (SERGIPE, 1851).

A situação do ensino de Língua Inglesa na Província não ia bem. O Latim e o Francês continuaram como as disciplinas mais concorridas para os exames preparatórios, embora o Inglês figurasse entre as disciplinas do curso preparatório desde 1831. Vidotti (2012) esclarece sobre a instituição das línguas vivas no programa de preparatórios:

[...] quando da criação do curso jurídico em 1827, apenas a língua francesa fora exigida como requisito para admissão no curso e conseqüentemente fazia parte das cadeiras preparatórias que seriam criadas, no entanto na lei de 7 de novembro de 1831, a língua inglesa veio compor as cadeiras preparatórias para esse curso, mesmo não tendo sido prevista na lei de 1827 (VIDOTTI, 2012, p. 9).

Nesta perspectiva, Nunes (2008) acrescenta que a lei de 3 de outubro de 1832 deu nova organização às Academias Médico-Cirúrgicas da Bahia e Rio de Janeiro e que para ingresso nessas Academias seria necessário o conhecimento do Latim, Inglês e Francês, Filosofia Racional e Moral, Aritmética e Geometria. Segundo a autora, esses requisitos permaneceram por toda época imperial.

Um problema que se apresentava era que os exames prestados no Lyceu não tinham validade para ingresso nas Academias do

Império. A preocupação com a validação dos exames feitos no Lyceu de São Cristóvão era sempre uma constante. Em 1850, o Presidente da Província, Dr. Amancio João Pereira de Andrade, sugeriu que a Assembleia Geral conseguisse que os exames do Lyceu fossem admitidos nas diversas Academias do Império como forma de atrair mais alunos (SERGIPE, 1850).

Vários motivos corroboravam ainda para a escassa procura e baixa frequência no Lyceu de São Cristóvão, que possuía matrícula irregular, oscilando anualmente. A falta de condições financeiras para pagarem a matrícula e a impossibilidade de deslocamento mostravam-se outros empecilhos. Assinalou Nunes (2008) que “a localização geográfica da Capital dificultava o acesso de estudantes de outras regiões” (NUNES, 2008, p. 78). Outro fator concerne às doenças que vitimavam a população e impediam os alunos de comparecerem às lições. “A febre amarela, que assolou a tantas Províncias do litoral do Império e que não deixou de fazer nesta muitos estragos, concorreu sem dúvida para este abandono em que se achou o Lyceu, que não podia deixar de ressentir-se de tanta calamidade” (SERGIPE, 1851, p. 12).

Para Santos (2014), entre os anos de 1830 e 1850, o medo das doenças trouxe uma preocupação sobre a higiene e sobre as populações das vilas e cidades sergipanas, o que levou a um “controle diferenciado, seja sobre a higiene, seja sobre a composição do seu patrimônio, garantindo uma preocupação estética” e um controle mais dinâmico sobre o espaço (SANTOS, 2014, p. 120).

Se por um lado as doenças impediam alunos de comparecerem às aulas, por outro, o Lyceu de São Cristóvão carecia de compêndios

e instalações adequadas para ensino. Alves (2005) acrescenta que as condições físicas eram inapropriadas, não havia local para espera de alunos antes do começo das aulas e as janelas permaneciam sem vidraças.

O Relatório do presidente da Província, Dr. Luiz Antônio Pereira Franco, de 20 de abril de 1854, assim apresentava a situação do Lyceu em 1853:

Precisa muitíssimo o Lyceo de que se lhe mandem pôr vidraças nas janellas, porque em chovendo, ou hão de ficar as escuras os Professores, e estudantes, ou ser incommodados, e distrahidos pela chuva, que entra, e que demais d'isso vai arruinando. Esta necessidade é sentida desde o começo do Lyceo, e de'lla sempre a Congregação se tem occupado em seos Relatórios à Assembléa Provincial [...] O edificio do Lyceo não oferece as precisas accomodações, tornando-se por isso de muita necessidade fazerem-se mais duas salas. Existem sete aulas, e somente há três salas (SERGIPE, 1854, p. 6).

Esta falta de estrutura também interferia negativamente no aproveitamento das aulas. O Relatório considerava ainda a necessidade de se possuir uma biblioteca própria com os compêndios de Língua Inglesa, Latim, Francês e Português. Estes fatos, a não validação dos estudos na Província e o cenário desfavorável levaram os pais que dispunham de recursos financeiros mandarem seus filhos para estudar em localidades onde os exames preparatórios eram aceitos.

Também em 1853, o Lyceu de São Cristóvão atingiu um baixo índice de aproveitamento em todas as disciplinas.

**Tabela 1** – Aproveitamento das disciplinas no Lyceu de São Cristóvão no ano de 1853

<b>Cadeira</b>	<b>Matriculados</b>	<b>Sem aproveitamento</b>	<b>Motivos</b>
<b>Latim</b>	19	11	Perderam ano, sendo a maioria por falta.
<b>Francês</b>	14	11	Perderam ano por falta.
<b>Inglês</b>	6	5	Perderam ano por falta.
<b>Filosofia</b>	8	8	Todos perderam ano por falta.
<b>Retórica e Poética</b>	1	1	Reprovado
<b>Geografia e História</b>	1	1	Reprovado
<b>Geometria</b>	17	16	Todos perderam ano por falta ou reprovação
<b>Total de matriculados</b>	<b>66</b>	<b>53</b>	

Fonte: Relatório que foi entregue à administração da Província de Sergipe pelo Dr. Inácio Joaquim Barboza no dia 22 de novembro de 1853. Typ. Provincial de Sergipe, 1854, anexo 14.

O Secretário do Lyceu de São Cristóvão, Dr. Luiz Álvares dos Santos, em 4 de novembro de 1853, escreveu o mapa com o nome dos estudantes que se matricularam na disciplina de Língua Inglesa informando o aproveitamento deles. Tal documento nos serve de base para entender o que se passava de igual forma nas outras disciplinas. O Quadro 3 revela o alto índice de abandono das aulas.

**Quadro 3** – Mapa dos alunos matriculados na disciplina Língua Inglesa de 1853 no Lyceu de São Cristóvão

	<b>Nomes</b>	<b>Aproveitamento</b>	<b>Procedimento</b>	<b>Observação</b>
01	Antonio Leoncio de S. Tiago	Algum	Regular	Perdeu o anno com 92 faltas
02	Graciliano Aristides de Prado Pimentel	Bom	Regular	Inteligente e aplicado. Perdeu o anno com 58 faltas
03	Herculano Firmino dos Mares Guia	Algum	Regular	Perdeu o anno com 54 faltas
04	Manuel Ladislao da Costa Lobo	Algum	Regular	Teve 8 faltas
05	Cardoso Pereira da Fonseca Gomes	Bom	Regular	Perdeu o anno com 103 faltas
06	Tito Augusto Souto de Andrade	Bom	Regular	Perdeu o anno com 103 faltas

Fonte: Mapa de notas dos estudantes d’aula de Inglês de Lyceu no ano de 1853. Manuscrito – livro de registro das comunicações do Liceu Sergipense. Localização: Arquivo Público do Estado de Sergipe/APES. G1-974.

Como pode ser observado, o único aluno que obteve aproveitamento foi Herculano Firmino dos Mares Guia, que

demonstrou ter adquirido “algum” tipo de conhecimento. Os demais alunos, apesar de demonstrarem “bom” aproveitamento, como Graciliano Aristides de Prado Pimentel, que foi considerado “inteligente e aplicado”, não conseguiram aprovação devido ao número de faltas. O aluno Tito Augusto Souto de Andrade viria a ser lente de Aritmética, Álgebra e Geometria do Atheneu Sergipense em 1871. Assim, em 1853, o Lyceu de São Cristóvão atingiu um baixo índice de aproveitamento em todas as disciplinas.

O número reduzido de alunos frequentando as aulas do Lyceu e o elevado número de alunos reprovados foram motivos de grande preocupação das autoridades. Porém, como não havia nenhuma outra casa de instrução secundária na Província, era justificada a permanência do estabelecimento, entretanto, esses fatos sinalizavam futura transferência de algumas cadeiras para outras localidades.

Somava-se a essas razões o fato de que as elites residentes, principalmente, nas cidades de Estância e Laranjeiras, principais centros econômicos da Província, continuavam com o costume de enviar seus filhos para os colégios-internatos fora da Província, visto que os exames realizados no Liceu de São Cristóvão não eram reconhecidos para o ingresso nas Faculdades do Império (CONCEIÇÃO, 2012, p. 205).

A cidade de São Cristóvão nessa época já não abrigava sinais de progresso e desenvolvimento, o Lyceu já combalido, com pouca concorrência de estudantes, não compensava as despesas destinadas para pagamento de salários e manutenção (SERGIPE, 1854) e as

aulas foram encerradas na Instituição em 1855 com a mudança da capital.

## **2.2 NOVA CIDADE, VELHOS PROBLEMAS: A LÍNGUA INGLESA CO, M A MUDANÇA DA CAPITAL**

A mudança da capital de São Cristóvão para Aracaju ocorreu em 17 de março de 1855, pelo Presidente da Província, Inácio Joaquim Barbosa de Araújo. Santos (2014) afirma que a fundação de Aracaju não se tratou apenas de uma ação centralizadora da Província na organização de seu território, mas de uma orientação política que lançasse bases para um projeto de civilidade, desenvolvimento econômico e modernidade.

Com a mudança da capital, o Lyceu de São Cristóvão foi fechado pela Resolução nº 422, de 22 de abril do mesmo ano (NUNES, 2008), porém, a cadeira de Gramática Latina permaneceu aberta, a cadeira de Filosofia se transferiu para Aracaju; as cadeiras de Latim já eram ofertadas em Estância, e Francês havia mudado para Laranjeiras.

O relatório do Presidente da Província Dr. Inácio Joaquim Barbosa de Araújo de 1º de março de 1855, traz especificações acerca da organização do ensino secundário na Província, após transferência da capital:

Tenho dado a devida execução à Resolução nº 398 de 21 de Junho do anno passado, que criou nas Cidades de Laranjeiras e Estância, além das cadeiras de Latim, que

néllas já existião, as Cadeiras de Philosophia, Francêz, Geometria, e Geographia e História. Para esse fim nos termos da autorização do art. 2º da mesma resolução, removi do Lyceo o professor de Geometria para a Cidade de Estância, e o de Francez para a Cidade de Laranjeiras; puz em concurso as cadeiras de Philosophia e Geographia d’ esta ultima Cidade, que forão providas em Felismino Canulto de Faro, por ter pedido demissão um dos professores do Lyceo; e nomeei Ribeiro Lima para as cadeiras de Francez e Philosophia da Cidade da Estância (SERGIPE, 1855, p. 10).

Inácio Joaquim Barbosa de Araújo criou ainda parcerias com colégios particulares; na cidade de Estância firmou parceria com o Dr. Antônio Ribeiro Lima; em Laranjeiras com Manoel Odorico. Inácio Barbosa se dirigia a eles como “Diretor ou Empresário do Colégio”. Nessas escolas eram ministradas aulas de Latim, Francês, Filosofia, Geometria, Geografia, Dança e Música (SERGIPE, 1855). A cadeira de Língua Inglesa deixou de ser ofertada nessas escolas e no ensino público. Sobre esse sistema de parceria público-privado, Joaquim Tavares da Conceição esclarece:

Ao governo provincial cabia o pagamento da remuneração dos professores e o custeio de aluguel de casas e materiais didáticos para o funcionamento dos estabelecimentos. Esses colégios não passavam de estabelecimentos subvencionados pelo governo, funcionando em casas alugadas, com cômodos arranjados para receber alunos internos (CONCEIÇÃO, 2012, p. 208).

Em 1856 assumiu a presidência da Província o Doutor Salvador Correia de Sá e Benevides. Preocupado mais com as disciplinas estrangeiras, ele justificou as razões da transferência das cadeiras de Francês e Latim para as cidades de Estância e Laranjeiras, afirmando que eram cidades que possuíam bom desenvolvimento comercial, e por isso deveriam receber as cadeiras de línguas.

As cidades de Laranjeiras e Estância são puramente commerciaes, muito promettem, e se achão adiantadas, estado este, que exige instrucção para ganhar na civilização; porém seja esta instrucção relativa aos seus interesses. As aulas de inglez, francez, e outra regular de arithmética, álgebra, escripturação comercial, e geometria, são as que realmente precisão estas duas cidades (SERGIPE, 1856, p. 28).

Para o Presidente da Província, Sá e Benevides, as línguas vivas deveriam ocupar lugar de destaque na educação secundária, pois falar uma língua estrangeira poderia auxiliar na comunicação e facilitar transações comerciais; conseqüentemente, o ensino de idiomas deveria ser voltado para esta área.

No entanto, a cadeira de Inglês não se transferiu para estas cidades. Eusebio Vanerio entrou de licença para tratar de saúde, e faleceu em 1853. Foi substituído pelo professor Dr. Luiz Alves dos Santos, que entrou de licença também no mesmo ano para tratar da saúde na Bahia e as aulas de Inglês passaram a ser dadas em caráter particular<sup>23</sup>.

---

23 Ofício do Presidente da Província ao diretor do Liceu na 2ª secção, n1, de 6 de

Oliveira (2006) menciona registros de anúncios de aulas de Inglês e Francês, no Correio Sergipense de 8 de julho de 1857, de um estudante de direito chamado Joaquim Barbosa Lima, que recebia alunos em sua própria casa, a fim de prepará-los para ingresso na carreira jurídica.

As cadeiras de Geografia e História não foram substituídas no Lyceu de São Cristóvão, pois o professor encontrava-se de licença por cinco anos, concedida por lei provincial. Essas cadeiras eram consideradas sem utilidade para a instrução secundária local. Eram mais importantes as línguas estrangeiras. A este respeito o Presidente da Província, Salvador Correia de Sá e Benevides, em 1856 já afirmava que por “não ser uma aula de língua estrangeira, não havia vantagem para os interesses do comércio ou para um fim de qualquer indústria, servia apenas para complemento da educação superior” (SERGIPE, 1856, p. 25), e por esta razão era sem importância para permanência em São Cristóvão, visto que já havia um esvaziamento no número de alunos desde a mudança da capital para Aracaju.

A introdução da cadeira de Latim na cidade de Aracaju veio pela resolução de 28 de abril de 1855. O exame foi marcado para o dia 29 de outubro, mas não houve candidatos. O professor Braz Diniz Vilas Bôas, que já havia regido a cadeira de Latim de Santo Amaro das Brotas em 1829, e depois em caráter particular na cidade de Laranjeiras em 1837, ofereceu-se para iniciar as aulas em Aracaju. Sendo o requerimento aprovado pela Assembleia de Sergipe, as lições foram instaladas em 1857 em casa alugada para funcionamento

---

fevereiro de 1854. Correspondência do Governo com Liceu Sergipense, v. 1128 in Lima (2005).

do curso. Braz Diniz Vilas Bôas foi jubilado por idade a 22 de fevereiro de 1864. No mesmo ano as aulas foram retomadas com a transferência, para Aracaju, de Tomás Diogo Leopoldo, que ensinara Latim na cidade de Capela e na Vila de Propriá. No entanto, as classes de Latim atraíram poucos alunos e o professor pediu exoneração em janeiro de 1867 (CALAZANS, 1951).

A tentativa de iniciar os estudos secundários centralizados na recém-criada Aracaju coube à iniciativa do Dr. Guilherme Pereira Rebello, que já havia ocupado o cargo de Inspetor de Ensino nos governos de Inácio Joaquim Barbosa de Araújo e José Antônio de Oliveira e Silva. Personalidade influente na sociedade sergipana e da Bahia, médico e professor de Língua Inglesa, Guilherme Pereira Rebello, além de pertencer a várias sociedades literárias e científicas, escreveu várias obras, entre elas: *Origem e Evolução da Língua Inglesa* e *Nova Selecta Inglesa*, compêndio adotado no Atheneu Sergipense em 1901 (GUARANÁ, 1925, p. 210).

Em 1862, com ajuda de outros professores que colaboraram dando aulas gratuitas, Guilherme Pereira Rebello implantou o Lyceu Sergipano em Aracaju, com planos de estudos baseados no Colégio Pedro II, e buscava centralizar o ensino em local único. A Língua Inglesa foi ministrada pelo próprio Guilherme Pereira Rebello e era ofertada juntamente com o Francês, o Latim, Aritmética e Geometria e incluiu também o Italiano, que seria oferecido posteriormente. A Tabela 2 demonstra a matrícula nas disciplinas.

**Tabela 2** – Demonstrativo de matrícula do Lyceu Sergipano de 1862

DISCIPLINAS	MATRÍCULA
Latim	14
Francês	22
Inglês	7
Aritmética	7
<b>Total</b>	<b>50</b>

Fonte: Tabela elaborada pelo autor com base no Relatório com que foi aberta a 2ª sessão da 14ª legislatura da Assembleia Provincial de Sergipe pelo presidente Dr. Joaquim Jacintho de Mendonça, no dia 4 de março de 1863. [Sergipe] Typ. Provincial, 1863, p. 32.

Impulsionados pelas personalidades que emprestaram seus serviços ao ensino, o Lyceu Sergipano atraiu olhares da população. Os números apresentados se mostraram satisfatórios para o primeiro ano de funcionamento. As aulas de Inglês pela primeira vez atingiram um número maior de procura, mas ainda inferior ao Latim e o Francês. No entanto, a quantidade de matriculados no Lyceu Sergipano estava ainda abaixo das matrículas do ensino secundário nas cidades de Maruim e Estância, que em 1863 contavam com 134 alunos e não ofertavam a disciplina de Inglês.

O relatório do Dr. Joaquim Jacintho de Mendonça, de 4 de março de 1863, informava que a instrução secundária achava-se limitada às aulas de Latim estabelecidas na capital, nas cidades de Laranjeiras e Estância e vila de Itabaiana; Francês nas cidades de Laranjeiras e

Estância, Aritmética e Geometria também nessas cidades, sendo que o professor de Geometria de Laranjeiras ensinava também Francês, mediante uma gratificação.

Com relação ao Lyceu Sergipano, os resultados não foram animadores. Nunes (2008) salienta que os professores não cooperaram, pois as lições eram gratuitas e não houve respaldo financeiro do governo da Província. O Lyceu Sergipano teve suas portas fechadas dois anos depois pela Resolução nº 713, de 20 de julho de 1864. Segundo Conceição (2012), o principal problema do Lyceu Sergipano foi a falta de alunos que concorressem às suas aulas.

Com o encerramento do Lyceu, as lições passaram a ser avulsas, e a oferta de Língua Inglesa continuou como disciplina isolada sendo oferecida por professores particulares. Um exemplo refere-se às aulas de Francês do professor Geminiano Paes de Azevedo, que possuíam uma frequência de 31 alunos em 1865, ao passo que as aulas de Latim iam perdendo espaço (CALAZANS, 1951).

Outro fator preponderante de atraso nas questões voltadas para o ensino eram as constantes mudanças dos dirigentes no Governo da Província. Essas mudanças causavam retrocesso nas tentativas de implementação de políticas voltadas para a instrução, impediam a continuidade e sistematização da organização educacional, e desestruturavam as tentativas de estabelecer um ensino secundário regular. Um levantamento sobre a troca na presidência da Província de Sergipe de 1848 até 1889, ano da última nomeação do governo imperial, mostra que 34 pessoas foram designadas presidentes da Província<sup>24</sup>. Não era só Sergipe que tinha essas mudanças, este fato

24 Quadro com os Presidentes da Província ver NUNES, 2008.

ocorria também em outras províncias. Dick (2001), ao pesquisar sobre as políticas públicas para o ensino secundário na Bahia, identificou que entre 1860 e 1889, 45 presidentes e vice-presidentes assumiram a administração da Província da Bahia.

Esse fato evidencia indícios da instabilidade das políticas públicas no campo educacional, uma vez que alguns presidentes foram substituídos no mesmo ano. Em decorrência disso, podemos conjecturar que havia uma descontinuidade das iniciativas governamentais no que tange à Instrução Pública. Nas palavras de Haidar:

[...] a instabilidade dos presidentes que se sucediam, muitas vezes, na razão de dois ou mais por ano na gestão dos negócios provinciais, a incapacidade e despreparo de muitos desses delegados do poder central, norteados antes pela preocupação política que pela intenção de bem servir aos interesses das Províncias, opunham obstáculos consideráveis ao progresso da instrução pública provincial (HAIDAR, 2008, p. 30).

Com a extinção do Lyceu Sergipano pela Resolução nº 713, de 20 de julho de 1864, “encerrou-se mais uma tentativa de unificação do ensino secundário em Sergipe” (NUNES, 2008, p. 108). O insucesso do segundo esforço de situar o estudo secundário em um só estabelecimento na Província foi objeto da seguinte consideração do então Presidente da Província, Tenente-coronel Francisco José Cardozo Junior em 1871:

O Lyceu Sergipense, cujo nome ainda ligado a belas inteligências, preparadas nos seus bancos; o Lyceu gratuito d'esta Capital, cuja criação tanta glória conferiu aos seus autores, vida efêmera viveram: a secúre destruidora derribou-os para sempre (SERGIPE, 1871, p. 56).

Com o fechamento do Lyceu Sergipano da capital, as aulas do ensino secundário ficaram resumidas às matérias de Francês, Latim e Geometria, ofertadas em aulas isoladas. Em 1868 a Instrução Pública Secundária na Província resumia-se a oito cadeiras: na capital, uma aula de Latim; em Laranjeiras, uma aula de Latim e Francês; e Estância que contava com uma aula de Francês, uma de Aritmética e outra de Geografia. Sendo que o número total de alunos matriculados na Instrução Pública foi de 11 alunos e 79 nas instituições particulares. Nesse mesmo ano, 5 alunos obtiveram atestado de habilitação do Professor de Francês da cidade de Estância (SERGIPE, 1868).

Durante esse processo de instalação e encerramento do ensino secundário, um ponto era recorrente: a necessidade da criação de uma biblioteca que possuísse material de pesquisa. Apesar do Inspetor da Instrução Pública, Dr. Guilherme Pereira Rebello, denunciar o péssimo estado em que se encontrava a Biblioteca Pública (SERGIPE, 1852, p. 22), os livros catalogados foram o pequeno legado deixado pelas sucessivas tentativas de prover a Instrução com uma biblioteca estruturada. Na relação de livros da Biblioteca Pública, no ano de 1865 já se encontravam catalogados livros das áreas de Linguística, Ciências Morais e Religiosas, Filosofia e um número considerável de livros de Jurisprudência. O campo de Linguística englobava as

matérias de Português e línguas estrangeiras. Porém, especificamos aqui apenas os livros de Língua Inglesa registrados no acervo da Biblioteca Pública: *Grammatica Ingleza*, *The elements of English Composition*, *Dicionário Inglêz* por Barclay e *English Diccionary* por William Perry (SERGIPE, 1865).

Os relatórios da Instrução Pública denunciavam o estado de abandono em que se encontrava a educação em toda a Província e as dificuldades que passavam os alunos para realizarem os exames preparatórios. Neste sentido, Haidar esclarece:

As circunstâncias que dificultavam a realização dos exames de preparatórios aos candidatos provinciais, obrigados a deslocar-se para a Corte ou para as outras Províncias onde muitas vezes, apesar de inscritos, não eram imediatamente chamados às provas, constituíam as principais razões apontadas como justificativa para as matrículas condicionais (HAIDAR, 2008, p. 62)<sup>25</sup>.

O problema com os exames preparatórios era antigo e de grande preocupação. Desde 1853 que o relatório do Presidente da Província, Dr. Luiz Antônio Pereira Franco, de 12 de novembro de 1853, colocava a necessidade de submeter à Assembleia Geral solicitação para validação dos exames preparatórios prestados na Província como forma de atrair alunos, e assim fazer o ensino secundário prosperar e florescer (SERGIPE, 1853). Denunciava ainda outros problemas que

---

25 Sobre esses exames para ingressar nas Academias, Ferronato (2012) afirma que até 1851 os exames preparatórios eram realizados apenas nas escolas superiores onde os candidatos queriam ingressar e tinham validade de apenas um ano.

precisavam também ser sanados, visto que não havia regularidade dos métodos adotados, faltava inspeção sobre a atuação dos professores, baixos salários, compêndios, casas e mobiliária apropriadas para funcionamento das aulas. Esses problemas continuaram a ser recorrentes mesmo com a mudança para Aracaju e as reclamações constantes.

Outro fator que preocupava as autoridades era o número considerável de alunos que abandonavam as escolas. Em 1869 matricularam um total de 4.299 alunos. Desse total, 2772 eram do sexo masculino e 1527 feminino, contudo só frequentaram 2933 alunos. Permaneceram até o final do ano letivo 1802 alunos do sexo masculino e 1131 do sexo feminino. O Presidente da Província, Dr. Evaristo Ferreira da Veiga, em 1869, tendo como base o modelo de outros países, cogitava a possibilidade de multar os pais de alunos que, sem motivo justo, deixassem seus filhos abandonarem os estudos.

Já que, infelizmente, nem todos os pais se compeñtram de que seu primeiro dever é dar instrução e educação a seus filhos, cumpre que o poder competente lance mão de qualquer medida coercitiva que os obrigue a cumprir o mais nobre e elevado de todos os deveres de um pai. O magnífico exemplo da Prússia e de outros países da Alemanha onde o ensino obrigatório é adaptado em todo seu rigor, nos deve convencer da vantagem de, pelo menos, tornar menos livre a instrução primária entre nós (SERGIPE, 1869, p. 20-21).

De acordo com Evaristo Ferreira da Veiga, o ensino secundário apresentava os mesmos sinais de abandono por parte dos alunos. Um

dos motivos seria a taxa de matrícula no valor de 10\$000 (dez mil réis) cobrada para frequentarem as aulas e que seria inconveniente, pois privava os menos favorecidos da sorte de concorrerem às aulas. O Relatório mencionava ainda que foram abertas mais oito lições particulares de instrução secundária nas quais se ensinava Latim, Francês, Geografia e Inglês, que voltou a aparecer no quadro de disciplinas ofertadas, mesmo que em caráter particular. Nessas classes haviam matriculado 55 alunos, porém frequentavam apenas 38 (SERGIPE, 1869).

As seguidas tentativas de consolidar o ensino secundário na Província não se concretizaram e sucumbiram à ineficiência do poder público na administração da Instrução Pública. Durante esse tempo, o ensino de Língua Inglesa adquiriu papel secundário. Sua inserção definitiva no programa de ensino só iria acontecer com a criação do Atheneu Sergipense, em 1870.

### **2.3 UM NOVO TEMPO, UMA NOVA ESPERANÇA: A CRIAÇÃO DO ATHENEU SERGIPENSE**

Era o dia 3 de fevereiro de 1871.

A gentil “Odalisca do Norte” parecia estremecer de contentamento aos pés do soberbo e magestoso Cotinguiba. A obra do falecido Ignácio Joaquim Barboza, patenteou n’aquela data, aos olhos do mundo inteiro o seu elevado capital. A Província de Sergipe escreveu seu nome na extensa lista dos romeiros que caminham em procura da verdadeira civilização. O progresso moral, de há muito estacionário – adiantou um passo, - a mocidade radiosa,

forte, alegre, comunicativa, corajosa; a mocidade que atrai e que seduz; a mocidade que nem a fortuna, nem o gênio que se eleva acima do vulgo ajoelhado podem conquistar; ella em sua orgulhosa e divina flor a transpoz o porteiro arruinado e sombrio que a segregava do templo da sciencia – cumprindo-lhe n'alma as aspirações da glória. As 12 horas do indicado dia teve lugar o acto de inauguração solemne do Atheneu Sergipense. Depois da missa votiva ao Espirito Santo, celebrada na capella de S. Salvador, pelo reverendo vigário da freguezia, José Luiz d'Azevedo e a que assistiram o s. exc. Snr. Presidente da Instrucção Pública, membros do conselho litterário, lentes e muitas pessoas gradas da capital, encaminharam-se todos para o paço da câmara municipal, onde provisoriamente funcçãoarão as differentes aulas. Uma guarda de honra, composta dos menores da companhia de aprendizes marinheiros, achava-se ali postrada. [...] compareceram as 3 professoras públicas da capital com suas respectivas alumnas. Em uma das salas da frente verificou-se a cerimônia. Num dossel, elegantemente preparado, via-se a Effigie do defensor perpetuo da Nação, o Senhor D. Pedro II. Antes de tudo o pároco, devidamente paramentado benzeu os diversos compartimentos do edificio. Após isto o illustre e distincto presidente da Província pronunciou um eloquente bem elaborado discurso. Terminou a festa com a leitura da acta de installação na qual assinaram as pessoas presentes, - com os vivas análogos erguidos por s. exc.- e com o hino nacional executado pela musica do corpo de policia [...] 24 de outubro é a época que assinala a emancipação política de Sergipe. 24 de outubro de 1870 – é a ephoca que marca a emancipação intellectual da família Sergipense. 3 de fevereiro de 1871 – ter-se-á cantado uma epopea– ter-se-á escripto mais uma página brilhante na história de Sergipe (Jornal do Aracaju, 5 de fevereiro de 1871. Ano II, nº 130, p. 1).

A publicação da solenidade de inauguração do Atheneu Sergipense evidencia a importância da criação desta instituição para a sociedade sergipana, não falharia como aconteceu com o Lyceu de São Cristóvão (1847) e o Lyceu Sergipano de Aracaju (1862). É a escola que iria de agora em diante formar jovens, prepará-los para ingresso nas academias superiores das Províncias e solucionar uma lacuna no ensino secundário em Sergipe, pois não havia mais necessidade de deslocar os filhos para estudarem em outros locais.

O relatório do tenente coronel Francisco José Cardoso Junior, de 3 de março de 1871, expõe a circunstância em que se encontrava o ensino secundário na Província, afirmando que era desolador em relação à instrução superior, da qual seus filhos estavam absolutamente privados, denunciava ainda a situação de inferioridade em que se encontrava a Província em relação a outras de menor categoria (SERGIPE, 1871, p. 54).

Até então, as famílias que dispunham de recursos financeiros mandavam seus filhos para longe de suas vistas paternas em alguma Província estranha. A maioria da população desprovida de recursos era condenada a permanecer privada de conhecimento acadêmico (SERGIPE, 1871).

Eugenia Silva (2004) aponta que a elite intelectual sergipana do século XIX buscava as faculdades de Direito de Pernambuco e de Medicina da Bahia para cursarem o ensino superior. No entanto, muitos intelectuais cursaram seus estudos em “estabelecimentos de ensino secundário, criaram e dirigiram escolas públicas e particulares desse nível de ensino formando aqueles que compuseram os quadros

administrativos do serviço público e a gerência do serviço privado” (SILVA, 2004, p. 36). Era a sociedade da jovem Aracaju que ressentia a falta de um estabelecimento para formar sua elite intelectual.

Para preencher esse vazio que havia na instrução secundária e que era motivo de preocupação das autoridades, foi criado o Atheneu Sergipense. Nas palavras de Alves:

Indubitavelmente, o evento cultural mais importante na década de 1870, na Província de Sergipe, foi a criação do Atheneu Sergipense. Governava Sergipe o Tenente Coronel Francisco José Cardoso Júnior [...] que movido por pensamentos reformistas, inovou o sistema da instrução pública [...]. Dois problemas que vinham desafiando os governantes desde a década de 1830 foram resolvidos: a centralização das aulas de Humanidades e a criação do Curso Normal (ALVES, 2005, p. 41).

Criado pelo Regulamento Orgânico da Instrução Pública da Província de Sergipe, de 24 de outubro de 1870, por D. Manoel Luiz d’Araújo<sup>26</sup>, Inspetor Geral da Instrução Pública, foi inaugurado em 3 fevereiro de 1871. O Atheneu Sergipense passou a oferecer o Curso Normal com duração de dois anos, e de Humanidades com duração de quatro anos.

---

26 Delegado especial da Instrução Pública da Corte em Sergipe, Diretor da Sociedade Propagadora da Instrução em Sergipe, professor gratuito da cadeira de história do Brasil do curso noturno instituído pela Sociedade Emancipadora “25 de Março”, de que foi sócio fundador e seu orador, sócio honorário da Associação Comercial do Aracaju, deputado provincial nos biênios de 1862-1863 e sucessivamente nos de 1870-1875, tendo presidido as sessões de 1873-1874 (GUARANÁ, 1925, p. 399).

A inauguração aconteceu com a presença de autoridades proeminentes da sociedade, estiveram presentes o Presidente da Província, Dr. Francisco José Cardoso Júnior<sup>27</sup>, o Diretor Geral da Instrução Pública e do Atheneu Sergipense, Manuel Luiz Azevedo d’Araújo, o Juiz de Direito da Comarca, a comissão do Gabinete Literário, o Clero, os Militantes, os chefes das repartições públicas, os lentes do Atheneu Sergipense, os Professores e Professoras Públicas do ensino primário da capital (LIVRO DE ATAS DA CONGREGAÇÃO DO ATHENEU SERGIPENSE, 3 de fevereiro de 1871. Ref. 481FASS01 – CEMAS).

Segundo Alves (2005, p. 6), os principais objetivos da instituição eram: “ministrar educação secundária, de caráter literário e científico, necessária e suficiente de modo a proporcionar à mocidade subsídios para matricular-se nos cursos superiores, como também desempenhar variadas funções na sociedade”.

No entanto, no seu primeiro ano de funcionamento, várias críticas surgiram em relação às condições do prédio. Inicialmente as aulas aconteceram num prédio cedido pela Câmara Municipal que, de acordo com as palavras de Nunes (2008, p. 121), era uma casa “arruinada e suja”. O Diretor da Instrução Pública, Dr. Manuel Luiz Azevedo d’Araújo, se reportou à urgência de um edifício para o Atheneu Sergipense no relatório de 1871. O prédio oferecido pela Câmara Municipal não foi construído para abrigar uma escola, não possuía acomodações necessárias aos trabalhos de uma instituição

<sup>27</sup> Nascido na Província do Rio de Janeiro, a 15 de janeiro de 1826. Bacharelou-se em Matemática. É coronel do estado-maior de primeira classe e tem o título de conselho do imperador; é oficial da ordem da Rosa e da de São Bento de Aviz. Presidiu a Província de Sergipe e de Mato Grosso (BLAKE, 1895, 3º vol., p. 7).

educacional (JORNAL DO ARACAJU, 2 de abril de 1871. Ed. 260, p. 1). Era necessária a construção de um prédio que estivesse à altura de um estabelecimento que servisse de modelo de educação na Província.

Reconhecendo a importância de possuir um centro de instrução, onde seriam reunidas todas as aulas do Atheneu Sergipense, o Presidente da Província, Francisco José Cardozo Junior, solicitou do imperador D. Pedro II recursos financeiros para edificação de uma casa onde pudesse funcionar o Atheneu Sergipense e a Diretoria de Instrução Pública, no que foi atendido. A disponibilidade financeira se deu depois que o Imperador recusou a criação de um monumento em sua homenagem na Corte, e convergiu as quantias subscritas para a edificação de prédios adaptados à Instrução pelas Províncias do Império (SERGIPE, 1871, p. 56).

Desta forma, o Presidente da Província, Cardoso Junior, ordenou ao engenheiro João Gomes Vieira Dantas que se levantasse a planta para a construção do prédio com orçamento de 26:000\$000 (vinte e seis mil réis), tendo também a contribuição da sociedade que colaborou com doações financeiras para tal fim (COMPILAÇÃO DE LEIS PROVINCIAIS DE SERGIPE: 1835 A 1870, p. 125)<sup>28</sup>.

Ainda segundo Porto (1991), o prédio construído em 1870 passou por reformas para melhorar a fachada, que tinha um pórtico de quatro colunas e frontão:

---

[...] se a intenção foi boa, a realização não foi feliz. O  
28 Biblioteca Pública Estadual de Sergipe. Sem data de publicação.

acesso ao edifício fazia-se por duas escadas paralelas e coladas à fachada, que terminavam num patamar diante da porta de entrada. Escadas e patamar eram limitados por um parapeito de alvenaria, cheio, e sobre ele levantavam-se as quatro colunas que sustentavam o frontão triangular. Baixas e grossas, as colunas davam ao pórtico um aspecto atarracado, além do conjunto parecer uma excrescência na fachada. [...] no fim do século ele já fora demolido, o parapeito substituído por uma grade de ferro e o pórtico por uma pequena cobertura, sustentada por colunas mais finas, correspondendo à porta de entrada (PORTO, 1991, p. 29).

O relatório do Presidente da Província, Luiz Alvares de Azevedo Macedo, de 4 de março de 1872, considerava que era preciso observar os modelos de arquitetura escolares de Nova Iorque, Brooklyn, Boston, vilas e povoados dos Estados Unidos. Segundo o Presidente, a educação americana se fazia em prédios singulares, eram castelos, uma habitação gótica ou da Renascença. Repetiam as palavras de Hippeau<sup>29</sup> para quem a “educação se fazia em verdadeiros palácios da puerícia e da mocidade, de elevado luxo e favoráveis condições higiênicas” (SERGIPE, 1872, p. 16, grifo do autor).

Inserido dentro do projeto urbanístico do engenheiro militar Sebastião Basílio Pirro<sup>30</sup>, que traçou o plano de desenvolvimento urbano em forma de xadrez com linhas retas para a cidade de Aracaju, o Atheneu Sergipense foi construído dentro da área onde se

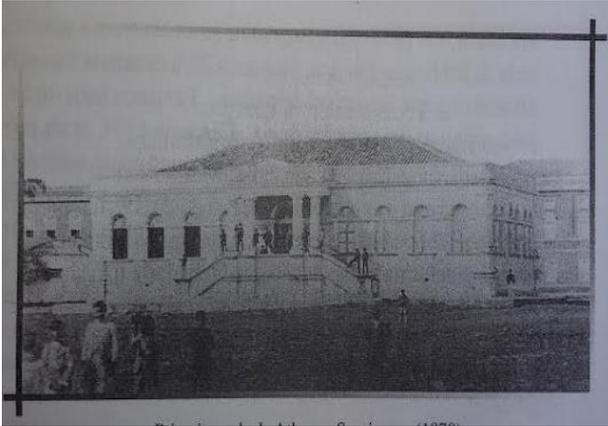
29 Celestin Hippeau - Autor francês, permaneceu um ano nos Estados Unidos sob solicitação do governo francês para estudar a experiência da educação americana e culminou com a obra: A Instrução Pública nos Estados Unidos. Essa produção repercutiu na elite ilustrada brasileira do século XIX (LAGES, 2013).

30 Engenheiro militar, traçou o plano urbanístico da cidade de Aracaju. Foi professor de Geometria do Liceu de São Cristóvão.

consolidou a classe proeminente da sociedade.

Desta forma, o edifício do Atheneu Sergipense significou muito mais que um prédio, considerado “o melhor da capital pela sua elegância e solidez” (NUNES, 2013, p. 122). Sua arquitetura representou a concretização do anseio de uma sociedade que lutava para possuir na capital um prédio destinado ao ensino, e que fosse reconhecido pela sua importância e qualidade de educação, mesmo que não se parecesse com o modelo americano.

**Figura 3** – Prédio do Atheneu Sergipense de 1871



Fonte: Porto (1991, p. 40).

**Figura 4** – Prédio do Atheneu Sergipense após reforma na fachada<sup>31</sup>



Fonte: Porto (1991, p. 40).

**Figura 5** – Colégio Vassar, em New York



Fonte: Hippeau (1871, p. 78-79) in Lages (2013, p. 261).

---

31 Porto (1991) não especifica ano da reforma.

As imagens dos prédios nos revelam que o modelo de arquitetura escolar americano estava, de fato, avançado, comparado à arquitetura do Atheneu Sergipense. A educação americana servia como modelo a seguir pela Instrução Pública e era objeto de discurso dos presidentes da Província, que embora possuíssem poucos recursos, percebiam nos Estados Unidos um exemplo de país a ser seguido.

## **2.4 O ATHENEU SERGIPENSE NA ARACAJU DOS 1870: AS LÍNGUAS, OS JORNAIS, AS NOTÍCIAS**

No ano da criação do Atheneu Sergipense em 1870, o juiz de direito Candido Augusto Pereira Franco, e chefe de polícia da Província do Maranhão, escreveu uma compilação das Leis Provinciais de Sergipe de 1835 a 1880, trazendo informações diversas em relação à administração pública. Nessa compilação, sobre o sistema educacional de ensino da Instrução Pública, relatava que nas aulas públicas e contratadas do ensino elementar no final de 1870, frequentaram, no total, 4.457 alunos, sendo que 2.825 eram do sexo masculino e 1.632 do feminino. Sobre as escolas particulares, consta que frequentaram 219 alunos: 131 do sexo masculino e 88 do sexo feminino (COMPILAÇÃO DE LEIS PROVINCIAIS DE SERGIPE: 1835 A 1870, p. 77. s/d)<sup>32</sup>. As aulas secundárias contavam apenas com nove aulas, sendo três na capital; uma de Francês, uma de Latim e uma de Geometria; Laranjeiras e Estância contavam apenas com uma cadeira de Latim e uma de Francês; nas cidades de Capela e Propriá havia apenas uma cadeira de Latim. A disciplina de Língua

32 Não consta ano de publicação.

Inglês não era ofertada pela Instrução Pública.

Em 1870 ainda se discutia os limites da Província de Sergipe entre a Bahia e o norte. Enunciava-se que Brejo Grande precisava ter suas fronteiras delimitadas, pois a cidade continuava a pertencer pela parte civil a Sergipe e pela eclesiástica a Alagoas. O transporte de escravos a bordo de embarcações ou nas estradas rumo a outras províncias só era possível com passaporte legal e com pagamento de impostos.

O relatório do Juiz de Direito Candido Augusto Pereira Franco, de 1870, também chamou atenção para a quantidade de estrangeiros que foram presos em terras de Sergipe Del Rey: 56 indivíduos foram para a cadeia. Apesar de não constar o tipo de delito cometido, nem os nomes, nem nacionalidades, configura-se um quadro expressivo de estrangeiros em terras sergipanas em um momento de transformações sociais, que coincide com interesses de vários países como Inglaterra, França e Estados Unidos sobre o comércio brasileiro. Gilberto Freyre relata que desde o início do século XIX as cidades estavam cheias de figuras de índole duvidosa, eram “charlatões e chantagistas europeus, dos mais finos aos mais grosseiros. Uns dizendo-se médicos, outros fingindo-se engenheiros” (FREYRE, 1977, p. 132).

Ainda de acordo com Freyre (1977), do meio ao fim do século XIX a Grã-Bretanha exerceu um papel dominante e importante no espaço brasileiro. Os engenheiros ajudaram a desenvolver as ferrovias, que se tornaram fundamentais para o comércio brasileiro, dado a extensão territorial do país. Produtos importados variavam desde chapéus, calçados, queijo, espelhos, aço, drogas, e até mesmo

introduziram a carne de carneiro na culinária brasileira.

Freyre considera que a influência britânica na economia brasileira vinha de longa data e os britânicos “foram favorecidos com privilégios que nenhum outro povo obteve” (FREYRE, 1977, p. 46). Seus produtos eram consumidos principalmente no Rio, na Bahia e em Pernambuco. Evidentemente, estes fatores acentuaram a importância da Língua Inglesa no Brasil.

Decididamente, a língua inglesa ia conquistando o próprio reduto brasileiro da latina: a Minas Gerais dos princípios do século XIX, famosa por seus padres e desembargadores latinistas. Essa conquista foi um dos resultados da abertura dos portos, do estabelecimento de ingleses no Brasil como homens de negócios, da importação de livros ingleses, outrora proibidos pela Inquisição ou pelos padres menos liberais (FREYRE, 1977, p. 37).

Em Sergipe a circulação de ideias inglesas se fazia presente nos jornais, e imigrantes se instalavam na Província. Nunes (2008) relata que em 1860, quando da visita do Imperador Pedro II a Sergipe, já havia nas cidades da Província de Sergipe casas “comerciais dirigidas por estrangeiros, como os alemães Schram e Winter na cidade de Maruim, e vice-consulados de Hamburgo, Suécia e Noruega” (NUNES, 2008, p. 104).

Em 1871 o Ministro dos Estrangeiros listava o corpo diplomático e consular estrangeiro residente na Corte e nas Províncias indicando a presença de quatro Vice-consulados instalados em Sergipe. Holanda: Eduardo Wynne; Peru: Horácio Urpia; Uruguai: José Narboni;

Áustria-Hungria: Adolph Lairé Junior. Em 1881 continuavam instalados mais dois Vice-Consulados: o da Suécia e Noruega, representados por Roberto Brown; e Portugal, que tinha como Vice-cônsul substituto Jacintho Almeida Figueiredo<sup>33</sup>, o que demonstra que as terras sergipanas atraíam estrangeiros em busca de transações comerciais e que havia uma movimentação de pessoas, circulação de ideias, atividades comerciais com outros países. Isso sinalizava para a necessidade de se aprender uma língua estrangeira. Haidar afirma que:

O alvorecer da década de 1870 inaugurou uma nova vida política e intelectual do império. A calma dos anos anteriores sucedeu um período de efervescência, de defesa, intransigente de princípios. Na política “é um mundo inteiro que vacila”, nas regiões do pensamento, “um bando de ideias novas esvoaçam sobre nós todos os pontos do horizonte” (ROMERO, 1926, apud HAIDAR, 2008, p. 129).

Esses pensamentos e ideias eram objetos de discussão na imprensa sergipana. Consideráveis números de jornais circulavam nessa época, tanto na capital quanto nas cidades mais importantes como Estância, Laranjeiras e Maruim. Os periódicos tratavam sobre os mais variados assuntos e serviam de palco de grandes contendas. Costumava-se recorrer aos jornais para reclamar, tratar de assuntos educacionais, pessoais, negócios, anunciar a chegada de navios de

33 Center for Research Libraries. Brazilian government documents. Almanak Laemmert (1844-1889). Disponível em: <http://www-apps.crl.edu/brazil/almanak>. Acesso em: 02 jun. 2016.

passageiros e comerciais no porto. Os jornais anunciavam produtos importados oriundos de além-mar com notícias de países europeus e da América. Os jornais, desta forma, nos servem como fonte de informação desse período. Sobre o uso dos jornais como fonte histórica, indica Capelato:

Até a primeira metade deste século [século XX], os historiadores brasileiros assumiam duas posturas distintas em relação ao documento-jornal: o desprezo por considerá-lo fonte suspeita ou o enaltecimento por encará-lo como repositório da verdade. Neste último caso, a notícia era concebida como relato fidedigno da verdade (CAPELATO, 1988, p. 21).

Alguns jornais em circulação na segunda metade do século XIX em Aracaju, a partir de 1870, ano da instalação do Atheneu Sergipense: *Jornal de Sergipe*, Órgão do partido liberal (1866-1906); *O Conservador*, Órgão do partido (1868-1873); *O Porvir*, Periódico literário do Atheneu Sergipense (1872); *A Liberdade*, Órgão político (1873-1874); *A Crença*, Órgão conservador (1873); *Jornal do Povo*, Periódico (1874); *O Sergipano* (1874-1875); *O Protesto* (1875); *A Zorra* (1875-1876); *O Americano* (1876-1877); *Diário de Sergipe* (1877) (SILVA, 1920, p. 100).

Havia outros jornais que surgiram no decorrer da segunda metade do século XIX. Alguns de duração efêmera, outros de maior longevidade. As cidades de Estância, Maruim e Laranjeiras também possuíam jornais locais, o que denota a importância dos periódicos

para a sociedade sergipana. Segundo Nunes (2008), a partir de 1870 a vida cultural sergipana era ativa, principalmente na imprensa, por meio dos jornais que circulavam.

Era elevado o nível intelectual dos jornais existentes, visível através dos artigos publicados, embora pouca importância desse aos acontecimentos locais. Interessavam-lhe mais as ocorrências da Europa, sobretudo da França, do que os fatos provincianos ou mesmo nacionais. Tal ocorrência não era exclusiva de Sergipe, mas refletia alienação dominante no Brasil (NUNES, 2008, p. 124).

Muitas informações sobre o Atheneu Sergipense eram veiculadas via jornais, tais como número de matrículas, abertura de aulas, plano de estudos e escolha de compêndios. Traziam ainda os pensamentos e ações desenvolvidas no campo da educação pelos países mais desenvolvidos como Estados Unidos, França, Inglaterra, Alemanha, Prússia e Portugal. Eram as ideias de Horace Mann<sup>34</sup>, Tocqueville<sup>35</sup> e Hippeau sobre educação, sendo que algumas eram traduzidas do

34 Reformador norte-americano e defensor das “Common schools”, defendia a ideia de que a educação deveria se estender a toda a população. Advogou a ideia de que a educação romperia com o domínio do capital e servilismo do trabalho (SOUZA, 2012).

35 Escreveu A democracia na América – Leis e Costumes. Defendia a ideia de que os americanos tinham o costume de se associar para combater o individualismo e o isolamento social. O teórico Tocqueville compreende o fenômeno do associativismo como um mecanismo de combater ao individualismo nas sociedades democráticas, constituído a partir de um modelo de associações ou sociedades livres em que os indivíduos reúnem-se de forma voluntária e motivados por identificarem-se com os objetivos presentes (RODRIGUES, 2015).

inglês para o português na íntegra, publicadas em alguns jornais e citadas nos relatórios da Província. O Jornal do Aracaju do dia 4 de setembro de 1872 publicava sobre a Instrução Pública da Inglaterra destacando a falta de obrigatoriedade para as aulas de religião nas escolas e a liberdade de ensino (JORNAL DO ARACAJU de 04 de setembro 1872, Ed. 263, p. 1).

Palavras em Inglês apareciam em meio a textos escritos em português e sem tradução, como nos exemplos: “a internacional quer celebrar com um “meeting” o aniversário...”, “Lord Granville” e “pooling booth” (JORNAL DO ARACAJU de 23 de abril de 1872, Ed. 265, p. 2).

Os jornais em circulação noticiavam cursos práticos para aprender Inglês e outras línguas estrangeiras. Também anunciavam a venda de livros que vinham da Inglaterra, França e outros países, consolidando o mercado editorial de línguas estrangeiras.

Figura 6 – Anúncio de cursos de línguas estrangeiras

**LINGUAS  
ESTRANGEIRAS**

A. — Novo methodo ou ensino pratico de aprender com rapidez e facilidade a lingua allemã. I. Curso	1\$000
B. — Neuer praftischer Lehrgang zur schnellen und leichtesten Erlernung der portugiesischen Sprache. I. Buch	1\$000
C. — Francez—portuguez. I. e II. Curso	2\$000
D. — Inglez—portuguez. I. e II. Curso	2\$000
E. — Allemão—portuguez. I. e II. Curso	2\$200
F. — Portugiesisch—deutsch. I. e II. Curso	2\$200

Os differentes cursos vender-se-ha em separado—até o fim deste anno.

As encommendas devem ser dirigidas á H. A. Gruber, e acompanhadas da importancia [em carta com o valor declarado.]

Por 12 e mais exemplares faz-se um abatimento razoavel. As encommendas despacham-se-hão pelo correio. -- Finalmente pedimos a coadjuvação dos illustres collegas, a fim de que em todas as escolas sejam adoptados os methodos que dependem do raciocinio, e que dão occasião á creança de aprender uma materia em modo facil e agradavel.

Rio de Janeiro, Novembro de 1871.

**HUGO A. GRUBER.**

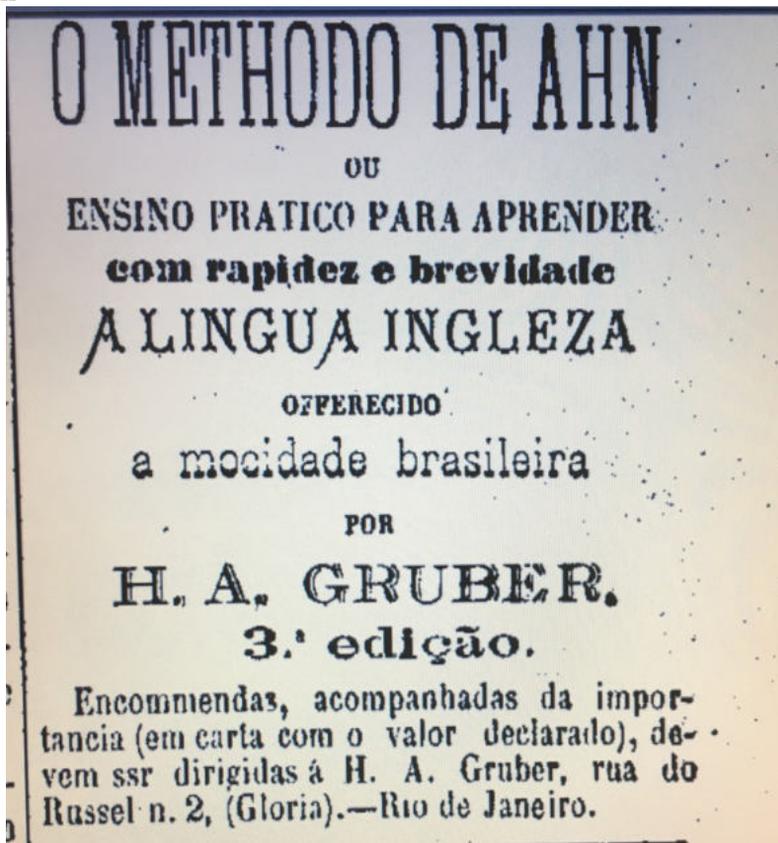
**11 B. — TRAVESSA DO DESTERRO, LAPA. — 11 B.**

---

TYP. DO—JORNAL DO ARACAJU— RUA DA CONCELHAO— IMPRESSOR. HERNES F. COSTA.

Fonte: Jornal do Aracaju de 23 de março de 1872, ed. 254, p. 4. Acervo: Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe.

**Figura 7** – Anúncio de curso para aprender Inglês pelo método de Ahn<sup>36</sup>

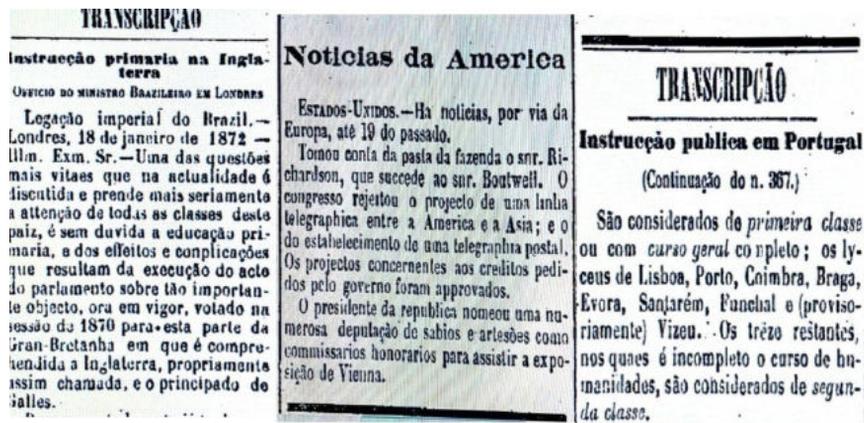


Fonte: Jornal do Aracaju de 16 de abril de 1873. ed. 368, p. 4. Acervo: Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe.

36 Franz Ahn nasceu em 1796 na Alemanha. Seu método era baseado em fórmulas simples. Adotando um passo de cada vez, sem muitas palavras em cada lição, mas com muita prática. Após breve introdução de pronúncia, apresentava-se os fundamentos básicos com 12 palavras traduzidas, seguidas por um conjunto de sentenças a serem traduzidas para língua materna. Em seu primeiro curso há 68 lições no espaço de apenas 66 páginas, além de um conjunto de 12 áreas de vocabulário e 12 páginas de diálogos fáceis (HOWATT; WIDDOWSON, 2004).

Encontramos também anúncios de mercadorias vindas da Inglaterra e inclusive jornais que eram escritos em português, editados em Londres e trazidos para a cidade de Maruim. Em 1872, José Francisco da Silva, proprietário da “Casa de Máquinas de Costura”, publicou anúncio de máquinas de costurar trazidas da Inglaterra. O anunciante também oferecia a assinatura do *Echo Americano*, jornal ilustrado e literário, ornado com gravuras, representando acontecimentos, costume dos povos, momentos históricos, retrato de homens ilustres e celebridades de diversos países, e contribuiria muito para o Império do Brasil. O jornal era escrito em Londres duas vezes por mês em português claro e correto e continha cada número de seis a oito páginas, custava 12\$ (doze réis) por ano (JORNAL DO ARACAJU, 13 de abril de 1872, ed. 261, p. 4).

Figura 8 – Circulação das ideias estrangeiras no Jornal do Aracaju



Fonte: Jornal do Aracaju de 09/04/1872, ed. 260 e 30/04/1873, ed. 266. Acervo:

Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe.

Igualmente, os jornais noticiavam com frequência a respeito do sistema educacional da França, Inglaterra, Estados Unidos e Alemanha. Esses países eram apresentados como possibilidade de modelo a ser seguido na Província e mostravam o atraso da Instrução Pública de Sergipe em relação a esses países e outras províncias do Império, como São Paulo e Rio de Janeiro. Esses assuntos repercutiam no campo político, sendo constantes as reclamações dos presidentes da Província e de alguns políticos a este respeito.

O parlamentar alagoano Tavares Bastos<sup>37</sup> propunha seguir o modelo americano de ensino para a educação brasileira, tomando como exemplo as ideias de Horace Mann e Alexis de Tocqueville. Para ele era preciso romper com as tradições herdadas de Portugal, pois seria esse um dos motivos do atraso no sistema educacional do país. Deveria, de igual forma, serem descartadas do currículo escolar as disciplinas de Latim, Retórica e Poética, que segundo ele “não favoreciam nenhum resultado perceptível, além de significar, para os jovens, a perda de quatro anos ou mais de uma fase preciosa da vida” (SOUZA, 2012, p. 165). O modelo americano traria a solução para os males da educação brasileira e a consolidação da língua inglesa no programa de ensino. Afirma Souza (2012), ao escrever sobre o Programa de Instrução Pública, segundo Tavares Bastos, entre 1861 e 1873, que o parlamentar alagoano percebia nos Estados Unidos uma possibilidade para superar o atraso da educação no Império.

---

37 Ver Souza (2009).

É preciso mudar de hábitos, é preciso pôr outra alma no corpo do brasileiro: abrir francamente as portas do império ao estrangeiro, colocar o Brasil no mais estreito contacto com as raças viris do norte do globo, facilitar as comunicações interiores e exteriores, promover a imigração germânica, inglesa e irlandesa, e promulgar leis para a mais plena liberdade religiosa e industrial. É sob esse ponto de vista, é por bem do progresso, ou, antes, da reforma moral do país, que eu desejo ardentemente as mais rápidas comunicações entre o Brasil e os Estados Unidos da América do Norte. A união norte-americana é o verdadeiro rendez-vous do mundo civilizado; ali se encontram todos os vivos como no vale de Josafhat se hão de congregar todos os mortos (TAVARES BASTOS, 1938 [1862], p. 414-415 in SOUZA, 2012, p. 68).

Desta forma, a emergência das demandas sociais por educação secundária está “intimamente ligada ao processo de modernização ocorrido em países considerados mais avançados e que é, igualmente, um fenômeno observável no Brasil do século XIX” (OLIVEIRA, 2014, p. 246)<sup>38</sup>.

Warde (2000) assevera que, a partir de meados do século XIX, começou a circular no Brasil o pensamento de que o velho mundo não mais trazia novidades, o modelo francês era insuficiente. Seriam os Estados Unidos que mostravam o caminho para o progresso. De lá

<sup>38</sup> As análises de Lages (2013) sobre as referências estrangeiras na instrução pública em Minas Gerais no século XIX, corroboram neste sentido. Segundo a pesquisadora, os dirigentes políticos e educacionais da Província de Minas Gerais no século XIX tomavam como parâmetros as experiências dos países estrangeiros, consideradas bem-sucedidas. Afirma a autora: “ao se referirem às nações estrangeiras, os sujeitos as tomavam como modelo, exemplo ou influência. E as práticas que serviam de exemplos ou lições deveriam ser transplantadas, copiadas, imitadas, aplicadas ou seguidas” (LAGES, 2013, p. 155).

podiam ser extraídos os exemplos de civilidade e modernidade. Esses elementos passaram a alimentar o imaginário nacional. Assim, “[...] o americanismo penetrou no Brasil e constituiu-se em cultura, moldou formas de pensar, sentir e viver; tornou-se parâmetro de progresso, felicidade, bem-estar, democracia, civilização” (WARDE, 2000, p. 43).

Deste modo, essas ideias passaram a refletir no campo político dos grandes centros do Império e conseqüentemente em Sergipe, sendo o processo de escolarização um dos alvos destes debates, embora poucas medidas fossem de fato adotadas para solução dos problemas de educação na Província. Segundo Vieira (2008, p. 24), “a educação passou a ser vista como um dos principais instrumentos privilegiados para elevar o país a seu verdadeiro posto, mas faltava determinar qual o tipo de educação mais apropriada para cumprir as exigências do futuro”.

O discurso do parlamentar Sr. Oliveira Ribeiro, proferido na sessão do dia 1º de abril de 1872 na Assembleia Provincial de Sergipe, enfatizava que era preciso romper a barreira de ferro que separava a Província dos povos civilizados. Argumentava ainda a necessidade de tornar o sistema de ensino obrigatório, como fizeram os Estados Unidos e as nações mais avançadas.

[...] a ideia grandiosa do ensino obrigatório, a qual tem sido elemento civilizador das nações européas que hoje marcham na vanguarda da civilização, a qual fez dos Estados-Unidos da America um centro de luz, e um dia será a condutora do Brasil a seus mais elevados destinos (JORNAL DO ARACAJU, 18 de abril de 1872, ed. 263,

p. 1).

De igual modo, os dirigentes da instrução de ensino da Província de Sergipe realçavam o sucesso das experiências bem-sucedidas de outros países, e a importância de segui-los. No entanto, na prática isso não acontecia, de fato, a situação do ensino público secundário em Sergipe encontrava-se em estado precário: as verbas disponibilizadas para educação eram insuficientes, as aulas se encontravam avulsas, não havia um espaço que pudesse agregar as cadeiras para ensino, e nem locais apropriados para acomodação dos alunos. Nas palavras do Presidente da Província, publicadas no relatório da Assembleia Provincial de 3 de março de 1871, era deplorável e contrastante com outros Liceus e estabelecimentos análogos, pois até então os filhos da terra estavam privados de instrução superior (SERGIPE, 1871).

Seria então o Atheneu Sergipense o referencial para a Instrução Pública secundária na Província e a instituição onde poderiam ser processadas as leis e regulamentos imperiais, que propunham modelos a serem seguidos para educação, tomando o Colégio Pedro II do Rio de Janeiro como parâmetro.

## **2.5 O ATHENEU SERGIPENSE E A REFORMA PAULINO JOSÉ SOARES DE SOUZA**

O Atheneu Sergipense é merecedor de todo zelo e solicitude da administração, pois que sendo o único estabelecimento de instrução secundária que contamos na Província, é o único foco de luz, onde se irão iluminar as classes menos afortunadas que, não podendo, pela falta de recursos, comprar os favores das ciências na Bahia, Pernambuco,

São Paulo, ou Rio de Janeiro, recebeu em seu seio esses preciosos rudimentos que lhes franqueiam o peso ao melhor serviço à sua terra natal; pode ser, além disto, o primeiro degrau para aquelles que aspiram estudos superiores, e que pequena idade fora cruel e arriscado afastá-los para muito longe de suas famílias (Manuel Luiz Azevedo d’Araújo. (JORNAL DO ARACAJU, 11 de abril de 1872, ed. 260, p. 1-2).

As palavras do Diretor do Atheneu Sergipense demonstravam a importância e justificavam a criação de uma instituição de ensino secundário na capital. Seria um estabelecimento público de línguas e ciências preparatórias, sendo que aulas avulsas continuaram a ser ofertadas nas cidades que mais exigissem, como nas cidades de Laranjeiras e Estância com as cadeiras de Latim e Francês.

De acordo com o artigo 22 do capítulo 3 do Regulamento da Instrução Pública de 1870, as aulas avulsas existentes na Província seriam recolhidas à capital, sem que houvesse prejuízos das respectivas localidades. A finalidade era centralizar as aulas do ensino público secundário na capital. Porém, a concentração das aulas definitivas no Atheneu Sergipense demorou acontecer. Não se podia extinguir cadeiras enquanto ainda houvesse alunos cursando as disciplinas avulsas e lentes no exercício da função. As aulas avulsas continuaram a ser ofertadas até o ano de 1890, com o ensino do Latim nas cidades de Estância e Laranjeiras, quando foram suprimidas, “passando o estudo secundário público de Sergipe a ser ministrado exclusivamente no Atheneu Sergipense” (ALVES, 2005, p. 73).

O Regulamento de 24 de outubro de 1870 determinou ainda que a

instrução secundária deveria ser subvencionada pelos próprios alunos no ato da matrícula. Oferecendo o curso Normal e de Humanidades, ofertava as matérias preparatórias para as faculdades de Império para os dois cursos, podendo os estudantes matricular-se e frequentar as aulas do Atheneu Sergipense mediante pagamento de taxas.

O Atheneu Sergipense abria suas portas a partir das 7h da manhã e encerrava as aulas às 3h da tarde, com o intento que se pudesse ter lugar o ensino de várias disciplinas. Vale ressaltar que as aulas eram avulsas, os alunos podiam se matricular em mais de uma disciplina, mediante pagamento de taxa que poderia ser dispensada, por ordem do governo, aos que eram provavelmente destituídos de recursos. No primeiro ano de funcionamento, a Diretoria Geral da Instrução Pública da Província suspendeu provisoriamente o pagamento da taxa de matrícula do Atheneu Sergipense no intuito de aumentar a procura nas disciplinas oferecidas.

Pela Diretoria Geral da Instrução da Província, se publica, para conhecimento de quem convier, que, por ato da presidência de 3 do corrente, foi suspenso provisoriamente o pagamento de matrícula de \$10:000 nas aulas do Atheneu Sergipense. (100 ANOS DE EDUCAÇÃO, LIVRO, SS-3471. COLÉGIO ESTADUAL ATHENEU SERGIPENSE, INSTITUTO DE EDUCAÇÃO RUY BARBOSA, 1870/1970. ARQUIVO PÚBLICO DE SERGIPE, p. 2)<sup>39</sup>.

As palavras extraídas do escriturário de autoria de Severiano

---

39 Panfleto comemorativo dos 100 anos de educação dos Colégio Estadual Atheneu Sergipense, Instituto de Educação Ruy Barbosa, 1870/1970.

Cardozo são oportunas para o entendimento das taxas de matrícula. Não se tem acesso documental que esclareça os porquês da suspensão da taxa de inscrição no corrente ano, mas há indícios de que foi uma tentativa de incentivar a matrícula nas disciplinas preparatórias, principalmente nas disciplinas de Língua Inglesa, que possuiu uma baixa procura, e Retórica e Poética, em que não houve matriculados. O abono dessas taxas dependia da concessão do Governo. No ano de 1874, o regulamento instituiu matrículas gratuitas, podendo ser requeridas em qualquer época do ano, desde que gozassem de boa saúde e não estivessem acometidos de moléstias contagiosas.

**Tabela 3** – Valores de taxas a serem pagas no Atheneu Sergipense (1871)

Tipos de Taxa	Valores de Taxa
Matrícula do Atheneu Sergipense	10\$000
Certidão até duas laudas	1\$000
Cada lauda excedente	\$800
Por cada diploma do curso de Humanidades	15\$000
Diploma do Curso Normal	10\$000
Certidão de exame de qualquer matéria	2\$000
Sinete imperial em qualquer título, papel ou documento	1\$000

Fonte: Rodrigues (2016, p. 37).

Os valores praticados revelam que apesar dos vários discursos

proferidos<sup>40</sup> como sendo o Atheneu Sergipense uma instituição que tinha por missão atender a todos os alunos da sociedade, havia, contudo, uma distância entre o prescrito e o vivido. Rodrigues (2016) salienta que duas barreiras se erguiam no caminho daqueles que queriam cursar o ensino secundário, “primeiro os candidatos tinham que passar nos exames de ingresso na instituição e segundo demandava também um poder aquisitivo relativamente alto aos padrões da época para manutenção do vínculo na escola” (RODRIGUES, 2016, p. 37).

O Atheneu Sergipense possuía como parâmetro os programas de ensino propostos para o Colégio Pedro II, que servia de modelo à instrução secundária das Províncias. Com o passar dos anos, os programas de ensino adotados no Colégio Pedro II se estenderam pelas demais províncias do Império. De acordo com Vechia e Lorenz (1998), o modelo do Colégio Pedro II orientou, ainda que de forma indireta, “as escolas secundárias existentes nos meados do século XIX e as que surgiram em um número crescente até o final do império, inclusive nos primeiros anos da República” (VECHIA; LORENZ, 1998, VII).

Neste sentido, o relatório apresentado à Assembleia Provincial no dia 3 de março de 1871 pelo presidente da Província, Francisco José Cardozo Júnior, apropria-se do modelo proposto por Paulino José Soares de Souza, que era o Ministro do Império em 1870, para adotá-lo no ensino secundário em Sergipe. De igual forma, no relatório de 1873, o Vice-presidente da Província, Cypriano d’Almeida Sebrão, refere-se a Paulino José Soares de Souza como o Conselheiro “glória

<sup>40</sup> Ver Manuel Luiz Azevedo d’Araújo. (JORNAL DO ARACAJU, 11 de abril de 1872, ed. 260, p. 1-2).

das letras da patria”, a pessoa que tem dirigido com mão firme e segura o governo do Estado (SERGIPE, 1873, p. 8), e justifica a opção pelo modelo de educação adotado no Rio de Janeiro:

Busquei a Província do Rio de Janeiro, a primeira do império, de preferência a qualquer outra, para meu estudo comparativo, por isso que mais que outra qualquer tem ela os elementos para fazer progredir a instrução: maiores recursos, maior população, melhores habitações e aspirações em maior número. [...] penso que o Atheneu Sergipense, que tão belos fructos promete, deve soffrer alterações em seu plano de estudos e ter por modello o Imperial Collegio de Pedro II na Côrte (SERGIPE, 1873, p. 5-9).

O regulamento interno do Atheneu Sergipense estabelecia, então, que os planos de estudos seguiriam os modelos estabelecidos na capital do Império, porém com possibilidades de alterações. De acordo com os Art. 6º e 7º do Capítulo II do Decreto 351 da Instrução Pública, o ensino seria regulado pelos mesmos programas adotados no Pedro II, empregando o corpo docente do Atheneu Sergipense todos os meios a seu alcance para que não deixasse de ser fielmente observado o mais insignificante dos detalhes dos referidos programas. No entanto, os lentes poderiam adotar acessoriamente quaisquer modos pedagógicos convenientes na transmissão desses conhecimentos (SERGIPE, 1873).

Em 1870, o Ministro do Império, Paulino de Souza, por meio do Decreto nº 4.468, de 1º de fevereiro de 1870, alterou os regulamentos

relativos ao Imperial Colégio Pedro II. Nesta perspectiva, passou-se a exigir exame para admissão à matrícula do primeiro ano como prova de habilidade mínima nos conhecimentos de matemática e de leitura e escrita.

Nenhum aluno será admitido à matrícula do primeiro ano sem que, em exame, mostre saber bem a doutrina cristã, ler e escrever corretamente, as quatro operações fundamentais da aritmética, o sistema decimal de pesos e medidas, as noções elementares da gramática portuguesa (DECRETO nº 4.468, 1º de fevereiro de 1870).

O decreto supracitado serviu de embasamento para legitimar o exame de admissão nas demais capitais da Província. Por esta razão, o Capítulo 12º, Art. 12º das Disposições Gerais do Regulamento Interno do Atheneu Sergipense de 1870 especificava que nenhum aluno seria matriculado ou inscrito nas aulas sem prova ou atestado de que possuía os conhecimentos precisos da instrução elementar antes de cursar o ensino secundário.

Outra medida adotada por esse decreto é que os exames passariam a ser finais ou de suficiência. Os exames de suficiência poderiam ser prestados em diferentes ocasiões do curso quando do encerramento da matéria, possibilitando o ingresso mais rápido nas faculdades do Império e ampliação de aulas avulsas. Esta medida buscava concorrer com as instituições particulares que praticamente dedicavam seus estudos aos preparatórios para faculdades do Império. Até mesmo “O Colégio Pedro II cujo estabelecimento mantinha ainda estudos

regulares e organizados, rendeu-se à desorganização geral pelo funesto sistema de exames” (HAIDAR, 2008, p. 237).

Lima (s/d)<sup>41</sup> critica a atuação do Imperador em relação às políticas públicas para o ensino no Brasil por haver restringido a excelência da educação secundária como modelo apenas ao Colégio Pedro II no Rio de Janeiro, enquanto os centros que ofertavam o ensino secundário lutavam para sobreviver ante os obstáculos e a novos modelos que se apresentavam para ingressar nas academias:

Se nos primeiros trezentos anos de nossa vida colonial não tivemos sistema escolar (sobretudo, após a expulsão dos jesuítas – 1759), a situação não mudou muito depois da proclamação da Independência (1822). O sistema escolar do Império (1822-1889) foi, apenas, o que Pedro I criou, restringindo-se ao Colégio Pedro II, no nível médio, às escolas superiores criadas por Dom João VI e às de direito de Olinda e São Paulo (1872). Pedro II, apesar de ser chamado “imperador filósofo”, ao que consta nunca criou uma escola superior sequer... O exíguo número de escolas superiores, profissionais, pois, era uma cabeça sem corpo e um corpo sem pernas (ensino médio e elementar). Para ingressar neste “sistema” superior, inventou-se um fenômeno escolar ímpar no mundo: os parcelados, os preparatórios, os exames de suficiência, o exame supletivo (LIMA, s.d, p. 109, grifo do autor).

Percebendo, desta forma, que um dos entraves ao progresso da educação era a falta de organização do ensino e a escassez de professores qualificados, Paulino de Souza considerou ser justa a

41 Sem data de publicação. Biblioteca da Universidade Federal de Sergipe. Número de chamada: 37(81)(091) L732e 3. ed.

admissão de professores estrangeiros na Instrução Pública, desde que fossem proficientes na língua do país, e se mostrassem habilitados na forma da lei (BRASIL, 1870, p. 185). Reconhecia o atraso em que se encontrava a Instrução Pública primária, e considerava a necessidade de uma educação intelectual que produzisse resultados para o país. Era preciso colocar o Brasil na rota das grandes nações europeias e americana. O ensino humanístico era reconhecidamente importante, mas o ensino científico traria a modernidade ao país. Outro motivo era que as línguas estrangeiras figuravam no campo intelectual e científico, visto que as produções científicas da época foram escritas em línguas estrangeiras; Inglês, e principalmente o Francês.

De acordo com Rahe (2015), o século XIX trazia uma preocupação com a modernidade e as inovações tecnológicas, da qual o Brasil procurava fazer parte, e as línguas vivas representavam esse processo de modernização, porém a línguas clássicas não seriam abandonadas, pois refletiam a ética e a moral.

Na forma de instrução escolar institucionalizada, o ensino de línguas estrangeiras foi, até o século XIX, a parte central da educação, mais atentamente ligado às línguas clássicas e suas literaturas, e atravessado pelos pensamentos humanistas que consideravam a língua um veículo ou ferramenta para instruir os alunos no caminho ético e moral, adequando-os, com isso, às exigências de modernização e uniformização propostas pelos Estados Modernos (RAHE, 2015, p. 50).

Igualmente, Howatt e Widdowson (2004) salientam que embora

o Latim não fosse mais útil, possuía grande valor “intrínseco” como base da cultura europeia e estudá-lo constituía uma disciplina mental e moral única<sup>42</sup>.

Entretanto, seriam as línguas estrangeiras modernas que deveriam instrumentalizar o indivíduo para o estudo do conhecimento científico, sendo que o ensino secundário deveria fornecer a qualificação necessária para o desenvolvimento de uma educação pautada na ciência e nas línguas, mais condizentes com a nova realidade do país. Chervel (1990) afirmou que, igualmente, Hippeau criticava a ideia de que as línguas antigas seriam mais convenientes para disciplinar o espírito do que outra ciência.

Para Paulino José de Souza, as línguas deveriam ser utilizadas para dar caráter prático à educação. Em suas palavras:

A instrução secundária é dos três (ramos da instrução pública) o que mais influi na educação, formando a inteligência e em grande parte o caráter dos que a recebem. Nela não enxergo tamanho alcance pelos conhecimentos que adquire o aluno, como pelo desenvolvimento intelectual e qualidades de espírito que obtém por meio do estudo das matérias que o constituem [...] Não importa tanto que nas línguas estrangeiras o aluno obtenha um vocabulário mais ou menos completo, que nas ciências fique com mais ou menos algumas noções, como que consiga o resultado de exercitar, adestrar e alargar o espírito, dispondo-o, pela aquisição dos dotes necessários, para estudos de aplicação e interesse prático. Eis porque, na reforma do plano de ensino do Imperial Colégio de Pedro II, procurei tornar

---

42 Latin may not be useful anymore, but it had great ‘intrinsic’ value as the basis of European culture and to study it constituted a unique mental and moral discipline (HOWATT; WIDDOWSON 2004). Tradução nossa.

mais rigoroso o estudo daquelas matérias que tendem a desenvolver o espírito do aluno na idade em que mais facilmente se pode dirigir, e não exigir provas tão severas nas matérias que tendem mais a enriquecer a inteligência do aluno do que a robustecê-la (BRASIL, 1870, p. 35)<sup>43</sup>.

O Decreto 4.468 normatizava que o ensino de Língua Inglesa passava de três para quatro anos, sendo agora obrigatório comparar o ensino gramatical de línguas estrangeiras com o da Língua Portuguesa. Não se falaria línguas outras em sala de aula, senão a disciplina que estava sendo estudada. O que sinalizava uma mudança “[...] considerando-se que, até então, indicava-se a leitura, tradução ou versão dos textos durante as aulas” (JUCÁ, 2010, p. 69). O programa estabeleceu as disciplinas e plano de estudos para o ensino de línguas a partir da reforma Paulino de Souza para o Colégio Pedro II<sup>44</sup>. O Quadro 4 elenca as disciplinas por ano, bem como o tipo de abordagem e presença ou ausência do exame final:

---

43 Relatório apresentado à Assembleia Geral, na segunda sessão da 14ª legislatura, pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império, Paulino José Soares de Souza, Rio de Janeiro, Typ. Nacional, 1870, p. 35. Esse discurso foi reproduzido para o ensino secundário no Atheneu Sergipense no Relatório com que o exm<sup>o</sup>. Sr. tenente coronel Francisco José Cardoso Junior abriu a 2ª sessão da 20ª legislatura da Assembleia Provincial de Sergipe no dia 3 de março de 1871. [Aracaju] Typ. do Jornal do Aracaju [n.d.], p. 54.

44 Sem Línguas Estrangeiras no primeiro ano.

**Quadro 4** – Disciplinas por ano, bem como o tipo de abordagem e presença ou ausência do exame final

ANO	DISCIPLINAS	ABORDAGEM	EXAME FINAL
2 ° ANO	Latim	Gramática; tradução para português de autores latinos fáceis; análise e temas fáceis.	
	Francês	Gramática; tradução para português de autores franceses fáceis; análise e temas fáceis.	
3 ° ANO	Latim	Tradução, análise e temas.	
	Francês	Tradução, análise e temas.	
4 ° ANO	Latim	Tradução, análise e temas mais difíceis.	
	Francês	Tradução, análise e temas mais difíceis composição e recitação, não se falando n'aulas senão esta língua.	X
	<i>Inglês</i>	<i>Gramática; leitura, e tradução para português de autores ingleses fáceis; análise e temas fáceis.</i>	

**Quadro 4** – Disciplinas por ano, bem como o tipo de abordagem e presença ou ausência do exame final (continuação)

5 <sup>o</sup> ANO	Latim	Tradução e análise de autores mais difíceis; composição de discursos e versos latinos.	X
	<i>Inglês</i>	<i>Leitura, tradução, análise e temas.</i>	
	Grego	Gramática; tradução, análise e temas fáceis.	
	Francês	Leitura e apreciação de clássicos franceses, e composições (uma vez por semana), não se falando n'aula senão outra língua.	
6 <sup>o</sup> ANO	<i>Inglês</i>	<i>Leitura, análise, e tradução de autores mais difíceis; composição e recitação, não se falando n'aula senão esta língua.</i>	X
	Grego	Tradução, análise e temas.	
	Latim e Francês	Aperfeiçoamento nas línguas latina e francesa por meio da tradução e apreciação literária de autores clássicos, e composições (uma vez por semana) não fosse se falando n'aula de francês senão essa língua.	

**Quadro 4** – Disciplinas por ano, bem como o tipo de abordagem e presença ou ausência do exame final (continuação)

7 <sup>o</sup> ANO	Latim Francês <i>Inglês</i>	Aperfeiçoamento nas Línguas Latina, Francesa e <i>Inglesa: preleções elementares sobre a índole, formação e progresso de cada uma das referidas línguas, alternadas com a leitura, tradução e apreciação literária de autores clássicos.</i>	
	Grego	Não é ofertado	X

Fonte: Regulamento Colégio de Pedro II. Decreto nº 4.468, de 1º de fevereiro de 1870.

Porém, no Atheneu Sergipense, o ensino não se processou no mesmo modelo de anos adotados no Colégio Pedro II. O artigo 17 do Regulamento da Instrução Pública de Sergipe de 1870 instituiu que o curso de Humanidades do Atheneu Sergipense teria duração de quatro anos contra sete anos do curso do Colégio Pedro II. O número de disciplinas ofertadas no curso de Humanidade do Atheneu Sergipense era da mesma forma inferior ao Colégio Pedro II. A disciplina de Língua Inglesa era oferecida apenas no terceiro ano, enquanto no Colégio Pedro II a Língua Inglesa era ofertada em quatro anos. Os Quadros 5 e 6 informam os anos da oferta das disciplinas e as cadeiras lidas no Atheneu Sergipense.

**Quadro 5** – Divisão das disciplinas por ano letivo no Atheneu Sergipense (1870)

<b>DIVISÃO DE DISCIPLINAS POR ANO</b>	
1º ANO	Latim – Gramática Filosófica e Análise de Clássicos.
2º ANO	Latim – Francês – Geografia Histórica.
3º ANO	Latim – <b>Inglês</b> – Aritmética, Álgebra e Geometria.
4º ANO	Latim – Filosofia – Retórica.

Fonte: Regulamento da Instrução Pública, 1870, p. 4.

**Quadro 6** – Disciplinas do curso de Humanidades no Atheneu Sergipense (1870)

<b>DISCIPLINAS</b>
Gramática Filosófica da Língua Nacional e Análise de Clássicos.
Gramática e Tradução da Língua Latina.
Gramatica e Tradução da Língua Francesa
<b>Gramática e Tradução da Língua Inglesa.</b>
Aritmética, Álgebra e Geometria.
Geografia e História.
Filosofia Racional e Moral.
Retórica, Poética e Análise do Discurso.

Fonte: Regulamento da Instrução Pública, 1870, p. 4.

É certo que houve aulas que não foram implantadas no Atheneu Sergipense, tais como: Música Vocal, Ginástica, Desenho, Grego e História Sagrada, Antiga, Média e Moderna, uma vez que o Atheneu Sergipense buscava ofertar disciplinas preparatórias para os exames superiores, e outras disciplinas deixaram de ser ofertadas por falta de professor com formação para assumir a cadeira, ou devido à falta de interesse da população em cursá-las, como foi o caso da disciplina de Retórica, Poética e Análise dos Clássicos, criada em 1871, mas como não houve matrículas, foi ela suspensa, voltando em 1874 com a nomeação de Bricio Cardoso<sup>45</sup>.

Embora o programa de estudos fosse dividido por ano, não havia obrigatoriedade no sequenciamento dos estudos, os alunos matriculavam-se nas disciplinas que quisessem, independentemente do ano. O Capítulo V, Art. 105 de 1877 do Regulamento da Instrução Pública determinava que era livre a matrícula nas aulas avulsas que os estudantes quisessem frequentar em qualquer época do ano, desde que comprovassem que estavam preparados nas matérias do ensino primário e pagassem a taxa de matrícula. Eventualmente, os alunos davam prioridade às disciplinas preparatórias que possibilitavam ingresso mais rápido nas Academias.

Sobre o ensino de línguas, continuava a se verificar a hegemonia do Latim presente nos quatro anos do curso de Humanidades sobre as outras disciplinas de línguas estrangeiras, especialmente sobre a Língua Inglesa. O número de aulas do Latim também era superior, com duas horas por semana contra uma hora e meia para o Inglês

---

45 Sobre a cadeira de Retórica e Poética, ver Santos (2010).

e o Francês. A centralidade na gramática permanecia presente no Programa de Ensino, com ênfase nos estudos da gramática e de tradução, não obstante os planos de estudos propostos pela reforma Paulino de Souza, de 1870, sinalizassem uma orientação para oralidade.

Um dos motivos da centralização gramatical no ensino de línguas foi emprestado do Latim. Para Chagas (1956), o formalismo gramatical do estudo do Latim conseguiu resistir às mudanças e às tentativas de reação, “alastrara-se rapidamente e como que insensibilizara, num processo sutil de anestesia; de sorte que o seu emprego, amplo e generalizado, invadiu o âmbito das línguas vernáculas como forma única e indiscutível” (CHAGAS, 1956, p. 7). Assinala o autor que o Latim contaminou o modelo de ensino para as línguas modernas. As palavras eram primeiro ensinadas isoladamente e depois religadas pela memorização de regras que dariam sentido ao enunciado. Este modelo se perpetuou como fórmula única e irrefutável influenciando todo mundo ocidental.

[...] resultou disto que os professores em vez de dirigirem a aprendizagem dos idiomas clássicos de maneira viva e prática, passaram a ensinar as línguas modernas como se fossem línguas mortas: pela tradução antecipada dos vocábulos seguida, quase sempre, da memorização indiscriminada de regras de gramática (CHAGAS, 1956, p. 7).

Igualmente, Rahe (2015) assevera que os mesmos procedimentos

utilizados para o ensino das línguas clássicas foram transferidos para as aulas de língua-vivas, incluindo a organização dos materiais didáticos, especialmente os compêndios e as gramáticas que se assemelhavam àqueles que eram produzidos para as aulas de Latim com conteúdos pautados em regras gramaticais, listas de vocabulários, textos e frases longas para serem traduzidos.

Nesta perspectiva, a gramática enraizada no programa do Atheneu Sergipense é o elemento de diálogo entre as disciplinas de línguas vivas e clássicas que não são entidades inertes e estanques no tempo. Lutam para se perpetuar no Programa de Ensino por meio de vários mecanismos que as estabilizem e as validem como disciplinas obrigatórias. Por esta razão, Viñao Frago sugere considerá-las como organismos vivos:

As disciplinas não são, com efeito, entidades abstratas com uma essência universal e estática. Nascem e se desenvolvem, evoluem, se transformam, desaparecem, engolem umas às outras, se atraem e se repelem, se desgarram e se unem, competem entre si, se relacionam e intercambiam informações (ou as tomam emprestadas de outras) etc. Possuem uma denominação ou nome que as identifica frente às demais, ainda que em algumas ocasiões, como se tem advertido, denominações diferentes mostram conteúdos bastante similares e, vice-versa, denominações semelhantes oferecem conteúdos nem sempre idênticos. Tais denominações constituem, além disso, sua carta de apresentação social e acadêmica (VIÑAO FRAGO, 2008, p. 204).

Ao mesmo tempo as disciplinas podem ser vistas como campo de poder social e acadêmico, já que elas lutam para sobreviver no programa de ensino, de um espaço onde se mesclam interesses e atores, ações e estratégias (VIÑAO FRAGO, 2008).

As disciplinas sofrem mutações durante o processo de consolidação no currículo, a fim de adaptarem-se às novas demandas que se apresentam. “[...] a evolução de cada matéria reflete, em microcosmos, uma luta em torno de sucessivas alternativas, o que não é diferente do padrão geral, discriminado à medida que a escolarização estatal se estabelece e se define” (GOODSON, 2011, p. 64).

Não foi diferente com a disciplina de Língua Inglesa. Na Reforma Paulino de Souza de 1870, procurou-se dar uma sequência aos Planos de Estudos para Língua Inglesa partindo de atividades e conteúdos mais fáceis no primeiro ano, chegando à tradução de autores mais difíceis. Instituiu que se trabalhasse com composição, oralidade pela recitação e com elementos culturais das línguas estudadas. Buscou-se também a valorização da Língua Portuguesa por meio da tradução das línguas estrangeiras para esta, e não mais para o Latim, sinalizando uma preocupação com a inserção das línguas estrangeiras não apenas voltadas para tradução e gramática, mas uma tentativa de consolidar a integração das habilidades de ler, escrever, ouvir e falar que são determinantes para aquisição de uma segunda língua. Jucá (2010) ilustra as orientações metodológicas de acordo com os planos de estudos para aplicação das aulas de línguas:

ANALYSE LÓGICA e GRAMMATICAL: Limitar-se-há neste ano à discriminação das diversas espécies de oração dos termos de cada um e determinação de suas relações: a grammatical à classificação léxicographadas palavras distinção quanto à variabilidade ou invariabilidade e aplicação das regras respectivas às variações.

LEITURA: Será em voz alta, clara e pausada, com as devidas inflexões, de modo que a pronúncia seja perfeita e guarde-se a pontuação. Para isto há mister o professor de explicar o sentido do trecho que se ler, inteirando o alumno do pensamento do autor e dando-lhe a significação dos vocábulos e locuções menos usuas ou empregadas em sentido translato. Sem comprehender bem, não se póde ler com expressão, gosto e clareza.

RECITAÇÃO: Decorado um trecho depois de bem explicado e

comprehendido por ocasião da leitura, o alumno recital-o-há conforme as regras acima prescriptas.

ORTHOGRAPHIA: Consistirão os exercícios de orthographia em escrever o alumno na pedra o trecho que se lhe ditar. Si escrever certo, o professor exigirá a exposição das regras que poz em prática; se escrever errado, não se contentará com a emenda de outro alumno que não der à razão da divergência. Quando tiver elle a final de emendar, porque nem um dos alumnos acerte, tornará saliente a regra aplicável, desvanecendo o falso presuposto, de que por ventura se originasse o erro.

(PLANOS e PROGRAMAS do COLÉGIO DE PEDRO II, 1870, p. 20-21 apud JUCÁ, 2010, p. 69).

Percebe-se nas orientações metodológicas uma preocupação com o entendimento do texto por meio da análise do discurso. O entendimento do pensamento do autor na construção semântica das

palavras. A leitura em voz alta possibilita o trabalho com entonação e pronúncia, a recitação possibilita a fluência. A escrita exercitada com o ditado permite que seja trabalhada a ortografia; e a gramática proporciona suporte na construção de frases coesas e coerentes. As palavras de Chervel ratificam essa abordagem para as aulas:

[...] a palavra lição não designava até o fim do século XIX, nada além da lição aprendida de cor e recitava em classe. Era então um equivalente exato de recitação, que designava o desempenho do aluno recitando em classe sua lição de história do catecismo, de gramática, etc. (CHERVEL, 1990, p. 204).

O programa apresentado em 1870 para o ensino de Língua Inglesa refletia ainda uma metodologia importada dos Estados Unidos e Europa no que se refere à postura e comportamento perante a leitura de textos em sala de aula na segunda metade no Império. Segundo Vidal (2000, p. 505): “seriam fortemente ritualizadas, a leitura em voz alta exigia do leitor uma postura correta, o domínio da respiração concomitante às pausas da pontuação e uma dicção perfeita”. Este tipo de atitude ante a leitura recitada exigia domínio da língua estrangeira para poder trabalhar com pronúncia e entonação durante leitura de textos.

Conforme Oliveira (2006), no período de 1870-1890, o ensino de línguas no Brasil, mesmo mantendo um caráter instrumental e literário, ganha uma “finalidade prática”, como “meio de comunicação do pensamento”, a “despeito da exagerada influência gramatical”. A

presença da oralidade era marcada por tradução e recitação como forma de desenvolver as habilidades orais. Exigia-se dos alunos domínio de habilidades cognitivas sem que se levasse em conta as diferentes fases de sua cognição.

Os exames para as aulas do ensino secundário no Atheneu Sergipense na medida do possível seguiam a metodologia proposta pela reforma Paulino de Souza, incluíam versão para português, exame escrito com ditado, e continham especificações para os exames e concursos de línguas tomando como base o exame do Latim. O Regulamento da Instrução Pública de 1870 assim determinava:

Art. 99. Os exames ou concursos para as aulas do ensino secundário se farão pelo modo seguinte:

§ 1º O exame de Latim ou de qualquer língua será por escrito e oral.

A prova escrita constará:

1º da versão para português

2º Da composição na língua de que se trata de um trecho de Português ditado ao examinando.

A prova oral versará:

1º sobre leitura e tradução

2º sobre a gramática da língua

3º Quanto ao Latim sobre a mediação dos versos

(REGULAMENTO DA INSTRUÇÃO PÚBLICA, 1870, p. 13).

De acordo com a regulamentação, o formato para os exames era igual para o Latim, Francês e Inglês, uma prova escrita que constaria de tradução da língua estrangeira para o português e uma prova oral que consistia de explicação do uso da gramática, leitura e tradução

de textos. Vale salientar que o formato do teste adotado para o Latim servia de modelo para as outras línguas.

A aplicação dos exames no Atheneu Sergipense tomava como base a metodologia proposta para o Colégio Pedro II. O relatório de 3 de março de 1871, de Francisco Cardoso Júnior, utilizando do discurso de Paulino de Souza, afirmava que era preciso habilitar os jovens para os estudos de utilidade prática e indicava o que se esperar sobre o ensino de línguas e das ciências no Atheneu Sergipense.

Não importa tanto que nas línguas estranhas o alumno obtenha um vocabulário mais ou menos completo, que na sciencias fique com mais ou menos algumas noções, como que consiga o resultado de exercitar, adestrar e alargar o espírito, dispondo-o pela aquisição dos dotes necessários para estudos de aplicação e interesse prático (SERGIPE, 1871, p. 54).

Embora se guiasse pelo Colégio Pedro II, o Atheneu Sergipense possuía certa autonomia em relação à metodologia adotada para as disciplinas e na construção do seu programa de ensino, poderia alterar e/ou adaptá-lo de acordo com a disponibilidade material e de profissionais qualificados para exercer determinada função.

Nas palavras de Viñao Frago:

A instituição escolar não se limita, pois, a reproduzir o que está fora dela, mas sim, o adapta, o transforma e cria um saber e uma cultura próprias. Uma dessas produções ou criações próprias, resultado da mediação pedagógica em

um campo de conhecimento, são as disciplinas escolares (VIÑAO FRAGO, 2008, p. 189).

Assim, de acordo com o Estatuto do Atheneu Sergipense de 1870, não era vedado aos professores apartarem-se da doutrina dos Compêndios adotados, contanto que justificassem suas opiniões.

Destarte, a escola, além de nem sempre reproduzir o que lhe é imposto, muitas vezes se vê impedida por questões financeiras e/ou interferência político-administrativa de cumprir a totalidade de suas finalidades. No entanto, mesmo que sofra interferência, é capaz de criar e estabelecer sua própria cultura, adequando-se às novas realidades, dependendo dos professores e das disciplinas ofertadas.

Quanto à formação para compor o quadro das disciplinas, não se tem registro de concurso para a maioria das cadeiras nos primeiros anos de criação do Atheneu Sergipense. “O certo é que foram selecionados para as devidas cadeiras lentes que traziam em suas vidas anteriores experiências de magistério, conhecidos e respeitados pela sociedade” (ALVES, 2005, p. 45).

Assim, os primeiros professores do Atheneu Sergipense para o curso de Humanidades foram nomeados pelo Presidente da Província, escolhidos por possuírem capital cultural<sup>46</sup> na sociedade ou porque atuaram na área de educação, como foi o caso dos professores Dr. Thomaz Diogo Leopoldo<sup>47</sup> e

---

46 Segundo Bourdieu (1987), o capital cultural faz parte de um dos poderes fundamentais de diferenciação de indivíduos na sociedade.

47 Médico. Lente de Gramática Filosófica da Língua Nacional e Análise dos Clássicos. Ingressou em 1871.

Tito Augusto Souto d'Andrade<sup>48</sup>. Neste caso, o conhecimento que possuíam esses professores os colocou em posição de destaque e os levou a assumir cargo no Atheneu Sergipense, mesmo sem concurso.

No dia 25 de fevereiro de 1871 duas nomeações ocorreram, depois de serem aprovados em concurso<sup>49</sup>: para a cadeira de Língua

Inglesa, o professor Justiniano de Mello e Silva, e para a de Filosofia, o Dr. Sancho de Barros Pimentel (SERGIPE, 1871, p. 55)<sup>50</sup>.

De acordo com o Regulamento da Instrução Pública de 1870, todos os lentes do Atheneu Sergipense seriam nomeados pelo Presidente da Província mediante concurso público. Deveria ser brasileiro, estar no gozo de seus direitos e ser maior de 21 anos. Não deveria sofrer de nenhuma moléstia contagiosa, nem ter sido condenado a qualquer pena infamante por crime de morte ou em consequência de fatos ofensivos da boa moral. O Quadro 7 elenca os nomes dos professores no ano inicial do Atheneu Sergipense:

---

48 Ingressou em 1871 na cadeira de Aritmética, Álgebra e Geometria.

49 Não foram localizados documentos sobre esses concursos.

50 Relatório com que o exm. sr. Tenente coronel Francisco José Cardoso Junior abriu a 2ª sessão da 20ª legislatura da Assembléa Provincial de Sergipe no dia 3 de março de 1871. [Aracaju] Typ. do Jornal do Aracaju [n.d.], p. 55.

**Quadro 7** – Disciplinas com o nome dos professores do Atheneu Sergipense no ano de 1871

<b>Disciplina</b>	<b>Professor</b>
Gramática Filosófica da Língua Nacional e Análise de Clássicos.	Thomaz Diogo Leopoldo
Gramática e Tradução da Língua Latina.	Antônio Diniz Barreto
Gramática e Tradução da Língua Francesa	Geminiano Paes de Andrade
Gramática e Tradução da Língua Inglesa.	Justiniano de Melo e Silva
Aritmética, Álgebra e Geometria.	Tito Augusto Souto Andrade
Geografia e História.	Raphael Archanjo de Moura Mattos
Filosofia Racional e Moral.	Sancho de Barros Pimentel
Retórica, Poética e Análise do Discurso.	Thomaz Diogo Leopoldo

Fonte: Panfleto comemorativo 100 anos de educação, livro SS-3471. Colégio Estadual Atheneu Sergipense, Instituto de Educação Ruy Barbosa, 1870/1970. Arquivo Público de Sergipe.

No primeiro ano de funcionamento do Atheneu Sergipense, matricularam-se no prazo legal e depois por concessão do governo da Província, nas diversas aulas, 143 alunos. Desse total, 31 cancelaram ou perderam o ano por haverem atingido 40 faltas. A frequência nas aulas foi assim distribuída em 1871.

**Tabela 4** – Disciplinas, frequência e número de alunos aprovados no Atheneu Sergipense (1871)

DISCIPLINA	FREQÜÊNCIA	FIZERAM EXAMES E APROVARAM
LATIM	23	04
FRANCÊS	47	22
INGLÊS	02	-
GEOGRAFIA E HISTÓRIA	05	-
FILOSOFIA	02	-
GRAMÁTICA NACIONAL	13	02
PEDAGOGIA	04	02
ARITMÉTICA	16	02
<b>TOTAL</b>	<b>112</b>	<b>36</b>

Fonte: Jornal de Sergipe, 11 de abril de 1872, ed. 260, p. 1.

Nesse ano nota-se uma baixa procura para cursar as aulas de Língua Inglesa. Os dois alunos matriculados foram aprovados, porém não prestaram exames. O Francês ganhou destaque, tanto pelo nível de aprovação nos exames quanto na procura que foi bastante

significativa. As aulas de Francês espalhadas pela Província contavam com 49 alunos matriculados nas primeiras letras e 14 alunos estudando no ensino secundário em Estância (SERGIPE, 1872, p. 43).

Segundo Vidotti (2012), a predominância do Francês nas províncias e o número de alunos superior ao Inglês na Corte explicavam-se pelo fato de que os compêndios disponíveis eram em sua maioria escritos em Francês. “[...] a França tomada como modelo para Instrução pública, os compêndios formavam um forte aliado no ensino do século XIX no Brasil para veiculação do conhecimento na sala de aula” (VIDOTTI, 2012, p. 104).

O que se percebe é que embora houvesse uma grande circulação das ideias inglesas e americanas nos jornais sergipanos que traziam informações sobre economia, cultura e principalmente educação, não eram as aulas de Língua Inglesa concorridas. Estas estavam longe de atingir o sucesso das aulas de Francês e Latim, que apesar de ser uma língua morta, para Howatt e Widdowson (2004), como dito anteriormente, era ainda de grande valor por ser a base da cultura europeia e estudá-lo proporcionava disciplina mental e moral.

Não era só a disciplina de Língua Inglesa que possuía baixa procura. Com exceção do Latim e Francês, as matrículas nas outras matérias do Atheneu Sergipense durante os primeiros anos também mereceu uma crítica do Diretor da Instrução Pública e proprietário do Jornal do Aracaju, Manuel Luiz Azevedo d’Araújo, que culpou os grandes centros de conhecimento da Província como Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo e Pernambuco, que por possuírem Faculdades do Império, eram polos magnéticos de “alunos que dispunham de

recursos para comprar os favores das ciências nesses centros” (JORNAL DO ARACAJU, 11 de abril de 1872, ed. 260, p. 1). Nas suas palavras:

Em todos esses estabelecimentos de instrução secundária das Províncias com pezar, porém, o digo, sente-se um caminhar lento, se não o estacionarismo, devido, sem dúvida ao monopólio oficial da instrução superior, e, o que é mais, ao monopólio dos exames preparatórios, só valiosos quando feitos nas Faculdades do Império. É por isso que todos correm a estudar as aulas secundárias nas cidades onde são fundadas as academias que os collégios públicos ou particulares não medram senão ao lado destes que morrem os estímulos e esterilizam os melhores esforços longe d’ellas. Auxiliasse apenas o estado as escholas das sciências, sem assenhorar-se d’ellas e assegurar favores especiais aos pergaminhos, ou nos cursos superiores do império, a validade dos exames preparatórios feitos nos lyceus públicos das Províncias, e a vida e o progresso renasceriam brilhantes nessas instituições que se atrophiam à esterilidade em que as colloca o monopólio official (JORNAL DO ARACAJU, 11 de abril de 1872, ed. 260, p. 1).

Não obstante o monopólio dos grandes centros em relação aos exames preparatórios e ao ensino secundário, o Atheneu Sergipense, nas palavras do seu Diretor e também da Instrução Pública, merecia todo zelo e respeito, pois representava a possibilidade de os sergipanos galgarem ascensão social e política para alunos que não podiam ou não queriam se deslocar para outras cidades. De acordo com Conceição (2012), o monopólio dos exames preparatório às

Faculdades do Império acabava impulsionado a migração de jovens para essas localidades.

Os preparatórios, como condição de matrícula determinada pelo governo imperial para os cursos superiores, constituíram-se como “padrão de escolas públicas e particulares do ensino secundário cujo currículo acabou por restringir as disciplinas preparatórias para ingresso no ensino superior” (HAIDAR, 2008, p. 13).

Essa consideração serviu de diagnóstico para o sistema público de ensino na Província de Sergipe e de outras províncias que estavam se deteriorando com o sistema de exames parcelados. Salvo o Atheneu Sergipense, que concentrava as aulas na cidade de Aracaju, sobravam as aulas avulsas de línguas estrangeiras em poucas cidades da Província, como Estância, que possuía 22 alunos frequentando as aulas de Latim e 14 alunos nas aulas de Francês. Em Laranjeiras contava a cadeira de Latim com 18 alunos (JORNAL DO ARACAJU, 11 de abril de 1872, ed. 260, p. 1).

O relatório de 11 de novembro de 1873 do 1º Vice-presidente da Província, Cypriano de Almeida Sebrão, informava que a Instrução Pública havia absorvido todas as forças que deviam concorrer para a difusão das luzes. Extinguiu as escolas particulares na Província, e a Biblioteca pública foi transformada em gabinete de leitura somente para os alunos do Atheneu Sergipense (SERGIPE, 1873).

O relatório afirmava ainda que a profissão de professor havia se tornado uma indústria, um comércio. Criava-se algumas cadeiras para empregar pessoas nos concursos ou exames particulares e aprovavam indistintamente e sem critério os pretendentes ao magistério. Para

coibir tais práticas, os concursos gerais passaram a acontecer no início de cada ano, restringindo-se o número de examinadores do Atheneu Sergipense, e a nomeação sem concurso tornou-se sem efeito:

Em virtude da resolução provincial n. 1031 de 11 de Maio do anno passado, que considerou de nenhum effeito o acto da presidência pelo qual foram nomeados sem concursos os lentes de historia e geometria do Atheneu, e que determinou que o governo mandasse desde logo pôr em concurso as referidas cadeiras e para seu preenchimento procedesse na forma prescripta pelas leis anteriores; formam annunciados os concursos por ordem do governo, em 26 de Maio, reproduzindo-se o respectivo edital até o ultimo dia do prazo legal, que terminou-se em 26 de Agosto (SERGIPE, 1876, p. 45).

O Decreto Imperial nº 5.529, de 2 de novembro de 1873, autorizou as mesas examinadoras de Preparatórios para as Academias. O presidente da Província, João Pereira de Araújo Pinho, recomendava que a organização dos exames do Atheneu Sergipense se aproximasse o mais possível do plano do Imperial Colégio Pedro II na corte (SERGIPE, 1876, p. 48)<sup>51</sup>. Desta forma, em 1874, com a validação dos exames gerais preparatórios aconteceu a divisão das cadeiras de Geometria, Álgebra e Aritmética; Geografia e História, foi reintroduzida no programa a cadeira de Retórica, Poética e Literatura Nacional, e entraram em vigor em 1875. A validação dos exames favoreceu significativamente para o aumento da matrícula no

---

51 A validação no Lyceu da Bahia aconteceu em 1873, mas só foi, de fato, oferecido em 1886 (DICK 2001).

Atheneu Sergipense.

**Tabela 5** – Matrículas nas diferentes aulas do Atheneu Sergipense nos anos de 1871 a 1877

AULAS	1872	1873	1874	1875	1876	1877
Latim	23	-	28	31	38	-
Francez	47	-	56	82	91	-
Inglez	02	-	10	03	24	-
Geografia e História	05	-	16	-	-	-
Geographia	-	-	-	27	30	-
História	-	-	-	21	22	-
Philosophia	02	-	10	09	19	-
Grammathica Nacional	13	-	28	-	62	-
Portuguez	-	-	-	47	-	-
Arithmetica, a Alg. Geom.	16	-	36	-	-	-
Arith. Algebra	-	-	-	52	66	-
Geometria	-	-	-	22	39	-
Rhetorica	-	-	-	04	11	-
<b>TOTAL</b>	<b>112</b>	<b>256</b>	<b>184</b>	<b>298</b>	<b>402</b>	<b>321</b>

Fonte: Adaptado dos Relatórios da Assembleia Provincial de Sergipe nos anos de 1871, 1872, 1873, 1874, 1875, 1876, 1877.

Não foram localizados dados de matrículas por disciplina nos anos de 1873 e 1877. Os relatórios dirigidos à Assembleia de Sergipe apresentavam informações sobre o número total de alunos matriculados nas diversas cadeiras. Não estão incluídas na Tabela 5 a matrícula no curso normal.

Com relação às línguas, registra-se na Tabela 5 uma procura maior e crescente nas cadeiras de Latim e principalmente do Francês. O número de alunos matriculados nessas disciplinas era ainda maior, uma vez que elas continuavam a ser ofertadas pela Instrução Pública nas cidades de Estância com Latim e Francês; e Laranjeiras que ofertava Latim. Havia ainda as escolas particulares de ensino secundário que também possuíam aulas de Latim, como era o caso das do Internato de Japarutuba e Colégio de Nossa Senhora do Amparo na cidade de Capela, no ano 1875.

O aumento substancial no número de alunos trazia preocupações. Em 1876, a matrícula alcançou um total de 402 alunos, distribuídos em três salas para um estabelecimento que não possuía sequer banheiros e sala de espera, o que resultou na seguinte consideração do presidente da Província:

Os compartimentos do edifício não se prestam às funções de um estabelecimento de educação moral e literária, porquanto tal edifício deve ser cômodo e propriamente construído com desígnio deste grandioso fim; falta espaço para movimento dos alunos, serão poucas as três salas para as aulas, distribuídas as matérias em seções graduais segundo mais naturalmente se ligarem; falta uma sala de espera para os estudantes, principalmente em tempo de

chuva; falta um cômodo para as necessidades (SERGIPE, 1876, p. 48).

No entanto, a sala da congregação, que era o local onde se reuniam os professores para deliberar sobre assuntos referentes ao andamento da instituição, era “decorada luxuosamente, mas faltavam as mobílias apropriadas para as aulas e quase todos os utensílios e instrumentos indispensáveis para o ensino” (SERGIPE, 1876, p. 48).

O relatório de 1º de Março de 1876 do Presidente da Província, João Pereira d’Araújo Pinho, indicava ainda que a crescente demanda pelas aulas de Francês do Atheneu Sergipense devia-se aos esforços do professor Geminiano Paes d’Azevedo e criava o cargo de professor suplementar para auxiliar nas suas aulas:

Sendo o numero de alumnos da língua franceza do Atheneu demasiadamente crescido em relação às forças do respectivo professor, por contarem-se 85 frequentes, e resultando disto manifesto prejuizo à causa da instrução, lembro o alvitre de ser um dos professores do estabelecimento constituído professor suplementar, encarregado de ensinar a parte lexicológica, ficando a cargo do effectivo a parte syntaxica. O facto do crescido numero de alumnos não é passageiro ou meramente accidental; é um facto permanente com que devemos contar sempre, se attendermos à summa importância da língua francesa, cultivada por todas as aspirações literárias e industriaes (SERGIPE, 1876, p. 49-50).

O conhecimento da Língua Francesa fazia-se necessário por

representar um instrumento de acesso aos cursos jurídicos pelos preparatórios e “para além da instrução literária advinda dos livros clássicos de toda literatura, finalidade reservada ao Latim” (OLIVEIRA, 2006, p. 114).

No entanto, o ensino do Latim permanecia no programa de ensino sob constantes ataques. O começo da crise dos estudos clássicos remonta à década de 1850, época que os partidários das línguas antigas começaram a defender a ideia de que na falta de uma cultura, o Latim traria ao menos uma “ginástica intelectual”, indispensável ao homem cultivado (CHERVEL, 1990, p. 179). Com este argumento, o Latim se tornou disciplina obrigatória nos programas da Instrução Pública e cadeira integrante dos estudos de preparatórios para ingresso nas Academias, não obstante os frequentes questionamentos sobre sua utilidade prática. Mesmo assim, o Latim permaneceu importante e obrigatório para ingresso nas Faculdades do Império.

Essas disciplinas obrigatórias para os exames eram então bastante concorridas. Alves (2005) aclara que os alunos preferiam matricular-se nas disciplinas dos exames Preparatórios. A Tabela 5 evidencia ainda que a concorrência às aulas de Francês foi uma tendência durante o século XIX na Província de Sergipe, recebendo mais alunos que a cadeira de Língua Portuguesa.

As aulas de Língua Inglesa nunca conseguiram a adesão de grande número de alunos desde o Lyceu de São Cristóvão, em 1848. Levando em consideração a frequência, nota-se que apesar de haver abandono de alunos nas várias disciplinas durante o decorrer do ano, a disciplina de Língua Inglesa registrava queda em alguns

anos e mantinha-se estável em outros. Durante o período pesquisado, 1874 se configurou como o ano em que houve maior abandono. Matricularam-se dez alunos, porém apenas um deles frequentou as aulas. Em 1875 não houve abandono das aulas. Tomando ainda o ano de 1876 como exemplo, verificou-se que nas aulas de Francês deixaram de frequentar seis alunos, Filosofia perdeu sete alunos, Gramática Nacional, três alunos e Inglês deixou de frequentar apenas um aluno. Além disso, 1876 pode ser considerado a coroação para a Língua Inglesa, sendo registrada pela primeira vez uma procura acentuada com aprovação notória nos exames preparatórios:

**Tabela 6** – Resultados dos exames preparatórios de 1876

MATERIAS	INSCRIPTOS	EXAMINADOS	APPROVADOS	REPROVADOS
Portuguez	45	40	31	09
Latim	22	22	22	
Francez	41	41	37	04
<b>Inglez</b>	<b>24</b>	<b>23</b>	<b>23</b>	
Arithmetica	59	58	58	
Algebra	29	28	28	
Geometria	56	55	53	02
Geographia	40	38	38	
Historia	33	33	33	
Phylosophia	28	26	26	

**Tabela 6** – Resultados dos exames preparatórios de 1876  
(continuação)

Rhetorica	-	-	-	
	377	364	349	15

Fonte: Relatório com que o Presidente da Província, Dr. João Ferreira D'Araujo Pinho, abriu a Assembleia Legislativa Provincial de Sergipe no dia 1º de Março de 1876. Typ. Do Jornal do Aracaju.

De um total de 364 inscritos para os exames, a maioria foi aprovada: 349 alunos aprovados contra 15 reprovados. A disciplina de Aritmética registrou maior número de inscritos e de aprovação, com 58 alunos. A taxa de aprovação de Inglês foi de 100%, levando em conta o número de alunos examinados. Os 23 alunos que fizeram o exame foram aprovados e um aluno não compareceu. Latim aprovou todos os 22 inscritos, e Francês aprovou 37 alunos para os 41 inscritos.

A validação dos exames na Província de Sergipe, o desmembramento das disciplinas de Aritmética, Álgebra, Geometria, Geografia e História, as nomeações de professores para assumirem as diferentes cadeiras e a eleição das bancas examinadoras para avaliação dos alunos contribuíram para a permanência dos alunos na Província, pois não tinham mais que se deslocar para outras localizações a fim de cursar os preparatórios, isso favoreceu a crescente concorrência ao Atheneu Sergipense.

No século XIX falava-se do sistema de ensino das common schools americanas, principal inspiração de Rui Barbosa, de imitar a América, evidenciando a importância do modelo americano de

educação (HAIDAR, 2008).

Falava-se sobre as concepções de Celestin Hippeau sobre a instrução pública dos Estados Unidos, discutia-se o modelo Inglês que permitia que se ensinasse aquilo que se desejasse a quem desejasse aprender, e anunciava ainda o Inglês como língua da ciência. No entanto, era a França o país que inspirou o Brasil com os Liceus e consagrou o Francês na Instrução Pública, o Latim que representava o clássico, a intelectualidade e permitia o desenvolvimento da moral e dos bons costumes, essas línguas que primeiro foram introduzidas no programa de ensino do Império como disciplinas obrigatórias para ingresso nas Academias.

Não obstante, os dirigentes da Província e da Instrução Pública sinalizassem para um direcionamento da educação com base nos países mais avançados da Europa e Estados Unidos, era o modelo de Portugal de fato a ser observado. Como no Brasil, o ensino de línguas nos liceus de Portugal se concentrava nas cadeiras de Latim espalhadas pelo território e o Inglês sendo ofertado apenas nos liceus de primeiro grau. Em 1873 havia oito liceus considerados de primeira classe com curso geral completo: os liceus de Lisboa, Porto, Coimbra, Braga, Évora, Santarém, Funchal e Vizeu, que funcionava provisoriamente. Além dos liceus nacionais, havia cerca de 100 aulas avulsas nas diversas cidades do reino e ilhas, quase todas criadas para o ensino do Latim. Dessas avulsas oficiais, apenas uma cadeira era dedicada ao ensino de língua vivas – o Francês e Inglês. Aproximadamente a metade das outras escolas ensinava Gramática e Tradução do Francês. Nos liceus de primeira classe, além das disciplinas do curso

comum, outras constituíam o curso complementar; incluía-se nesse o estudo das línguas Inglesa, Alemã e Grega, assim como a Língua Latina, a Filosofia, a Matemática e Desenho. A Língua Inglesa era ensinada no 2º, 3º e 4º anos com três aulas por semana. A hora de aula por semana nos liceus variava de no mínimo 16 e máximo 23 horas e a cadeira de Língua Inglesa não era lida no Liceu de 2ª classe, e para matrícula nos cursos científicos das universidades e escolas superiores era indispensável o preparatório e aprovação em todas as disciplinas do curso especial dos liceus (JORNAL DO ARACAJU de 30 de abril de 1873, ed. 372, p. 3).

Diante do exposto, o modelo de instrução pública de Portugal refletia no Brasil Império e em terras sergipanas: a forma de ingresso nas Academias, o sistema de exames preparatórios, a hegemonia do Latim, que era ofertado em cinco anos em detrimento de outras línguas, tudo isso corroborou para esta afirmação. Em relação à Língua Inglesa, o ensino era ofertado em três anos contra um ano do Atheneu Sergipense, e também com número de horas superior. Isso significa que as aulas de Inglês, embora fossem inferiores às de Latim no programa de ensino de Portugal, assumiram maior relevância que na Instrução Pública de Sergipe.

Para concluir, ainda que a disciplina de Língua Inglesa não tenha sido elevada ao status do Francês e do Latim, a inserção de Inglês no programa de ensino da instrução secundária, desde o Lyceu de São Cristóvão até chegar ao Atheneu Sergipense, simbolizou a modernidade que tanto se almejava para a educação na Província de Sergipe. Representava a tentativa de ruptura de um sistema de

ensino tradicional, que já havia sido percebido como um modelo que não mais refletia as necessidades de uma era liberal, de ideias revolucionárias.

O arquétipo português de educação deveria ser abandonado. Os olhos e as referências na segunda metade do século XIX vinham da Inglaterra com a política, da França com a moda e literatura, da Prússia, da Bélgica com os exemplos na educação e principalmente dos Estados Unidos, que emergia como potência no cenário mundial consolidando o Inglês no programa de ensino.

Embora as matrículas na disciplina fossem inferiores às outras línguas estrangeiras até então ofertadas, a permanência da Língua Inglesa no Programa de ensino, de certa forma, não poderia ser vista com desânimo, uma vez que, na própria Inglaterra, o Francês era obrigatório enquanto o Inglês era opcional e raramente ensinado (HOWATT; WIDDOWSON, 2004). A inserção do ensino de Língua Inglesa na Instrução Pública representava a resistência, a tentativa de ruptura com o atraso em que vivia a educação na Província de Sergipe e da sociedade que encontrava dificuldades para romper com velhas concepções religiosas, sociais e econômicas cristalizadas no seio da coletividade.

Desta forma, a Língua Inglesa inserida nos planos de estudos do Atheneu Sergipense é o elemento da modernidade que passou a fazer parte definitiva das disciplinas obrigatórias do programa de ensino da Instituição.



### **3. LENTES DA HISTÓRIA DE LÍNGUA INGLESA: JUSTINIANO DE MELLO E SILVA, E ASCENDINO ÂNGELO DOS REIS**

A Congregação como se acha definida na Lei orgânica do Atheneu Sergipense é o agregado dos professores catedráticos ou substitutos em exercício (ESTATUTO DO ATHENEU SERGIPENSE, 1870, Art. 5º).

A Congregação do Atheneu Sergipense representava o local onde se encontravam os lentes<sup>52</sup> habilitados do ensino secundário (SERGIPE, 1875). O lugar social e intelectual ocupado por eles se constituía em um espaço de privilégio ante a sociedade imperial. Neste sentido, ao longo do século XIX o ofício docente, em seus diferentes tipos, foi um importante campo de atuação da elite letrada e essa atuação contribuiu para a configuração da profissão docente de modo decisivo, uma vez que, mais do que qualquer outro conjunto de agentes sociais, esta elite partilhava de um habitus segundo o qual a educação escolar possuía um valor indicativo do status social (SANTOS, 2013). Grosso modo, não foi diferente com os lentes do Atheneu Sergipense. Santos (2013), ao analisar a relação entre o ofício docente e a elite letrada no Brasil do século XIX, a partir do caso da Província de Sergipe Del Rey, constatou que:

---

52 Nome dados aos mestres da época. Nos Relatórios da Província aparecem as nomenclaturas “lente” e “professor”. Atribuía-se o título de lente aos professores aprovados em concursos com defesa de tese.

A educação escolar era parte constituinte daqueles agentes, pode-se dizer que estava dentro deles, fazia parte do seu sistema de crenças. Produzir um professor por meio de uma especialização criteriosa fundamentada teoricamente, nada mais é do que inculcar este sistema de crenças no qual é um valor em si, um bem simbólico, algo que extrapola o significado meramente econômico (SANTOS, 2013, p. 116).

Ainda de acordo com Santos (2013), o aumento da normatização sobre o exercício da docência, efetivado no início do século XIX, é visto, assim, como estratégia da qual essa elite, ocupando determinados lugares de poder, lançou mão a fim de construir a representação social da docência. Assim, os professores Justiniano Mello e Ascendino Ângelo dos Reis apresentam capitais sociais diversos, quando se observam elementos como locais de nascimento e origens familiares, pode-se perceber que se trata de um grupo de variada procedência.

Segundo Alves (2005), tornar-se lente do Atheneu Sergipense significava ser membro de uma douta Congregação<sup>53</sup>, por isso era motivo de orgulho e marco de honradez e conhecimento. Seus lentes representavam os ideais de uma educação secundária de qualidade na Província.

O professor configurava-se ainda como símbolo intelectual,

---

53 A congregação era composta dos lentes do Atheneu Sergipense, os quais, durante as reuniões, discutiam assuntos referentes à instituição, como o abono das faltas dos alunos, regulamentos de concursos para professores, programa de ensino, dentre outros. A respeito da Congregação do Atheneu Sergipense, ver Santos (2016).

detentor dos saberes e peça-chave no processo de condução das práticas escolares do Atheneu Sergipense. Esse poder extrapolava os limites físicos da instituição e irradiava para a sociedade. Neste sentido, Goodson salienta:

Os professores como porta-vozes das comunidades disciplinares, estão envolvidos numa organização elaborada do conhecimento. A comunidade tem uma história e, através dela, um corpo de conhecimentos respeitado. Tem regras para reconhecer assuntos “inoportunos” ou “ilegítimos”, e formas de evitar a contaminação cognitiva. Terá uma filosofia e um conjunto de autoridades, que dão uma grande legitimação às atividades que são aceitáveis para a comunidade. A alguns membros é atribuído o poder de prestar “declarações oficiais” – por exemplo, diretores de revistas, presidentes, responsáveis pedagógicos e inspetores. Eles são importantes como “outros significantes” que providenciam modelos para os membros mais novos ou indecisos, no que diz respeito a adequação das suas crenças e comportamentos (GOODSON, 1997, p. 22).

Foram esses saberes, legitimados pela sociedade, que permitiram aos lentes atuarem como modeladores de crenças e conhecimentos validados no âmbito da instituição e aceito pelos alunos. Os professores criaram código de conduta, rito dos exames, horários e modelaram comportamentos que ultrapassavam os muros da escola. Mas quais os requisitos para ser lente do Atheneu Sergipense? Quais critérios estabelecidos deveriam seguir os mestres? Qual a forma de ingresso e quem poderia ingressar nas cadeiras da Instituição? A essas indagações respondem os regulamentos da Instrução Pública e

o Regulamento do Atheneu Sergipense de 1870. Para ser professor do Atheneu Sergipense era necessário:

Art. 7º

1º Ser brasileiro, estar no gozo de seus direitos e ser maior de 21 anos.

2º Não sofrer moléstia contagiosa.

3º Não ter sido condenado a qualquer pena infamante por crime de morte ou em consequência de fatos ofensivos da boa moral (REGULAMENTO DA INSTRUÇÃO PÚBLICA, 1874, p. 3).

Sobre o ingresso:

Art. 20º. As cadeiras do Atheneu só poderão ser providas por meio de concurso.

Art. 21º. Logo que vagar qualquer cadeira do Atheneu mandará o presidente pô-la a concurso, fazendo-o anunciar para três meses depois nesta e em outras Províncias (REGULAMENTO DA INSTRUÇÃO PÚBLICA, 1874, p. 4).

Para inscrição exigia-se prova de maioridade e folha corrida. Estrangeiros – não naturalizados – podiam se inscrever para os concursos, desde que exibissem, perante a Congregação ou Diretor, diploma ou título científico legalmente conferido por qualquer escola ou faculdade do Brasil.

Uma vez aprovado no concurso para o Atheneu Sergipense, os professores deveriam cumprir o programa de ensino da respectiva cadeira, “evitando em absoluto, a ostentação aparatosa

de conhecimentos alheios” (SERGIPE, 1897, p. 18), comparecer às reuniões da Congregação, portar-se com decência, possuir boa conduta moral e não podiam tratar de assuntos religiosos e nem políticos.

De acordo com Santos (2013), a docência era afetada diretamente pelas reformas educacionais, uma vez que “estabeleceram padrões seletivos para o exercício da profissão” (SANTOS, 2013, p. 31). E continua o autor:

O professor seria uma espécie de “clérigo-leigo”. Por outro lado, o controle estatal interessava à classe docente por lhe garantir o status social de que não dispunha até então. Este status seria acompanhado de uma maior organicidade para o exercício da profissão, permitindo, ao menos em tese, melhores condições de trabalho e a valorização profissional (SANTOS, 2013, p. 31).<sup>54</sup>

Ser aprovado em concurso para o Atheneu Sergipense não só simbolizava fazer parte da elite da instrução secundária, representava também melhores vencimentos. Os lentes dessa instituição recebiam salários superiores aos demais professores da Instrução Pública da Província de Sergipe. Os dados na Tabela 7 ilustram os vencimentos dos empregados da Instrução:

---

54      Maior aprofundamento sobre a profissão docente em Sergipe ver Santos (2013). E sobre a profissão docente no Brasil ver Catani (2000).

**Tabela 7 – Vencimentos dos empregados da Instrução Pública**

<b>Emprego</b>	<b>Ordenado</b>	<b>Gratificação</b>	<b>Total</b>
<b>Diretor geral da Instrução</b>	1:500\$000	500\$000	2:000\$000
<b>Escriturário do Atheneu</b>	600\$000	400\$000	1:000\$000
<b>Amanuense</b>	600\$000	120\$000	720\$000
<b>Porteiro</b>		400\$00	400\$00
<b>Professor do Atheneu</b>	1:000\$000	500\$000	1:500\$000
<b>Ditos das aulas secundárias avulsas:</b>			
<b>Da cidade de Laranjeiras</b>	720\$000	300\$000	1:020\$000
<b>Da cidade de Estância</b>	1:000\$000	200\$000	1:200\$000
<b>Professores do ensino primário superior</b>	600\$000	400\$000	1:000\$000
<b>Ditos do elementar:</b>			
<b>Da Capital</b>	600\$000	400\$000	1:000\$000
<b>Das Cidades</b>	600\$000	200\$00	800\$000
<b>Das Vilas</b>	500\$000	200\$000	700\$000
<b>Das Freguesias e Povoados</b>	400\$000	200\$000	600\$000
<b>Professores adjuntos</b>		240\$000	240\$000

Fonte: Regulamento da Instrução Pública, 1870, anexo 1.

Os professores das cidades de Estância e Laranjeiras recebiam salários inferiores aos do Atheneu Sergipense, mesmo sendo

professores de educação secundária. Havia, também, diferença de valores entre salários pagos aos professores da capital, que recebiam mais que os professores das cidades, vilas e freguesias espalhadas pela Província.

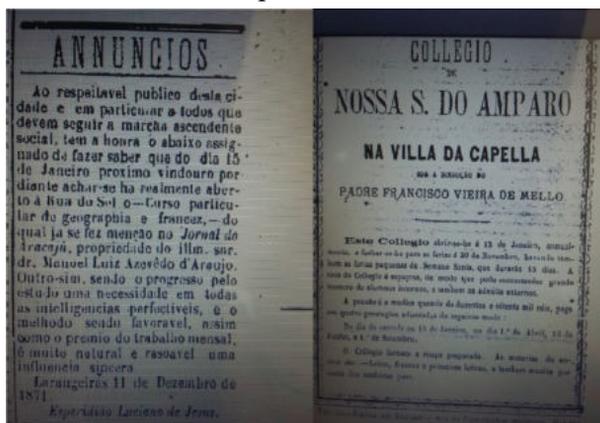
O Regulamento de 1870, art. 228, admitia permutas de cadeira entre os professores do ensino primário ou secundário, desde que não fossem de categorias diferentes. O Governo permitia ainda no ensino secundário a passagem de um professor de uma cadeira à outra, reconhecendo aptidões no professor que se propusesse a doutrinar outra matéria, desde que não resultasse esse movimento em prejuízo para o ensino e para Instrução Pública.

O regulamento estabelecia que seria proibido aos professores de primeiras letras da capital, ou da instrução secundária do Atheneu Sergipense, o ensino particular de matérias de instrução elementar aos pretendentes a qualquer cadeira da mesma instrução da Província sob pena de suspensão por 30 dias. Porém, era permitido aos professores ensinarem em família. Podiam receber em suas casas alunos membros de outras famílias, cobrar por esse serviço, desde que fossem alunos do mesmo sexo e não dessem a esse serviço um caráter público por anúncios ou convites. Ficava, no entanto, o professor obrigado a informar a Instrução Pública o mapa dos seus alunos sob pena de multa de 30\$000 (três mil réis) a 60\$000 (sessenta mil réis).

Contudo, era comum os jornais publicarem anúncios sobre professores que recebiam alunos em suas casas, especificando as matérias ofertadas e o tipo de acomodação. Alguns professores abriam suas escolas ou davam aula particular, inclusive com publicações

no jornal do próprio Diretor da Instrução Pública, Manuel Luiz Azevedo d'Araújo. Ficava o direito de abrir aulas aqueles que assim o desejassem. Era o modelo de educação da Inglaterra um exemplo a ser seguido: ensinar quem quisesse onde tiver a quem e para quem quiser aprender. Se possível fosse, deveria haver em cada arraial, espalhados na Província, um mestre para ensinar as ciências e um sacerdote para falar de Deus (SERGIPE, 1871, p. 50). Com tal incentivo propagavam-se iniciativas particulares de ensino em todos os níveis de educação, com exceção do superior. A Figura 9 nos dá a ver um recorte do Jornal do Aracaju:

**Figura 9** – Anúncios de aulas particulares



Fonte: Jornal do Aracaju, 20 de dezembro de 1871.

Nos anúncios normalmente ofertavam disciplinas estrangeiras, em geral o Latim e o Francês. Nos jornais também fulguravam os nomes dos professores do Atheneu Sergipense que frequentemente

participavam como avaliadores nos exames de habilitação<sup>55</sup> na diretoria da Instrução Pública, como, por exemplo, no dia 06 de novembro de 1871, quando foi examinada D. Anna Avelina dos Martyres pelos professores Ignácio de Souza Valladão, Raphael Archanjo de Moura Mattos e a professora D. Francisca da Glória Muniz Telles; no dia 12 do mesmo mês, o aluno Avelino Martins de Jesus Tapagem teve como examinadores os professores Dr. Sancho de Barros Pimentel, Geminiano Paes d'Azevedo e Isaias Horácio de Souza (JORNAL DO ARACAJU, 10 de dezembro de 1871, ed. 222, p. 3). Vale ressaltar que, exceto pelos professores Isaias Horácio de Souza e D. Francisca da Glória Muniz Telles, que eram professores da instrução primária da Província, os demais eram lentes do Atheneu Sergipense.

Silva (2004) salienta que no período monárquico estiveram atuando em Sergipe vários mediadores como professores do Atheneu Sergipense, que foram de grande importância para que o colégio se estabelecesse como locus da intelectualidade sergipana, contava com a participação de médicos e advogados, no quadro de lentes da Congregação: Ascendino Ângelo dos Reis, médico; Justiniano de Mello, doutor em Ciências Sociais; Daniel Campos, médico; Brício Cardoso, filósofo; Olyntho Rodrigues Dantas, médico; Raphael Archanjo de Moura Mattos, Juiz de Paz e delegado de polícia; e Galdino Telles de Menezes, médico, servem como ilustração.

---

<sup>55</sup>A capacidade profissional devia ser provada pelo exame de habilitação, o qual deveria ser requerido ao Diretor da Instrução e feito perante três examinadores nomeados pelo Diretor da Instrução, de acordo com o Regulamento da Instrução Pública da Província de Sergipe, 1874, art. 59, p. 18.

Eram a Bahia, com a Faculdade de Medicina, e Pernambuco, com o curso de Direito, centros magnéticos para a educação dos jovens da Província, “constituíam a matriz principal comum para os intelectuais sergipanos com nível superior” (SILVA, 2004, p. 35).

Sendo o Atheneu Sergipense a representação do novo na jovem Aracaju, simbolizava a modernidade. A concentração das aulas em um único prédio, a preocupação das autoridades com o bom andamento da Instituição, a entrada de professores por concurso, ou por prova de notoriedade e capacidade intelectual, tudo isso inseriu a Província de Sergipe no cenário da educação nacional, e os lentes assumiram papel de relevância para a consolidação da educação secundária na Província e se firmaram como profissionais renomados, atraindo atenção da sociedade e com suas ações retratadas nos meios de comunicação.

### 3.1 JUSTINIANO DE MELLO E SILVA: O CIENTISTA SOCIAL E POLÍTICO

**Figura 10** – Lente Justiniano de Mello e Silva



Fonte: [http://www.museumaconicoparanaense.com/MMPRaiz/Autoridades\\_PR/DELEG\\_875\\_Justiniano\\_Melo.htm](http://www.museumaconicoparanaense.com/MMPRaiz/Autoridades_PR/DELEG_875_Justiniano_Melo.htm). Acesso em: 15 jun. 2016.

As aulas de Língua Inglesa no Atheneu Sergipense iniciaram em 1871 no curso de Humanidades, tendo como primeiro mestre Justiniano de Mello e Silva. Nascido na cidade de Laranjeiras em 8 de janeiro de 1853, concluiu sua educação literária na Faculdade de Direito de Pernambuco, além de receber o grau de doutor em Ciências Sociais pela Faculdade de Córdoba, Argentina. Retornou a Aracaju em 1871, tornando-se lente da cadeira de Língua Inglesa do Atheneu Sergipense em 25 de fevereiro do mesmo ano, depois de ser

aprovado em concurso (SERGIPE, 1871, p. 55).

A cadeira de Língua Inglesa, componente do primeiro plano de estudos do Atheneu Sergipense, adota segundo o Regulamento da instituição a Gramática de George Gibson, e *History of Rome* de Goldsmith<sup>56</sup>.

Dantas (1955) salienta a contribuição que as línguas emprestaram à carreira profissional de Justiniano:

É significativo que, no seu primeiro contato com o magistério, tenha se dedicado ao ensino da Língua Inglesa, pois Justiniano de Mello e Silva seria mais tarde um filólogo, um grande conhecedor de línguas, sobretudo, das línguas mortas das civilizações antigas. Como historiador e sociólogo, seu método de exposição será baseado sobre tudo na interpretação das raízes primitivas da linguagem (DANTAS, 1955, p. 258).

---

56 O Programa de Ensino do Imperial Colégio de Pedro II no ano de 1862, com curso dividido em sete anos, aponta a cadeira de Inglês para o terceiro, quarto e quinto anos, sem listar os conteúdos, apenas indicando os livros: “Grammatica. Postillas do Professor. Murray. English spelling book. Goldsmith. History of Rome. Caps. 23 a 25, pags. 305<sup>a</sup> 365. Edição de Paris. Clifton. Guia de Conservação”; “Hillard’s. First-class Reader” (indica as páginas); “Hillard’s. First-class Reader” (indica as páginas); Clifton. “Guia de Conservação” (VECHIA; LORENZ, 1998, p. 58, 59, 61). George Gibson, professor de língua inglesa, natural de Londres, publicou em 1851 anúncio em jornais do Rio de Janeiro em que dava lições de “língua inglesa de different classes em exercícios tanto em prosa quanto em verso segundo adiantamento dos seus discípulos” (OLIVEIRA, 2006, p. 80). “History of Rome” de Goldsmith; compêndio com 539 páginas sobre a história de Roma. Aborda as maneiras, instituições e antiguidades dos romanos. Possui dicionário explicativo para as palavras mais difíceis e questões para exames no final de cada seção.

Preocupado com o número de alunos matriculados, Justiniano apresentou um requerimento à Congregação do Atheneu Sergipense solicitando informações a respeito da matrícula dos estudantes na aula de Inglês, no que foi atendido pela Congregação.

Com carga horária de uma hora e meia por semana, com aulas iniciando às 7h30 e durando até as 8h30, o número de alunos matriculados foi de 17 no primeiro ano de seu exercício, sendo que quatro alunos foram reprovados. Mesmo número de reprovados em Latim e Francês. Em 1871, o Jornal do Aracaju publicou a lista com resultado apenas dos alunos que não passaram de ano.<sup>57</sup>

#### Quadro 8 – Resultado dos alunos reprovados em Inglês (1871)

Lista do resultado dos alunos reprovados em Latim	Lista do resultado dos alunos reprovados em Inglês	Lista do resultado dos alunos reprovados em Francês
Manoel Pereira de Luz	Cypriano José Pinheiro	Cesário de Goes Pessoa
Manoel dos Passos de Oliveira Teles	Minervino Freire Pitombo	Antero Abílio e Almeida
Francisco Muniz de Matos	José Claudio de Araújo Pereira caldas	João d'Avila e Almeida
João d'Avila e Almeida	Martiniano de Mello e Silva	Estevão Pereira Coelho

Fonte: Adaptado do Jornal do Aracaju, 22 de novembro de 1871, ed. 217, p. 4.

<sup>57</sup> Nos documentos analisados não encontramos a lista completa de alunos matriculados na disciplina de Língua Inglesa, nem nas outras cadeiras.

Nos registros não há especificação sobre os motivos das reprovações. Os resultados são baseados em informações que constam nas Atas da Congregação do dia 14 de novembro de 1871 e divulgados no Jornal do Aracaju daquele ano. Nessa mesma reunião em que foram confirmados os nomes dos reprovados, a comissão deliberou sobre os exames de habilitação, a ordem das disciplinas e o procedimento para aplicação das provas:<sup>58</sup>

[...] fará uma prova escrita e outra oral, sendo-lhe concedidas duas horas para a primeira e meia hora para a segunda. Assim será aprovado com distinção o que obtiver dois D.D no escrutínio. [...] O Ilm.º Dr. Diretor consultou a Congregação se os exames das diferentes matérias deviam ser feitos no mesmo dia ou dias interpolados: resolveu a congregação que os exames fossem feitos no mesmo dia, apresentando o Lente Tito uma emenda que comesçassem eles das 10 horas da manhã as três da tarde, seguindo a ordem admittida pela Congregação e resolveu-se que feitos elles pela maneira seguinte: 1º Inglez: 2º Philosophia, 3º Arithimética e Geometria, 4º Geographia, 5º Gramática Philosófica, 6º Pedagogia, 7º Latim, 8º Francez.[...] prova escrita em local fechado e oral aberta ao público (LIVRO DE ATAS DA CONGREGAÇÃO DO ATHENEU SERGIPENSE. Ref. 481FASS01 - CEMAS, p. 7).

Na referida reunião, Justiniano pediu para ser dispensado do quadro de avaliadores, porque fora designado pelo Diretor Manuel Luiz Azevedo d’Araújo para confeccionar o memorial histórico e relatório anual da Instrução Pública. Para avaliar a cadeira de Língua

58 A finalidade dos Exames de Habilitação era “examinar a habilitação do aluno para matricular-se em aulas e/ou nos anos dos cursos” (ALVES, 2005, p. 165).

Inglesa foram nomeados: Sancho Barros Pimentel<sup>59</sup> e Rafael Araújo de Moura Mattos<sup>60</sup>. Constituía-se prática comum, durante os exames, os professores participarem das bancas como avaliadores de outras matérias, não só das que lecionavam. Isso devido à possibilidade que tinham de permutar entre si as respectivas cadeiras ou transferir-se para as cadeiras vagas, desde que demonstrassem afinidade com a matéria para a qual desejavam transferência, mediante requerimento ao Governo e parecer da Diretoria. Transitavam, portanto, os professores por diferentes disciplinas.

Em janeiro de 1872, a Congregação deliberou que as aulas de Língua Inglesa passariam a ser ofertadas das 9h às 10h30, as de Filosofia às 7h30 da manhã, no lugar de Inglês. No entanto, Justiniano de Mello iniciou uma polêmica ao enviar ofício à Presidência da Instrução Pública solicitando a transferência da cadeira de Língua Inglesa para a tarde. Deste modo, as aulas mudariam para as 16h30, horário de aula não previsto pelo Regulamento da instituição<sup>61</sup>. Em reunião de 02 de março de 1872, o Vice-Diretor interino, Vigário José Luiz de Azevedo, leu o ofício da Presidência da Instrução Pública, relatando que nada resolveria sobre a mudança de horário das aulas de Inglês, pois que era atribuição da Congregação. Moura

---

59 Professor de Filosofia Racional e Moral (ALVES, 2005).

60 Lente das cadeiras de Geografia e História, também exerceu os cargos de Juiz de Paz e Delegado de Polícia (CAMPOS, 1967, p. 70).

61 Pelo Estatuto de 12 de janeiro de 1871: “todos os dias da semana são lectivos, a excepção dos domingos, quintas-feiras, dias santos de guarda e feriados por Lei”, funcionando o Atheneu Sergipense das sete horas da manhã às três horas da tarde, até 1876. Em 1877, pelo Regulamento de 9 de janeiro, o Atheneu Sergipense deveria funcionar das nove horas da manhã às três horas da tarde (ALVES, 2003, p. 3).

Mattos declarou-se contra a mudança no horário, e Thomas Diogo Leopoldo<sup>62</sup> a favor de Justiniano de Mello. Posto em votação, o requerimento para mudança das aulas de Inglês foi aprovado com o voto do requerente Justiniano de Mello. Em dúvida sobre a legalidade do voto do próprio requerente, José Luiz d’Azevedo informou que consultaria a Presidência da Província.

Continuando com este ponto de pauta, na sessão de 7 de março de 1872, foi lido um ofício da Presidência declarando que não se deveria considerar válido o voto de Justiniano de Mello na questão da mudança da hora da aula de Inglês, visto que ele era o próprio requerente. A petição foi colocada em discussão novamente. Tito Augusto Souto Andrade<sup>63</sup> posicionou-se contra a consulta do Senhor Vice-Diretor à Presidência, visto que era atribuição da Congregação deliberar sobre o caso internamente. Moura Mattos falou contra o requerimento de Justiniano de Mello mais uma vez. Colocado em votação, computou-se três votos a favor e três contra. Com o Vice-Diretor dando seu voto de qualidade a favor de Justiniano de Mello, ficou aprovada a mudança no horário das aulas de Inglês. A aprovação na mudança de horário foi seguida de severas críticas no Jornal do Sergipe em 13 de março de 1872<sup>64</sup>, recriminando o favorecimento ao professor Justiniano de Mello.

---

62 Médico, lente do primeiro quadro do Atheneu Sergipense da cadeira de Gramática Filosófica da Língua Nacional e Análise dos Clássicos (ALVES, 2005).

63 Tito Augusto Souto d’Andrade iniciou carreira no magistério em Laranjeiras, onde lecionou Geografia, História e Filosofia. Foi transferido para as cadeiras de Geometria e Francês em Aracaju em 1868. No Atheneu Sergipense lecionou Aritmética, Álgebra e Geometria (ALVES, 2005).

64 Essa informação consta na carta resposta que Justiniano de Mello e Silva publica no Jornal do Aracaju de 16 e março de 1872.

Os jornais se apresentam, nesta perspectiva, como fonte de pesquisa para a história da educação. Neles discussões se estabeleciam, às vezes com pseudônimos, ou com o verdadeiro nome assinando as notícias. Revelavam-se também as tensões e conflitos gerados, os fazeres pedagógicos, ações das instituições educacionais que se tornavam públicas à sociedade.<sup>65</sup>

Sobre a utilização de jornais como documento histórico, adverte Campos que:

[...] ao manusear um jornal, necessitamos, antes de tudo, pensar, juntamente com os nossos mestres de ofício, em texto, contexto e técnicas de produção; ou em discurso, na acepção de um texto observado na situação de comunicação que o sustenta, o que supõe um posicionamento social e historicamente marcado do sujeito que produziu o jornal (CAMPOS, 2012, p. 59).

Foi no jornal que o professor solicitou direito de resposta às ofensas de quem Justiniano chamou de “articulista”, sendo a carta publicada no Jornal do Aracaju em 16 de março de 1872. O texto mostra indícios de um panorama ampliado das disputas internas, da concorrência por alunos, da sociedade, das questões políticas e do Atheneu Sergipense na época:

Não sei como o articulista, com sua vista longa, foi alcançar privilégio onde a maioria da Congregação não

---

65 Sobre o Jornal Estudantil O Porvir, consultar Rodrigues (2016); a respeito do Jornal Estudantil Necdalus ver Vidal (2009).

entreviu senão uma medida necessária que como tal foi adotada. Havia eu requerido ao Governo semelhante alteração considerando que nenhuma dificuldade poderia produzir na economia do estabelecimento; e como aquele mandasse submeter a minha proposta à Congregação dos lentes, assim procedi, o que deu em solução respectiva mudança (JORNAL DO ARACAJU, 16 de março de 1872, p. 3, grifo do autor).

Justiniano de Mello e Silva não mencionou o nome da pessoa que escreveu contra ele, atribui-lhe o nome de “articulista”, mas provavelmente tratava-se do professor Moura Mattos, que insistentemente se posicionava contrário à mudança de horário da cadeira de Língua Inglesa. Pelo timbre exacerbado de Justiniano, percebe-se que a ele e à instituição pesam críticas, tais como: a falta de fiscalização em relação às aulas, a manipulação do horário para favorecer o ingresso de funcionários públicos às aulas de Inglês como alunos avulsos sem registrar-se regularmente para cursar as cadeiras, visando aumentar o número de matriculados, e abusos cometidos pela Congregação do Atheneu Sergipense. No entanto, Justiniano Mello considera essa alegação um absurdo digno de almanaque:

O Lente de Inglês do Atheneu não procurou com tal medida uma satisfação para seus cômodos; pelo contrário, todos compreendem que é preferível lecionar às 9 horas da manhã do que às 4 horas da tarde. Disse o articulista, o que é uma mentira de estofa de tantas outras que o tem imortalizado, que o lente de Inglês do Atheneu alegou como justificativa de suas propostas a conveniência de aproveitar os empregados públicos que poderiam concorrer à sua aula

[...] Poderei citar nomes de quatro moços empregados que tão depressa, depois da referida alteração, tem concorrido à sobredita aula. O Senhor Alfredo Montes, cuja frequência vale muito mais do que a de tantos outros que cursam as aulas de certos amigos do articulista, os quais, em certo tempo, contavam receber os títulos de professores da capital, sobre a sepultura de um colega seu. [...] Fala do articulista da não fiscalização da aula de inglês: entendo que sua casa merece maiores cuidados da polícia. Além disto, com um fiscalizador tão severo como o “articulista”, é dispensável qualquer outra vigilância, é pena que aquele minta tão descaradamente. Saiba que o mapa da aula de inglês conta com 17 estudantes, doze dos quais são muito assíduos. Ao certo a frequência dessa aula é de 10 estudantes. Sinto muito derrubar o castelo de frascos construído pelo digno rival de Hipocrates (JORNAL DO ARACAJU, 16 de março de 1872, p. 3).

O aluno Alfredo Montes, citado no trecho jornalístico, tornou-se professor da cadeira de Língua Inglesa do Atheneu Sergipense em 1876. Certamente já deveria ser um nome de representação para ser nominado como uma figura importante que valia mais que muitos alunos que atendiam outras classes. Justiniano de Mello cita ainda os nomes de Capitolino Henrique da Costa<sup>66</sup>, Francisco Sabino Coelho Sampaio e Risério Nunes do Nascimento como exemplo de alunos matriculados em suas aulas para asseverar que os pressupostos do articulista não passam de imaginação do denunciante.

Outro fato que salta em relação à fala de Justiniano de Mello,

---

<sup>66</sup> Capitolino Henrique da Costa juntamente com José Ricardo Cardoso e outros, abrem uma associação estudantil no Atheneu Sergipense no ano de 1874 e criam o Jornal Estudantil O Porvir. A respeito do Jornal O Porvir consultar Rodrigues (2016).

diz respeito ao número de alunos frequentando a cadeira de Inglês. Ele afirma que 17 alunos se matricularam na disciplina em 1871<sup>67</sup>, o que significa um número razoável de alunos para o primeiro ano de funcionamento comparado com as outras línguas, como Latim, que obteve 18 matrículas, e Francês, com 43 matrículas (SERGIPE, 1871, p. 55). Contudo, os números na cadeira de Inglês caem consideravelmente no ano seguinte.

Em 1872, as aulas de Língua Inglesa encerraram com apenas dois alunos matriculados. Esta queda significativa no número de alunos provavelmente foi resultado do desentendimento de Justiniano de Mello com o “articulista”, o que repercutiu negativamente contribuindo para queda consistente no número de alunos matriculados na cadeira de Língua Inglesa, com o destaque dado nos jornais de circulação da época. Outro motivo era a hegemonia do Latim e do Francês que possuíam maior procura por serem cadeiras exigidas nos Exames Preparatórios de ingresso nas academias do Império.

Com intenção de justificar a posição favorável ao seu requerimento pela Congregação, procurou o lente defender a Instituição a qual representava, esclarecendo que o Atheneu Sergipense dispunha de autonomia no que se referia à deliberação de assuntos internos. Fica evidente, nas palavras de Justiniano de Mello, que à instituição era conferido um símbolo de poder, e que gozava de certa independência evidenciada nas seguintes palavras do professor:

---

67 O Jornal de Sergipe, 22 de novembro de 1871, ed. 217, p. 4, indica apenas quatro matrículas para Língua Inglesa.

Cumpre-me protestar ainda em nome da Congregação dos Lentes do Atheneu, em quem o articulista faz supor a mais abjeta subordinação, que não se compadece com a independência que a lei nos confere e que tão bem tem sido acatada pelo atual diretor da Instrução Pública (JORNAL DO ARACAJU, 1872, p. 3).

Sendo, pois, o Atheneu Sergipense alvo de maiores cuidados do Governo, o local onde se preparavam os filhos da Província para assumirem os cargos da sociedade local e do Brasil, era foco de atenção da sociedade, de visitantes e por isso sofria pressão externa e interna. O Atheneu Sergipense não poderia ter sua imagem maculada, traria impactos negativos sobre sua unidade administrativa, em todos os membros da instituição e certamente favoreceria a concorrência particular<sup>68</sup>.

Para Chervel (1990), exemplificando o caso francês, dirigir uma universidade ou uma congregação no século XVIII ou XIX não era tarefa fácil, já que essas sofriam pressão de vários segmentos da sociedade, “dos visitantes, dos inspetores, dos exercícios públicos, dos concursos e dos exames” (CHERVEL, 1990, p. 194).

As estratégias usadas por Justiniano buscam descaracterizar o discurso do articulista. Justiniano tenta impor sua fala utilizando do poder simbólico representado pelo cargo a ele conferido, o que lhe dá autoridade para protestar e legitimar seu discurso. Essas são formas de “estratégias que os agentes empregam para levarem a melhor na luta simbólica pelo monopólio da imposição do veredicto, pela

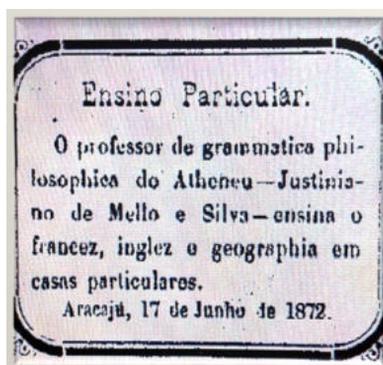
<sup>68</sup> Professores publicavam anúncios nos jornais de aulas em suas residências admitindo alunos internos e/ou externos.

capacidade reconhecida de dizer a verdade a respeito do que está em jogo no debate” (BOURDIEU, 1998, p. 54-55).

Apesar das críticas recebidas, as aulas de Inglês continuaram a ser ofertadas às 4h30, e em abril de 1872 Justiniano saiu vitorioso na disputa e ainda recebeu a regência da cadeira de Francês do curso noturno do Atheneu Sergipense, substituindo o lente Geminiano Paes de Azevedo, e passou também a ensinar Gramática Filosófica. Justiniano ainda ensinava diferentes disciplinas também em caráter particular (JORNAL DO ARACAJU, 13 de abril de 1872, p. 1).

A Figura 11 traz recorte de anúncio de jornal escrito por Justiniano oferecendo aulas particulares de diversas disciplinas, e mostra a abrangência do conhecimento multidisciplinar do professor ao assumir concomitantemente a cadeira de Gramática Filosófica e Inglês do Atheneu Sergipense. De acordo com o anúncio, Justiniano ministrava aulas de Geografia, Francês e Inglês nas casas que o solicitassem.

**Figura 11** – Anúncio de aulas particulares de Justiniano de Mello e Silva



Fonte: Jornal do Aracaju, de 26 de junho de 1872, p. 4.

Em relação às aulas de Inglês no Atheneu Sergipense, vão ter o horário alterado em 1º de fevereiro de 1873, quando a sessão da Congregação tratou de formular as horas das aulas para aquele ano:

**Tabela 8** – Disciplinas e horários do Atheneu Sergipense no ano de 1873

<b>Disciplinas</b>	<b>Horário</b>
Aritmética, Álgebra e Geometria	7h às 8h30
Filosofia	7h às 8h30
Frances	9h às 10h30
<b>Inglês</b>	<b>9h às 10h30</b>
Geografia e História	10h30 às 12h
Gramática Filosófica	10h30 às 12h
Latim	Do meio-dia em diante

Fonte: Tabela elaborada a partir do Livro de Atas da Congregação do Atheneu Sergipense (1871-1916). Ref. 481FASS01 - CEMAS, 1º de fevereiro de 1873.

No programa de ensino, o professor Justiniano passou a reger as cadeiras das Línguas Vivas: o Inglês e o Francês aparecem com uma hora e meia de aula, número inferior às aulas de Latim, tendo em vista que no Regulamento da Instrução Pública de 1874 consta Latim com duas horas por semana, e as disciplinas eram ofertadas por ano, assim demonstrado:

**Quadro 9** – Divisão das disciplinas por ano letivo

<b>DIVISÃO DE DISCIPLINAS POR ANO</b>	
1º ANO	Latim – Gramática Filosófica e Análise de Clássicos.
2º ANO	Latim – Francês – Geografia Histórica.
3º ANO	Latim – <b>Inglês</b> – Aritmética, Álgebra e Geometria.
4º ANO	Latim – Filosofia – Retórica.

Fonte: Regulamento da Instrução Pública, 1870, p. 4.

O certo é que a duração das aulas e conteúdos a serem trabalhados deveria atender o disposto no Decreto nº 4.468, de 1º de fevereiro de 1870, do Ministro da Instrução Paulino de Souza, que indicava uma ascensão do Latim sobre as demais línguas. Com respeito à relevância e horas trabalhadas por cada cadeira, Alves considera que:

Quanto à relevância outorgada a cada matéria, esta pode ser revelada por meio da carga horária estabelecida para cada uma delas. É a relação entre os conteúdos e o tempo escolar. A organização e aproveitamento do tempo, com os métodos empregados, distribuição das turmas e classes (ALVES, 2005, p. 128).

As estratégias adotadas por Justiniano de Mello parecem ter dado resultados. Ele foi eleito Secretário da Congregação durante a sessão de 31 de janeiro de 1874, mas por pouco tempo. No dia 5 de março do mesmo ano, Justiniano de Mello alegando moléstia deixou

a cadeira de Inglês e o cargo de Secretário<sup>69</sup>, sendo substituído por Ascendino Ângelo dos Reis na cadeira de Língua Inglesa do referido ano.

Durante seu tempo de permanência no Atheneu Sergipense, Justiniano de Mello e Silva deixou de comparecer às reuniões da Congregação por inúmeras ocasiões. Mesmo sendo obrigatório aos lentes comparecerem às sessões sob pena de perda de salários, o professor constantemente enviava alguma justificativa para sua falta. Entre 1871 e 1874, com um total de seis ausências, “foi o segundo lente com maior número de faltas nas reuniões da Congregação do Atheneu Sergipense” (SANTOS, 2016, p. 59).

Em 1875, Justiniano de Mello e Silva obteve permissão para se afastar do Atheneu Sergipense, mudou-se para o Rio Grande do Sul e recebeu o título de Doutor em Ciências Sociais na Faculdade de Córdoba, na Argentina. No mesmo ano regressou ao Brasil indo morar no Paraná onde entrou para a política e foi eleito deputado provincial em quatro legislaturas no Paraná (GUARANÁ, 1925, p. 361). Naquela Província foi nomeado Secretário de Governo, recebeu o título de Delegado do Grande Oriente Unido do Brasil de 05/1876 a 14/06/1877 e se consolidou como educador quando se tornou lente do Instituto Paranaense nas cadeiras de Português e Pedagogia, sendo designado chefe da Instrução Pública do Paraná em 1882.<sup>70</sup>

69 O Art. 18 do capítulo 4º do Estatuto do Atheneu Sergipense de 1871 especifica que ao Secretário competia a escrituração da Congregação, redigir as atas das sessões e a correspondência respectiva, e fazer assinar a matrícula em livro próprio aos estudantes que se propuserem a frequentar as aulas do estabelecimento, precedendo despacho do Diretor. A cada início de ano havia a eleição do Secretário da Congregação entre os pares.

70 Informação disponível em: <http://www.museumaconicoparanaense.com/>

Foi no Paraná que Justiniano de Mello e Silva se consagrou como profissional docente e encontrou reconhecimento da sociedade proeminente sendo considerado um educador de notável conhecimento, referência para seus alunos e de incomparáveis feitos para a sociedade paranaense. No Paraná a atuação de Justiniano de Mello e Silva foi mais significativa. Tornou-se “redator de jornais, ocupou importantes cargos políticos, foi professor, poeta e historiador e, a partir dos seus ideais, escreveu a sua principal obra, Nova Luz Sobre o Passado” (SANTOS; FERRONATO, 2016, p. 8).

Sobre a profissionalização docente, Nóvoa acrescenta:

A profissionalização não é um processo que se produz de modo endógeno. Assim a história da profissão docente é indissociável do lugar que seus membros ocupam nas relações de produção e do papel que eles jogam na manutenção da ordem social. Os docentes não vão somente responder a uma necessidade social de educação, mas também criá-la (NÓVOA, 1991, p. 16).

Justiniano retornou para Aracaju em 21 de novembro de 1896, assumindo no Atheneu Sergipense a cadeira de História Universal e da Civilização no mesmo ano. Mais uma vez entrou em conflito com um de seus estudantes, e acabou perdendo os outros poucos alunos que atendiam suas aulas.<sup>71</sup> Campos assim descreveu o acontecimento:

---

MMPRaiz/Autoridades\_PR/DELEG\_875\_Justiniano\_Melo.htm. Acesso em: 15 jun. 2016.

71 Campos (1967) não apresenta o número de alunos, especifica apenas que havia poucos alunos matriculados para essa cadeira.

Em História Universal e do Brasil esbarrei-me com um vesânico com fama de sábio, chamado Justiniano de Mello e Silva, sergipano, bacharel, que andou pelo Sul metido em política e jornalismo, e voltara para Sergipe. Éramos poucos os alunos, e o Justiniano, invariavelmente de sobrecasaca e calça listrada, atravessava o pátio, parava defronte da porta fechada, o bedel abria, ele entrava e nós estudantes o acompanhávamos e nos acomodávamos ao longo de uma grande mesa. O professor só dava aula com a História Universal de Moreira Pinto na mão e, ao invés de explicar, criticava o autor mostrando erros. – É um burro dizia ele. Um dia por acaso, não levei o livro. – Então, que veio fazer aqui? Pode ir-se embora. Levantei-me, os colegas fizeram o mesmo e saímos todos, pois ninguém tinha o tal livro (CAMPOS, 1967, p. 7-8).

Após esse desentendimento com os alunos, Justiniano comparecia ao Atheneu Sergipense diariamente, assinava o ponto e saía sem dar aula porque não tinha alunos. Como não havia obrigatoriedade na frequência<sup>72</sup>, os alunos tomaram aulas com professores particulares e foram aprovados por uma comissão designada para aplicar o exame.<sup>73</sup>

Essa situação o levou a dedicar mais tempo à escrita do seu livro em que há muito trabalhava. Segundo Campos (1967), Justiniano era amante da escrita e proprietário de um considerável acervo. “[...] O esquisitão mestre de História era tido como um gênio incompreendido e vivia dentro de sua grande biblioteca escrevendo um livro, Nova

---

72 Segundo Haidar (2008) a reforma Leôncio de Carvalho, de 1878, consagrou definitivamente os estudos fragmentados ao manter as matrículas avulsas e ao introduzir a frequência livre e os exames vagos.

73 No texto analisado não faz referência ao tipo de exame. De acordo com Alves (2005), entre os anos 1892 a 1896 havia três tipos de exames: Habilitação, Classe e Final (ALVES, 2005, p. 165).

luz sobre o passado, ao que dizem um assombro” (CAMPOS, 1967, p. 8).

Em 1906, sob o pseudônimo de “A. Sergipe”, publicou Nova Luz Sobre o Passado: A humanidade Primitiva e os Povos Pelasgicos, obra que tem como tema a queda e a corrupção do homem e faz a restituição histórica pela interpretação científica dos mitos, lendas, monumentos, línguas, textos, usos e tradições, escrito em complexo vocabulário. Mencionamos aqui um pequeno excerto para ilustração:

Os antigos não duvidavam de comparar aos carrapatos os povos vermelhos que lhes sugaram o sangue, e entraram na mescla das três raças. Em Marmarica se mostra o facto pelo radical de ricinus. Os Ombrios, que pertence ao ramo ethiope (umbra, nubes), eram chamados Pediculos ou pilhos (pediculus), e um annexim latino nos guarda a impressão produzida pelo gênio das duas raças africanas: in aliumpediculum vides, in te ricinum non vides. Da alligação entre os dous povos negros resultou que as tendências diferentes, representadas por aquelles insectos, produzissem a ulcera moral, de máo character, que se adscribe ao nome dos Pelasgos; e o termo gos ou gus, de pelasgus, leva a pensar numa espécie de adivinhação por meio de um crivo (coscionomania)<sup>74</sup> (SERGIPE, 1906, p. 43).

Fausto Cardoso<sup>75</sup>, amigo de Justiniano, solicitou ao Governo

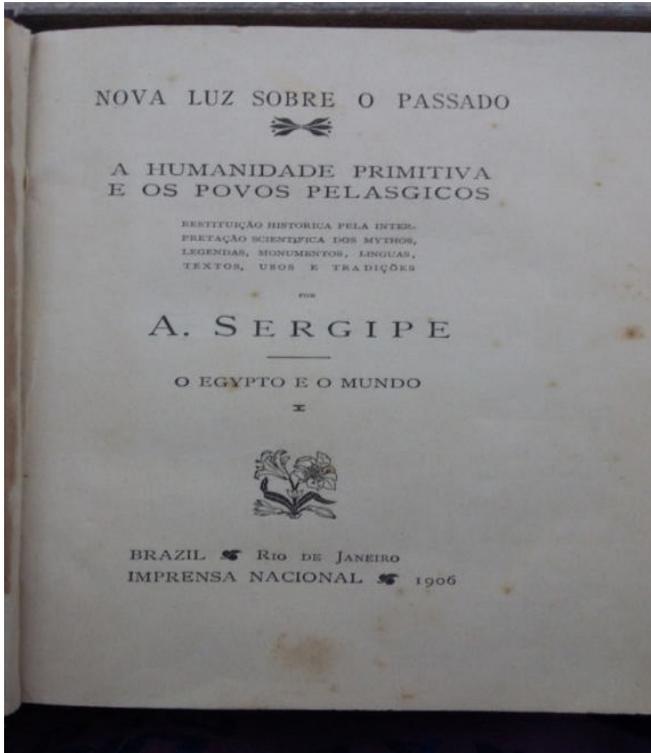
---

<sup>74</sup> Reprodução original do texto.

<sup>75</sup> Nasceu em Sergipe em 1864. Sociólogo, político, jornalista e poeta. Tornou-se lente de História das belas-artes na Escola das Belas-Artes e de Filosofia do Direito na Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro. Elegeu-se Deputado Federal por Sergipe em 1900 (GUARANÁ, 1925, p. 153).

da União para imprimir a obra que logo foi considerada pela crítica como “alguma coisa monstruosa, verdadeiro amontoado de extravagâncias, sem nexos obra sem dúvida de algum maníaco” (DANTAS, 1955, p. 260).

**Figura 12** – Capa do livro Nova luz sobre o passado



Fonte: Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGE).

Dantas (1955) indica que Justiniano de Mello foi também poeta e que Silvio Romero<sup>76</sup>, ao estudar os poetas sergipanos do século XIX,

<sup>76</sup> Nascido em Sergipe em 1851. Foi um dos maiores intelectuais brasileiros.

fixou Justiniano no grupo dos “condoreiros”, ao lado de figuras como Jorge Siqueira Filho, Pedro Moreira, e que tinham Tobias Barreto<sup>77</sup> como mestre.

No Jornal do Aracaju, as contendas oriundas da solicitação de Justiniano de Mello e Silva para mudança no horário das aulas de Língua Inglesa ganharam relevância ficando aparentes as disputas internas que existiam no Atheneu Sergipense e que se tornavam públicas à sociedade.

No período em que Justiniano de Mello e Silva lecionou no Atheneu Sergipense, a procura pela cadeira de Língua Inglesa possuiu matrícula reduzida comparada a outras matérias como Latim e Francês. Ele deixou a cadeira alegando motivo de saúde e mudou-se para o sul do Brasil onde recebeu o título de doutor em Ciências Sociais, tornando-se uma figura de renome na Província do Paraná.

No entanto, a história da profissão docente de Justiniano de Mello e Silva na Província de Sergipe nos revela que, durante sua passagem pelo Atheneu Sergipense, o lente foi uma figura que não permanecia silencioso aos agravos a ele dirigidos. De personalidade controversa, radical e conservador, utilizava de argumentos para afirmar suas opiniões perante a Congregação. Considerava-se um

---

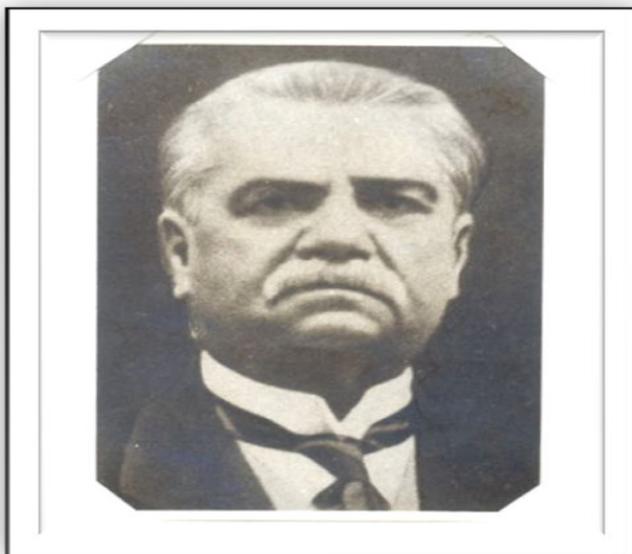
Representou o Brasil em várias conferências europeias e foi, em 1904, agraciado pelo Rei D. Carlos de Portugal com a comenda de S. Tiago. Era membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e de outras muitas sociedades de Ciências e Letras tanto do país como do estrangeiro (GUARANÁ, 1925).

<sup>77</sup> O maior dos sergipanos pelo talento e pela erudição, nasceu em Campos a 7 de junho de 1839 e faleceu no Recife a 26 de junho de 1889. Poeta, filósofo, jurista, crítico, polemista, orador, jornalista e musicista, conhecia perfeitamente o latim, francês, inglês, italiano, alemão e russo, tendo aprendido esta última língua do mesmo modo que aprendeu a alemã, consigo mesmo (GUARANÁ, 1925).

ser incompreendido, divergia de outros lentes, se desentendia com alunos e faltava às sessões da Congregação.

### 3.2 ASCENDINO ÂNGELO DOS REIS: O MÉDICO PROFESSOR

**Figura 13** – O lente Ascendino Ângelo dos Reis



Fonte: <http://medicosilustresdabahia.blogspot.com.br/2011/07/062-sergipe-ascendino-angelo-dos-reis.html>

Ascendino Ângelo dos Reis nasceu em 20 de abril de 1852 na cidade de Divina Pastora, estado de Sergipe.<sup>78</sup> Cursou medicina na

---

<sup>78</sup> Guaraná (1925) afirma que Ascendino Ângelo dos Reis nasceu a 20 de abril de 1852 em São Cristóvão, estado de Sergipe.

Faculdade de Medicina da Bahia, onde recebeu o título de Doutor em 1874. Ingressou na carreira do magistério no mesmo ano, em 12 de fevereiro, como lente de Língua Inglesa quando do afastamento de Justiniano de Mello e Silva. Proprietário e diretor do Pathernon Sergipense<sup>79</sup>, atuou também como professor de história no Atheneu Sergipense e na Escola Normal, foi médico gratuito no Asilo Nossa Senhora da Pureza. É Patrono da Cadeira 17 da Academia Sergipana de Letras (MELO, 2009).

Segundo professor de Língua Inglesa do Atheneu Sergipense, o Dr. Ascendino Ângelo Reis tornou-se um dos lentes mais influentes, renomado educador e médico na sociedade sergipana do século XIX.

Para a reunião da Congregação de 5 de março de 1874, o professor encaminhou um ofício solicitando mudança do horário em que funcionavam as aulas sob sua regência. Nessa mesma reunião os professores deliberaram que as aulas continuariam nos mesmos horários que se achavam em vigor funcionando das 9h às 10h30, sendo uma hora e meia de aula por semana (LIVRO DE ATAS DA CONGREGAÇÃO DO ATHENEU SERGIPENSE, 5 de março de 1874. Ref. 481FASS01 – CEMAS).

Com a validação dos exames preparatórios na Província de Sergipe, o Presidente da Província, Dr. Antônio dos Passos Miranda, em 2 de março de 1874, instituiu a divisão das cadeiras que eram ensinadas juntas como Geografia e História, Aritmética, Álgebra e Geometria. De acordo com Passos Miranda, a divisão evitaria <sup>79</sup> Colégio de instrução secundária particular, inaugurado a 2 de fevereiro de 1879 (CAMPOS, 1967). Se destacou como internato e passou a receber alunos abastados de vários pontos da Província (NUNES, 2008).

o atropelamento dos conhecimentos dessas matérias, que eram transmitidos de forma promíscua no pouco tempo destinado às aulas e, portanto, não poderiam ser completos e satisfatórios para os exames preparatórios (SERGIPE, 1874).

Em 30 de abril de 1874, a Congregação tratou da reforma do horário das aulas do Atheneu Sergipense em virtude da divisão das cadeiras de Geografia e História. Criou-se também a cadeira de Retórica e Poética nesse ano, sendo preciso adequar as aulas de Aritmética e Pedagogia, respectivamente.

Os alunos não ficaram contentes com a organização da oferta das cadeiras. Vários alunos matricularam-se em mais de uma disciplina e isso acarretou choque de horários. Eram três disciplinas sendo ofertadas no mesmo turno das 7h e três no horário das 10h. Alguns estudantes enviaram um requerimento que foi lido na sessão do dia 7 de maio de 1874, reclamando contra o horário fixado, pedindo sua reforma.

Em vista da solicitação, o Presidente da Congregação, Diniz Barreto, falou favorável à reclamação dos alunos. Tendo apoio dos professores, o horário do Atheneu Sergipense deveria ser regulado de outro modo. Essa mudança favoreceu não só os alunos, mas também à solicitação do professor Ascendino, que já havia pedido transferência de horário.

**Tabela 9** – Disciplinas do Atheneu Sergipense após reformulação do horário (1874)

<b>Disciplina</b>	<b>Horário antigo</b>	<b>Novo horário</b>
Aritmética e Álgebra	7h – 8h30	7h – 08h30
Filosofia	7h – 8h30	7h – 8h
Pedagogia	7h – 08h30	10h30 – 12h
<b>Inglês</b>	<b>9h – 10h30</b>	<b>7h – 8h30</b>
Geografia	9h – 10h30	9h – 10h30
Francês	10h30 – 12h	10h30 – 12h
História	10h30 – 12h	10h30 – 12h
Religião	10h30 – 12h	12h – 14h
Latim	12h – 14h	12h – 14h
Retórica e Poética	12h – 13h30	14h – 15h
Geometria	14h30 – 15h30	14h – 15h
Gramática Nacional	14h – 15h30	9h -10h

Fonte: Livro de Atas da Congregação do Atheneu Sergipense (1871-1916). Ref. 481FASS01 - CEMAS, 7 de maio de 1874.

De acordo com o novo horário, houve mudanças tanto no tempo de duração de algumas aulas como no turno de oferta. A cadeira de Gramática Nacional foi transferida da tarde para a manhã e perdeu meia hora de duração. As disciplinas de Geometria, Retórica e Poética, Religião e Filosofia foram ofertadas com uma hora de duração apenas, contra uma hora e meia, anteriormente. A cadeira

de Inglês permaneceu com mesma duração em horário diferente, atendendo provavelmente à solicitação do professor Ascendino Ângelo dos Reis.

O corpo discente foi determinante nesse processo de mudança de horário. Embora não tenha acesso ao teor do requerimento, percebe-se o poder que o grupo de estudantes possuía, e seu alcance junto aos professores. “O grupo por si mesmo, constitui uma peça essencial do dispositivo disciplinar” (CHERVEL, 1990, p. 195).

Os alunos prestavam atenção especial às disciplinas exigidas para os exames preparatórios. Em 12 de novembro de 1874 a Congregação se reuniu para deliberar sobre os exames do Atheneu Sergipense e exames preparatórios. Esses exames deveriam iniciar dia 16 de novembro e terminar no último dia de novembro do corrente ano. Visavam os exames atender o Decreto nº 5.429, de 2 de outubro de 1873, que determinava:

Art. 1º Os exames geraes de preparatorios, para os cursos superiores do Imperio, que actualmente se fazem no Municipio da Côrte e nas Capitaes das Provincias de S. Paulo, Bahia e Pernambuco, se verificarão igualmente nas das outras Provincias, excepto a do Rio de Janeiro (COLEÇÃO DE LEIS DO IMPÉRIO DO BRASIL - 1873, p. 785).

O governo Imperial validava ainda exames que haviam acontecido em anos anteriores, retroagindo por força da Lei e autorizando admissão nas academias superiores. O caso de Francisco

Botelho de Andrade Junior, que solicitou a validação de exames de Latim, Francês e Inglês tomados entre 1868 e 1869 para ingresso na Faculdade de Direito do Recife, e que foi validado seis anos depois pelo Decreto nº 2604, de 21 de julho de 1875, serve de exemplo:

Autoriza o Governo para mandar admittir a exame das matérias do 1º anno da Faculdade de Direito do Recife, Francisco Botelho de Andrade Junior.

Hei por bem sancionar e Mandar que se execute a resolução seguinte da Assembléa Geral:

Art. 1º É autorizado o Governo para mandar admittir a exame das matérias do 1º anno da Faculdade de Direito do Recife, Francisco Botelho de Andrade Junior, pagas as respectivas matriculas, e considerados válidos os exames de latim, francez e inglez, em que foi approvedo nos annos de 1868 e 1869.

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrario.

José Bento da Cunha e Figueiredo, do Meu Conselho, Senador do Imperio, Ministro e Secretario de estado dos negócios do império, assim o tenha entendido e faça executar. Palácio do Rio de Janeiro em vinte e um de Julho de mil oitocentos setenta e cinco, quinquagésimo quarto da independência e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

José Bento da Cunha e Figueiredo.

(BRASIL, 1875, p. 41-42, grifo nosso).

As línguas estrangeiras aparecem como disciplinas do curso de preparatórios. O Decreto de 1875 evidencia que a Língua Inglesa também fazia parte dos preparatórios, e fora cursada no período de dois anos. No entanto, a autorização para Francisco Botelho ingressar na Faculdade de Direito do Recife aconteceu em 1875 por Decreto

Imperial.

Da mesma forma, o Decreto Imperial nº 2765, de 4 de setembro de 1877, autorizava o Governo a mandar considerar válidos para a matrícula do 1º ano da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro alguns exames preparatórios feitos em 1872 pelo estudante Oscar Sergio Rodrigues de Oliveira (BRASIL, 1877, p. 36).

Com a validação dos exames nas províncias, os exames preparatórios passaram a ser realizados no Atheneu Sergipense tendo como banca de avaliadores os professores da instituição sendo validados para ingresso nas faculdades do Império. Em 1874, as cadeiras examinadas foram Geografia, História, Gramática, Aritmética, Religião, Pedagogia e Geometria. As cadeiras de Línguas Estrangeiras não participaram dos exames nesse ano. Provavelmente, a procura para exames dessas cadeiras reflete a política adotada pelo presidente da Província, Dr. Antônio de Miranda, em 1874, que efetivou divisões nas cadeiras ofertadas no ensino secundário do Atheneu Sergipense, desmembrando as matérias que eram dadas conjuntamente, tais como Geografia e História; Aritmética e Geometria (SERGIPE, 1874, p. 24).

No ano de 1875, Ascendino Ângelo dos Reis foi nomeado 2º tenente do Corpo de Saúde em fevereiro. O horário de Língua Inglesa permaneceu o mesmo do ano anterior, das 7h às 8h30, durante todo ano. Ascendino continuou como lente do Atheneu Sergipense, acumulando as duas funções.

Nesse mesmo ano, Ascendino Ângelo dos Reis solicitou licença para tratamento particular e foi substituído pelo Dr. José Elysis

de Carvalho Couto, tendo sido nomeado por ato da Presidência de 8 de fevereiro, e em 12 de outubro, a cadeira passou para o Dr. Sancho Barros Pimentel, pois Ascendino solicitou mais trinta dias de afastamento.

Na reunião da Congregação de 10 de outubro de 1876, o Presidente declarou que o Governo Geral havia atendido ao pedido indicado por Ascendino Ângelo dos Reis, que solicitou exemplares do novo programa de ensino para serem distribuídos pelos lentes do Atheneu Sergipense. Ascendino havia indicado que se pedisse um exemplar de cada uma das obras mencionadas no Programa dos exames gerais, para serem utilizados nas aulas do Atheneu Sergipense, a fim de preparar melhor os alunos para os exames de ingresso no curso superior. Provavelmente, devido ao grande interesse de Ascendino Ângelo dos Reis com os compêndios e trabalhos de preparação dos alunos do Atheneu Sergipense, mais ligado ao Programa de Ensino do Colégio Pedro II, foi ele nomeado “delegado especial dos exames preparatórios” em 1876.

O relatório de João Ferreiro d’Araújo Pinho, de 1876, continuava a enfatizar que o Atheneu Sergipense desenvolvesse seus planos de estudos pautados no modelo do Colégio Imperial Pedro II para obter sucesso nos exames preparatórios.

Enfim para que se desenvolva a instrução secundária, e seja uniforme o ensino, correspondendo d’est’arte a Província ao benefício constante de Decreto de 2 de outubro de 1873, que estabelece comissões de exames geraes de preparatórios nas Províncias onde não há faculdades,

convem que a organização do Atheneu se aproxime o mais possível do plano do imperial collegio de Pedro 2º, na corte (SERGIPE, 1876, p. 49).

O Programa de Ensino do Colégio Pedro II para o ano de 1877 foi planejado em conformidade com a Reforma do Ministro Cunha Figueiredo, pelo Decreto nº 6.130, de 1º de março de 1876. As aulas de Inglês dadas anteriormente do 3º ao 6º ano passaram a ser ofertadas apenas no 5º ano com o estudo de gramática, temas, versão de prosadores e poetas portugueses e ingleses, gradualmente mais difíceis, e conversação; as provas escritas de línguas estrangeiras centrariam na versão de português para essa língua.

Os compêndios eram de grande importância na preparação para os exames. Com o objetivo de tratar da escolha dos compêndios<sup>80</sup>, aprovação das cadeiras e distribuição das horas das lições, seguindo o artigo 89 do Regulamento da Instrução Pública de 1º de janeiro de 1877, que determinava o primeiro dia útil de fevereiro para escolher os compêndios, aprovar os programas de ensino e distribuir as horas das lições, reuniu-se a Congregação a 1º de fevereiro de 1877. O Quadro 10 esclarece a divisão:

---

80 Os compêndios serão tratados no seção 3.

Quadro 10 – Disciplinas do Atheneu Sergipense por indicação do ano

Ano	Disciplina
1º ano	Gramática, Tradução e Versão da Língua Francesa
	Gramática, Tradução e Versão da Língua Inglesa
2º ano	Gramática, Tradução e Versão da Língua Francesa
	Gramática, Tradução e Versão da Língua Inglesa
	Gramática Filosófica da Língua Nacional e Análise dos Clássicos
3º ano	Aritmética e Álgebra
	Geometria e Trigonometria
	Gramática, Tradução e Versão da Latina
4º ano	Geografia, Cosmografia e Chorografia do Brasil
	História Antiga, Média e Moderna e a do Brasil
	Gramática, Tradução e Versão da Latina
5º ano	Filosofia
	Retórica e Poética e Literatura Nacional
	Gramática, Tradução e Versão da Latina

Fonte: Quadro elaborado com base no Livro de Atas da Congregação do Atheneu Sergipense (1871-1916). Ref. 481FASS01 – CEMAS. 1º de fevereiro de 1877.

O Curso de Humanidades no regulamento de 1º de janeiro de 1877 passou para cinco anos. Diferentemente do programa do Colégio Pedro II, Língua Inglesa passou a ser ofertada no primeiro e segundo anos. O Regulamento englobou ainda numa só matéria

disciplinas que no programa do Colégio Pedro II eram oferecidas separadamente e em diferentes anos: Retórica e Poética eram dadas no 5º ano e Literatura Nacional no 7º ano, História Antiga e Média eram oferecidas no 4º ano e História do Brasil, no 7º ano. No plano de curso do Atheneu Sergipense elas são ofertadas juntas. Isso significa que os alunos eram submetidos a mais conteúdos em menor tempo.

Em relação às aulas de Língua Inglesa, apesar do programa do Decreto nº 6.130 de 1º de março de 1876 sinalizar para aulas trabalhadas com conversação, continuaram fortemente centradas em gramática. A mesma abordagem adotada para as outras línguas vivas e Latim. O Grego fazia parte do Plano de Curso do Colégio Pedro II, mas não fulgura no programa do Atheneu Sergipense.

Enquanto no programa do Colégio Pedro II as aulas de Língua Inglesa foram reduzidas e ofertadas apenas no 5º ano, no Atheneu Sergipense passaram a ser ofertadas no 1º e 2º ano com uma hora de aula. E com a nomenclatura Gramática, Tradução e Versão da Língua Inglesa, o que demonstra que o ensino seria pautado na tradução de textos do Inglês para Português e vice-versa. Segundo Campos (1967), o ensino de língua não preparava os alunos para entabularem conversação, e, portanto, não preparava para a vida prática:

O ensino das línguas se fazia de maneira deficiente, como ainda hoje em algumas instituições, preparando teoricamente gente para os gabinetes, mas esquecendo as necessidades da vida prática. Se aparecia na rua um embarcaçõ francês ou inglês, o que era raro naquele tempo, não sabíamos puxar conversa, ou não os entendíamos, a despeito de boas

notas nos exercícios (CAMPOS, 1967, p. 6).

Essa era a situação das línguas nesse período. Com o ensino centrado no estudo da gramática, pouca ênfase seria dada à parte prática da língua. Preparavam os alunos com intenção em inseri-los na vida pública, nos gabinetes das instituições governamentais, pois que era símbolo de status.

Sendo o ensino de predominância “propedêutica e humanística”, os conhecimentos voltados para o conhecimento científico não foram considerados relevantes para os preparatórios (JUCÁ, 2010, p. 76).

Igualmente, Haidar (2008) afirma que o foco principal de fato era aligeirar os estudos requeridos para matrículas nas Faculdades pelos exames, tão bem conhecidos por Ascendino Ângelo dos Reis que, na função de delegado de preparatórios, entendia bem essa responsabilidade.

Várias eram as atribuições de Ascendino Ângelo dos Reis: médico, lente e Delegado de Preparatórios. Porém, uma das grandes contribuições do referido lente para a Congregação do Atheneu Sergipense foi a elaboração do regimento especial para o concurso de cadeiras de ensino secundário em, conjunto com os professores Raphael Archanjo de Moura Mattos e Brício Cardoso. O Regulamento, que contava com 20 artigos, foi submetido à discussão e posto à votação artigo por artigo no dia 21 de abril de 1877. Aprovado pela maioria, resolveu a congregação que o programa deveria ser submetido para apreciação do Governo da Província, sendo aprovado

e adotado pelo Atheneu Sergipense. Tomamos alguns artigos para ilustração:

Art. 5º. A capacidade profissional prova-se em concurso, que terá lugar perante a Congregação de Atheneu sob a Presidência do Diretor Geral.

Art. 6º. O concurso constará de três provas: dissertação, exame escrito, exame oral.

Art. 10. O tempo para prova escrita não excederá as duas horas e o da oral será de meia hora, para cada examinado; para a argüição sobre a dissertação será de hora e meia para os três examinadores (ATA DA CONGREGAÇÃO DO ATHENEU SERGIPENSE, 21 de abril de 1877 Ref. 481FASS01 – CEMAS).

Depois de aprovado o regulamento para concursos, os lentes se reuniram no mês seguinte para deliberar sobre a mudança de horários de algumas disciplinas em conformidade com as alterações feitas pela Assembleia Provincial. As aulas de Língua Inglesa, que no ano anterior era iniciadas às 11h, passaram a começar às 9h30, sendo a duração de uma hora e meia (LIVRO DE ATAS DA CONGREGAÇÃO DO ATHENEU SERGIPENSE 17 de maio de 1877. Ref. 481FASS01 – CEMAS.).

Ascendino Ângelo dos Reis também foi um dos responsáveis pela formulação dos pontos da dissertação e organização para o concurso de Língua Inglesa que aconteceria em 22 de junho de 1877, a fim de substituí-lo.

Todo o processo do concurso esteve descrito nas Atas da

Congregação do dia 5 de junho de 1877. Sob a direção do Dr. Pelino de Carvalho Nobre, foram eleitos para comissão organizadora dos exames os lentes Pedro Pereira de Andrada, Raphael Archanjo de Moura Mattos e Ascendino Ângelo dos Reis. Logo que nominados, retiraram-se para formular os pontos da dissertação. Os temas apresentados nos possibilitam uma noção de que tipo de conhecimento se esperava de um professor de Inglês:

1. Origem e filiação da língua inglesa, suas afinidades e relações com outras línguas;
2. Dialectos Inglezes
3. Indole da língua inglesa em relação a portuguesa, analogias e dessemelhanças
4. Estructura e mecanismo da língua inglesa
5. A lingua inglesa nas diferentes plazas de seo desenvolvimento
6. Artigos ingleses e seos empregos
7. Formas numericas dos nomes ingleses
8. Formas genericas dos nomes ingleses
9. Maneiras de indicar em inglez o complemento restritivo portuguez
10. Comparativos e superlativos ingleses, sua formação
11. Modos e tempos verbaes, sua formação e seo valor
12. Conjugações verbaes
13. Irregularidades dos verbos

14. Pronomes e adjetivos pronominais
15. Regencia das palavras variáveis
16. Regencia das palavras invariáveis
17. Inglês europeu e inglês americano, suas literaturas e representantes  
(LIVRO DE ATAS DA CONGREGAÇÃO DO ATHENEU SERGIPENSE. 5 de junho de 1877. Ref. 481FASS01 – CEMAS.)

Os temas para o concurso evidenciam uma preocupação com o conhecimento histórico da língua, comparação da estrutura textual e gramatical entre o Inglês e o Português, as diferentes fases de aprendizagem no processo de aquisição de uma segunda língua, os vários falares do idioma ao redor do mundo, as variações linguísticas entre o inglês americano e britânico, e o conhecimento acerca da literatura desses dois países. Porém, o que se estabelece como fator importante para aprovação é o conhecimento gramatical.

O concurso incluía ainda uma dissertação de caráter eliminatório. Os candidatos tinham que escolher um dos temas entre outros enumerados para compor sua dissertação e entregá-la no prazo de 15 dias. Os candidatos aprovados iriam para as fases seguintes no mesmo dia. As duas outras etapas incluíam uma prova escrita e prova oral. A prova escrita versaria de um trecho da língua portuguesa para inglesa, extraída de qualquer das obras adotadas pelo programa dos exames gerais, sendo escolhida por sorte tanto a obra como a página.

Ascendino Ângelo dos Reis permaneceu na cadeira de Língua Inglesa até julho de 1877, depois de participar da banca examinadora

que aprovou Alfredo Montes<sup>81</sup> para substituí-lo na cadeira de Língua Inglesa, quando se transferiu para a disciplina de História. Nos documentos analisados não há registros dos motivos da transferência para a cadeira de História, porém o professor podia permutar a cadeira, desde que houvesse disponibilidade e competência do requerente.

O Dr. Ascendino Ângelo dos Reis ganhou notoriedade no cenário educacional sergipano e como médico da Província. Assumiu em 1879 a direção do Parthenon Sergipano, transformando-o em um dos colégios de ensino particular mais respeitados durante o Império (GUARANÁ, 2005, p, 75). No ano de 1880, o lente foi transferido para exercer a função de medicina no Amazonas. Contra essa decisão reuniu-se a Congregação do Atheneu Sergipense no dia 10 de setembro de 1880.

O professor Manoel Francisco de Oliveira fez um requerimento solicitando a Congregação para protestar contra o ato do Governo Geral que removeu para o Amazonas o 2º Cirurgião do Corpo de Saúde, Ascendino Ângelo dos Reis, que também exercia no Atheneu Sergipense a função de lente de História. Manoel Francisco de Oliveira considerou que o requerimento deveria ser feito por escrito, pois que:

A retirada do Dr. Ascendino desta Província trazia incalculáveis prejuízos à instrução pública da mesma Província, quer como lente do Atheneu, onde seus serviços são incontestáveis, quer como Diretor de um Colégio de Educação que floresce e augura uma vida longa, e cuja

---

81 Sobre Alfredo Montes ver Amorim (2006).

fundação é dívida exclusivamente a sua força de vontade e ao gênio eminentemente empreendedor (LIVRO DE ATAS DA CONGREGAÇÃO DO ATHENEU SERGIPENSE. 10 de setembro de 1880, p. 24. Ref. 481FASS01 – CEMAS).

Depois da fundamentação do professor Manoel Francisco de Oliveira justificando a importância de se fazer um requerimento para permanência de Ascendino Ângelo dos Reis na Província e como professor do Atheneu Sergipense, decidiram os lentes que se nomearia uma comissão que deveria representar a Congregação perante o Governo na pessoa do Delegado da Província.

O professor Ascendino Ângelo dos Reis agradeceu aos colegas pela consideração a ele dispensada dizendo que, à parte a modéstia, não achava muito conveniente que a Congregação tomasse tal medida, a qual poderia não produzir o efeito desejado. Segundo Ascendino Ângelo dos Reis, o Governo poderia alegar sobre ele que:

Com todo fundamento, que se seus serviços como médicos e como simples cidadão eram úteis a essa Província, não havia razões para que as outras fossem privadas destes, e que, enfim, não lhe parecia muito acertado a medida que se pretendia tomar, mas que em todo caso se submetia a vontade desse seus colegas (LIVRO DE ATAS DA CONGREGAÇÃO DO ATHENEU SERGIPENSE. 10 de setembro de 1880, p. 24. Ref. 481FASS01 – CEMAS.).

Pelas falas do professor, dava-se a impressão que não se sentia confortável com a solicitação que a Congregação estava disposta a

encaminhar para sua permanência em Sergipe, pois como médico do Corpo de Saúde era seu dever cumprir as ordens do Governo Geral. No entanto, não se opunha à solicitação dos lentes que desejavam sua permanência.

Tendo a mobilização sido um sucesso, Ascendino Ângelo dos Reis foi eleito secretário da Congregação em 1881. De fato, o professor-médico continuou em Sergipe até o ano de 1886, quando se transferiu para São Paulo. Graduou-se em Direito em 1889 e foi nomeado lente catedrático da Faculdade de Medicina e Cirurgia do estado de São Paulo. Faleceu em 19 de setembro de 1926 (GUARANÁ, 2005, p. 75).

Entre 1871 e 1877 a disciplina de Língua Inglesa sofreu alterações no horário e na duração. A Tabela 10 possibilita visualizar durante sete anos a trajetória do ensino desse idioma no Atheneu Sergipense.

**Tabela 10** – Horário e divisão da disciplina de Língua Inglesa no Atheneu Sergipense

HORÁRIO E DIVISÃO DA DISCIPLINA DE LÍNGUA INGLESA: 1871 - 1877							
Ano	1871	1872	1873	1874	1875	1876	1877
<b>Horário</b>	7h - 8h30	9h -10h30 4h30- 6h	9h -10h30	9h -10h30 7h – 8h30	7h -8h30	9h -13h00	11h -1h 9h30- 11h
<b>Duração</b>	1h30	1h30	1h30	1h30	1h30	2h	2h p/1h30

Fonte: Tabela elaborada pelo autor a partir dos dados localizados no Livro de Atas

da Congregação do Atheneu Sergipense. Ref. 481FASS01 – CEMAS.

Nos anos de 1872, 1874 e 1877 o horário inicial foi alterado no decorrer do ano. Em 1872 por solicitação de Justiniano de Mello e Silva, por considerar que as aulas tinham maior aproveitamento nesse horário. No ano de 1874 dois fatores contribuíram para alteração no horário: a solicitação de Ascendino Ângelo dos Reis, que alegava motivos pessoais, mas tudo indica que ocorreu porque Ascendino era médico do governo militar e buscava conciliar os dois empregos; ou ainda por solicitação dos alunos que não ficaram satisfeitos com o horário inicial, pois algumas disciplinas estavam sendo ofertadas no mesmo horário, o que impossibilitava a frequência dos alunos que queriam atender essas cadeiras.

No ano de 1877, a Congregação deliberou sobre os horários, porém a Assembleia Legislativa discordou e propôs a mudança de horário, sendo então atendida pela Congregação. É importante observar que as aulas de Língua Inglesa, que eram ofertadas em duas horas no ano de 1876, passaram para uma hora e meia em 1877. Também em 1876 as línguas estrangeiras Latim e Francês eram ofertadas em dois anos no plano de estudos do Atheneu Sergipense, mas foram de igual forma reduzidas para uma hora e meia em 1877.

Por fim, a atuação dos professores enquanto mediadores do conhecimento formal e agentes conhecedores das finalidades da educação se consolidou no Atheneu Sergipense durante o século XIX. Era a figura do professor que estava no centro do processo que transformava as finalidades em ensino (CHERVEL, 1990). A força

que dispunham como membros de uma congregação que decidia sobre compêndios, abono de faltas, exames, entre outras situações, lhes permitia assumir um papel de destaque na sociedade. Essa representação refletia na concorrência por alunos e a disciplina se traduzia em status. O papel do professor enquanto intelectual, conhecedor de uma língua estrangeira, também contribuiu para permanência do Inglês no plano de estudos do Atheneu Sergipense, com variações no horário e no número de horas ofertadas.

Na segunda metade do século XIX os episódios relacionados ao lente Ascendino Ângelo dos Reis indicam um profissional que valorizou e criou espaço que favoreceu a disciplina Língua Inglesa no Atheneu Sergipense, sendo notado haver maior concorrência durante sua permanência nessa cadeira, foi símbolo de educador, médico e cidadão, deixando registros por onde passou. Patrono da cadeira 17 da Academia Sergipana de Letras, homenageado com a colocação de seu nome em uma rua no bairro Luzia, na capital sergipana, e se consagrou como catedrático de Farmacologia e Matéria Médica da Faculdade de Medicina de São Paulo.

Coincidentemente, tanto Ascendino Ângelo dos Reis quanto Justiniano de Mello e Silva foram professores de Língua Inglesa e de História posteriormente.

## 4. OS COMPÊNDIOS DE LÍNGUA INGLESA ADOTADOS NO ATHENEU SERGIPENSE

No mundo dos impressos, um livro de história supõe um pacto de confiança entre o historiador e seu leitor. As notas remetem a documentos que o leitor, no geral, não poderá ler. As referências bibliográficas mencionam livros que o leitor, na maioria das vezes, não poderia encontrar senão em bibliotecas especializadas (CHARTIER, 2009, p. 60).

Ao mencionar o pacto de confiança que se estabelece entre o documento e o leitor, Chartier (2009) tira do isolamento o texto pelos múltiplos diálogos que se descortinam ao trazer outras referências bibliográficas, remetendo a diversas leituras que, por sua vez, ampliam a possibilidade de investigação pelas janelas abertas nas páginas de um livro, alargando e aprofundando o saber em determinada área do conhecimento.

Sobre a adoção de livros, os Art. 5º, 39º e 48º do Estatuto do Atheneu Sergipense de 12 de janeiro de 1871 instituía que cabia à Congregação designar, sob proposta dos respectivos professores, as mudanças dos compêndios para as diferentes disciplinas do Atheneu Sergipense. Indicava ainda que seria de responsabilidade dos alunos a compra dos compêndios designados para o ensino das matérias que desejassem aprender, e jamais poderiam a seu bel prazer substituir estes compêndios por outros.

Não sabemos precisar as datas exatas do uso ou supressão dos

compêndios, uma vez que nas Atas da Congregação constavam reuniões para escolhas dos compêndios, porém nem sempre essas escolhas eram nelas registradas. Um exemplo foi a reunião do dia 1º de fevereiro de 1877 na qual os lentes trataram sobre as escolhas dos novos compêndios, entre outras deliberações. Porém, não consta informação alguma se houve permanência ou troca dos compêndios.

Bittencourt (2003), ao validar o uso dos livros didáticos, reconhece que é preciso tratar esses recursos com escrutínio devido. Desta forma se pronuncia a autora:

[...] a utilização dos livros didáticos como fonte para a história da educação do currículo ou disciplinas escolares deve ser cautelosa, dada suas limitações e suas múltiplas facetas. Com um pouco de sorte, conseguimos dispor de relações mais ou menos completas dos livros publicados em uma época concreta e para determinada matéria. Mas raramente podemos determinar em quais instituições educativas foram adotadas realmente e é ainda mais difícil saber a exatidão como foi utilizado nas aulas pelos professores e alunos (BITTENCOURT, 2003, p. 35).

Assim sendo, obter uma dimensão exata do manuseio, da aplicabilidade, da relação professor-aluno na transmissão de determinado conhecimento seria pouco provável. A escolha de compêndios e práticas pedagógicas estava carregada marcadamente de determinações impostas por órgãos reguladores da educação no século XIX que apresentavam sucessivas mudanças. Na impossibilidade de um conhecimento pleno dessas práticas educativas, os conteúdos

e as escolhas dos compêndios, por sua vez, nos possibilitam certo entendimento a este respeito.

O certo é que os compêndios adotados para o ensino da Língua Inglesa no primeiro ano de funcionamento foram três: *Grammatica* de Gibson, *Selecta* de Sadler e *History of Rome* de Goldsmith. Esses compêndios foram registrados no estatuto do Atheneu Sergipense de 1871 para abertura das aulas (SERGIPE, 1871).

No livro de Atas da Congregação não há registros de adoção de outros compêndios até 1877. Nesse ano, certamente foram substituídos por *Elementos de Grammatica Ingleza* do Dr. Antônio Franco da Costa Meirelles<sup>82</sup>, compêndio em circulação desde 1863. Em 8 de fevereiro de 1879, o professor de Língua Inglesa, Alfredo Montes, solicitou da Congregação a substituição desse compêndio pela *Gramática* de Jacob Bensabat, livro produzido na cidade do Porto, em Portugal, sem data de impressão.

[...] As onze horas da manhã, presentes os senhores Diniz, Alfredo, Dr. Andrada e Geminiano, faltando sem causa os demais professores, o Sr. Director declarou aberta a sessão. Procedendo-se a eleição do secretário da Congregação, que tem de funcionar no corrente anno, recaiu unânime a votação na pessoa do Sr. Professor Moura Mattos. O sr. Alfredo propoz a substituição dos *Elementos de grammatica ingleza* de Franco Meirelles pela *Grammatica* de Jacob Bensabat. Posta a votos a proposta foi aprovado

---

82 Natural de Salvador/BA, Antonio Franco da Costa Meirelles, professor e autor da obra *Elementos de gramática inglesa*, aprovada pelo Conselho da Instrução Pública. (Cf. TAMBARA, 2003). Médico e professor. Regeu a cadeira de Língua Inglesa no Liceu da Bahia e no Seminário Arquiepiscopal da Bahia. A primeira edição data de 1863.

unanimamente. Em seguida tratando-se do horário das aulas do Atheneu, a congregação assentou que devia continuar a seguir o mesmo horário do anno anterior. Nada mais havendo a tratar encerrou-se a sessão (ATA DA CONGREGAÇÃO DO ATHENEU SERGIPENSE, 8 de fevereiro de 1879, p. 23. Ref. 481FASS01 – CEMAS, grifo nosso).

Os registros na Ata da Congregação indicam que o livro do Dr. Antônio Franco da Costa Meirelles estava sendo utilizado no Atheneu Sergipense em anos anteriores. O professor Alfredo Montes também não informou os motivos para substituição do compêndio de Franco Meirelles. Por estar inserido no recorte temporal dessa escrita e em consonância com o Grammar-translation method, tomamos o compêndio Elementos de grammatica ingleza para análise.

Tomamos, de igual forma, o compêndio History of Rome de Oliver Goldsmith<sup>83</sup>, por ser este um dos livros empregados para o ensino de Língua Inglesa no Atheneu Sergipense desde 1871, utilizado pelos lentes Justiniano de Mello e Silva e Ascendino Angelo dos Reis, sendo que sua indicação provavelmente ocorreu com base nos planos de estudos do Colégio Pedro II. Vechia e Lorenz (1998) indicam que em 1850 esse livro foi adotado no programa de ensino do Colégio Pedro II nos 2º e 3º anos, permanecendo nos anos subsequentes.

Os compêndios History of Rome e Elementos de grammatica ingleza como objeto de estudo servem como fonte para a história da

83 Oliver Goldsmith (1728 - 1731?), irlandês, se tornou um dos escritores mais famosos do século XIX. Bacharelou em Artes no Trinity College, Dublin, em 1750. Faleceu em 1774. Seu romance mais famoso, The Vicar of Wakefield, lhe deu sucesso e prestígio.

educação. Neste estudo permitem ampliar o conhecimento sobre o que se ensinava e não como os lentes exerciam sua didática de ensino no Atheneu Sergipense na segunda metade do século XIX. A este respeito, Oliveira (2006) pontua que os compêndios utilizados no século XIX têm “se tornado uma das principais fontes para história das disciplinas escolares, fornecendo as condições necessárias para se analisar os conteúdos pedagógicos, as atividades e exercícios propostos” (OLIVEIRA, 2006, p. 26).

Chervel (1990) contribui também ao esclarecer que no século XIX os textos clássicos, ao lado da gramática e escrita, traziam uma sensação de angústia e insatisfação entre os alunos, sendo que esse sentimento era perceptível pelos professores:

Numerosos docentes notaram, no século XIX e mesmo mais cedo, que o trabalho escolar sobre a gramática, a ortografia ou os textos clássicos criava entre os alunos um desgosto profundo e definitivo por essas matérias. O ódio pela literatura antiga por vezes viria daí, a tal ponto que “eles olhariam como um suplício retornar aos autores gregos e latinos” uma vez saídos do colégio (CHERVEL, 1990, p. 212).

Embora houvesse esse sentimento em relação aos textos clássicos adotados nas escolas durante o século XIX, sua permanência era justificada, porque estavam mais ligados à história do ensino que à história da literatura, sendo tradição no programa de ensino das escolas e todos os manuais ou quase todos traziam os conceitos ensinados, a terminologia adotada, os tipos de exercícios, a coleção

de rubrica e os capítulos (CHERVEL 1990).

#### **4.1 O GRAMMAR-TRANSLATION METHOD: A CIRCULAÇÃO DE UM MÉTODO NA INSTRUÇÃO DE SERGIPE IMPERIAL**

Na opinião comum, a escola ensina as ciências, as quais fizeram suas comprovações em outro local. Ela ensina a gramática porque a gramática, criação secular dos lingüistas, expressa a verdade da língua; ela ensina as ciências exatas, como a matemática, e, quando ela se envolve com a matemática moderna é, pensa-se, porque acaba de ocorrer uma revolução na ciência matemática; ela ensina a história dos historiadores, a civilização e a cultura latinas da Roma antiga, a filosofia dos grandes filósofos, o inglês que se fala na Inglaterra ou nos Estados Unidos, e o francês de todo o mundo (CHERVEL, 1990, p. 180).

A citação de Chervel (1990) retrata a gramática como elemento multidisciplinar e base de explicação para as diversas áreas do conhecimento. Ao analisarmos os compêndios adotados no Atheneu Sergipense na segunda metade do século XIX, percebemos que estavam fortemente focados nos aspectos gramaticais da língua, baseados em regras, tradução, memorização de vocabulário e comparação com a língua materna.

Howatt e Widdowson (2004), ao trabalhar a história do ensino da língua inglesa, afirmam que este método, originário da Prússia, na Alemanha no início do século XIX se tornou amplamente utilizado nas escolas secundárias e em diversos países europeus, ganhando posteriormente espaço nos compêndios adotados em outros países. Esse método viria substituir os textos antigos por textos mais simples.

Posteriormente, o envolvimento das universidades, que passaram a controlar os conteúdos destinados ao currículo do ensino secundário, trouxe respeitabilidade e validade acadêmica ao ensino das línguas, e “assim como nas escolas europeias, as instituições brasileiras utilizavam essas práticas trazidas nos seus programas para as escolas secundárias” (RAHE, 2015, p. 53).

A inserção do Grammar-translation method<sup>84</sup> para o ensino de Língua Inglesa data de 1793, quando Johann Christian Flick publicou o livro intitulado Curso prático de inglês para alemães, em Erlangen, no sul da Alemanha. Porém, a palavra “prático”, que segundo Howatt e Widdowson (2004) aparecia constantemente nos livros de línguas do século XIX, não carregava o mesmo significado que possui hoje. Sobre o termo, esclarecem os autores:

Para nós prática é mais ou menos sinônimo de útil, mas no século dezenove um curso prático era também um que exigia prática. Ou seja, ele continha exercícios de vários tipos, geralmente frases de tradução da língua estrangeira para língua materna, que era outra característica do método da gramática-tradução. Há, naturalmente, uma outra razão para a ênfase na prática, ou seja, a alta prioridade atribuída aos padrões meticolosos de precisão, que, além de ter um valor moral intrínseco, foi um pré-requisito para passar o número crescente de provas escritas formais que cresceu durante esse século (HOWATT; WIDDOWSON, 2004, p. 152)<sup>85</sup>.

84 Método gramática-tradução (Tradução nossa).

85 To us practical is more or less a synonym for useful, but in nineteenth century a practical course was also one which required practice. That is, it contained exercises of various kinds, typically sentences for translation into and out of the foreigner language, which were another feature of the grammar translation-

Prática, neste sentido, estava relacionada à quantidade exaustiva de exercícios de tradução e gramática que, segundo os autores, trariam a precisão no domínio da escrita. Com tanta ênfase dada à tradução de texto e escrita gramatical, o papel da pronúncia era cada vez mais distanciado e relegado a segundo plano. Conseqüentemente, os professores não precisavam ser fluentes no idioma, mas possuir controle instrumental da língua. A negligência ao caráter de oralidade no aprendizado das línguas facilitava o surgimento de professores que trabalhavam somente com exercícios e escrita. Não é à toa a circulação de anúncios, principalmente de professores que diziam ensinar os rudimentos básicos do latim, nos jornais de Sergipe.

Leffa (1998) descreve os procedimentos didáticos intrínsecos ao método:

A ênfase está na forma escrita da língua, desde os exercícios iniciais até a leitura final dos autores clássicos do idioma. Pouca ou nenhuma atenção é dada aos aspectos de pronúncia e de entonação. A origem da maioria das atividades da sala de aula está no livro-texto, de modo que o domínio oral da língua por parte do professor não é um aspecto crucial. O que ele precisa mais é o domínio da terminologia gramatical e o conhecimento profundo das regras do idioma com todas as suas exceções. Saber responder prontamente a uma dúvida surgida em aula, ainda que usando a obscura exceção de uma regra, é mais importante do que saber pronunciar corretamente a mais simples das frases (LEFFA, 1998, p. 211-213).

---

method. There is, of course, another reason for the emphasis on practice, namely the high priority attached to meticulous standards of accuracy which, as well as having an intrinsic moral value, was a prerequisite for passing the increasing number of formal written examinations that grew up during the century (Tradução nossa).

O objetivo, de acordo com o autor, seria levar o aluno a apreciar a cultura e literatura estrangeira, e, por meio desta, adquirir um conhecimento mais profundo de seu próprio idioma, desenvolvendo a inteligência e a capacidade de raciocínio. Seria então um processo dedutivo com detalhadas explicações seguidas de lista bilíngue de vocabulário a ser memorizado em que a primeira língua ensinaria a língua estrangeira.

O problema, segundo Howatt e Widdowson (2004), era que os livros em circulação não eram escritos por autores renomados como Ahn<sup>86</sup> e Ollendorff<sup>87</sup>, mas por autores ambiciosos que conceberam livros mal elaborados destinados ao ensino secundário.

Na Província de Sergipe os métodos desenvolvidos por Ahn eram anunciados nos jornais por um vendedor de nome A. Grauber. O Jornal do Aracaju, de 15 de junho de 1872, oferecia os cursos de Francês-Português, Alemão-Português, Inglês-Português, pelo preço de 2\$000 (dois mil réis). O ensino era composto de dois cursos e ensinava a traduzir, a escrever, a falar a língua inglesa e era construído sobre as bases gramaticais, mas podiam ser usados por alunos que ainda não sabiam gramática, e por isso era também apropriado para alunos de tenra idade. As encomendas deveriam ser feitas pelos correios, acompanhadas da importância em carta com

86 Franz Ahn (1796-1865), professor alemão, publicou em 1834 o manual *Practical course for quickly and easily learning the French language*, que se tornou popular alcançando muitas edições tanto na Europa quanto nas Américas. Além dele, editou outros manuais para o estudo de latim, alemão, italiano e inglês. Todos tinham as mesmas características e seqüências didáticas (RAHE, 2015, p. 54).

87 Nasceu na Alemanha (1803-1865). Possuiu sua própria editora de publicação internacional. Seus livros foram escritos em vários idiomas e reeditados diversas vezes (HOWATT; WIDDOWSON, 2004).

valor declarado para Rua Nova do Livramento, Rio de Janeiro.

Como o objetivo do anúncio era vender o curso de línguas, o anunciante destacava, dependendo da edição, o ensino do idioma que queria atingir o público-alvo. Em algumas edições iniciava com o curso de Inglês, em outras edições por Alemão, e outras o ensino do Francês.

Chama atenção, também, o fato de que a explicação sobre o método de estudo de cada curso vinha escrito na língua estrangeira que se desejava divulgar, com exceção de Inglês. Desta forma, os anúncios ganhavam consistência e buscavam convencer os leitores de que o curso oferecido era confiável.

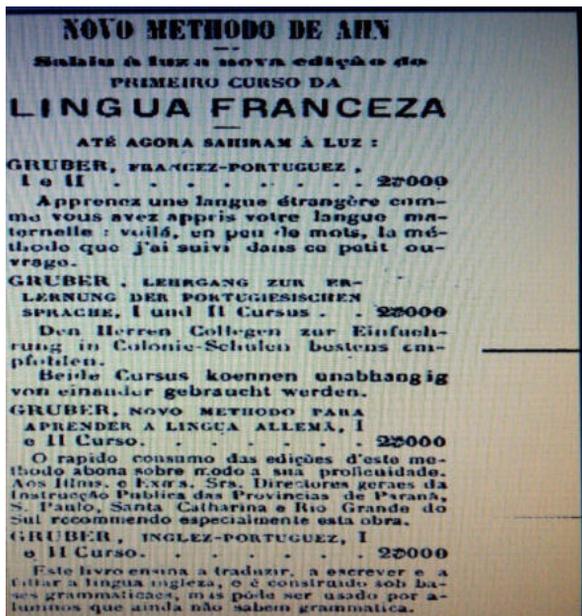
Nota-se então, a configuração de um mercado voltado para a comercialização editorial que alcança a Província de Sergipe, adentra as escolas e chega ao Atheneu Sergipense do século XIX.

Rahe (2015) indica ser o mercado editorial um dos aspectos que pode ter influenciado a duração do Grammar-translation method nas instituições:

[...] um deles – aspectos - está relacionado à consolidação de um mercado editorial importante com a publicação de gramáticas, livros didáticos e dicionário bilíngües que circulavam não só nos países de sua produção como entre os continentes. Esses materiais, especialmente os livros didáticos, eram preparados por intelectuais que tinham como preocupação a descrição normativa da gramática da língua ensinada (RAHE, 2015, p. 59).

Nesta perspectiva, Munakata (2012) indica que as escolas vão inaugurar práticas e culturas que lhe são específicas. Para o autor, o “livro didático, portanto, deve se adequar a esse mercado específico. Isso significa que a escola, tomada como mercado, determina usos específicos do livro (didático), também mediados pela sua materialidade” (MUNAKATA, 2012, p. 185).

**Figura 14** – Anúncio de cursos de línguas utilizando o método de A



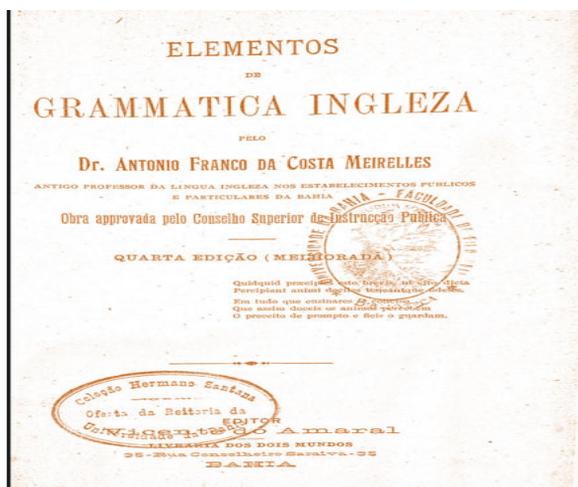
Fonte: Jornal do Aracaju de 15 de junho de 1872, ed. 282, p. 4.

Embora o Grammar-translation method tenha sido inicialmente projetado como alternativa mais simples para o ensino de crianças em idade escolar, esse método se configurou pela sua longevidade no programa de ensino secundário de diversos países, sendo amplamente divulgado e utilizado no Brasil nos Liceus e colégios

espalhados no Império, permanecendo até 1940. Os métodos de Ahn, principalmente, foram utilizados para o ensino de línguas, certamente aceitos como referência a outros autores que escreviam compêndios a serem adotados nas instruções públicas espalhadas pelo Império.

#### 4.1.1 Elementos de grammatica ingleza: o compêndio escrito por um médico

**Figura 15** – Folha de rosto do compêndio Elementos de Gramática Inglesa



Fonte: Acervo Coleção Hermano Santana. Universidade da Bahia.

Dividido em quatro partes, o compêndio<sup>88</sup> Elementos de grammatica ingleza, do Dr. Antônio Franco da Costa Meirelles<sup>89</sup>, é composto de 107 páginas, impresso pela Livraria dos Dois Mundos,

<sup>88</sup> Livro texto sobre determinado assunto. Utilizamos, neste texto, o livro como sinônimo de compêndio.

<sup>89</sup> Para este estudo, tomamos a quarta edição de 1907.

na Bahia. O editor é Vicente do Amaral, a quarta edição, utilizada para esta pesquisa, data de 1907, sendo que sua primeira impressão foi em 1863. Cada edição traz um prefácio ao público com informação sobre o uso do material. A última edição vem acompanhada do parecer do examinador que ratificou a importância da impressão do livro. Para análise do livro observamos as palavras de Chervel (1990), que afirma ser o manual um dos componentes centrais na transmissão de conhecimentos.

Também, Viñao Frago (2008) salienta que quando a materialidade passa a ter relevância no campo de pesquisa da história das disciplinas escolares, os livros de texto estão presentes em maior ou menor grau de importância e servem de fonte para a história da educação.

[...] a história, a análise dos livros de texto e do material de ensino como produtos pedagógicos e culturais, somente adquire um sentido histórico pleno quando se inclui no âmbito mais amplo da história das disciplinas, especialmente quando se refere aos níveis secundário e superior de ensino. (VIÑAO FRAGO, 2008, p. 192).

O compêndio *Elementos de grammatica ingleza*, adotado no ensino secundário do Atheneu Sergipense, traz na primeira parte o estudo da ortografia, começando pelo alfabeto, as vogais, os ditongos, os tritongos, as consoantes, até chegar à formação de sílabas e palavras; a segunda parte é dedicada à prosódia com estudo de versificação e pronúncia; etimologia é o objeto de estudo da parte três sobre classes gramaticais; e a parte quatro é dedicada à

sintaxe, com estudo de concordância e elementos de coesão textual.

O compêndio valoriza a língua nacional com explicações em português e os exemplos em inglês em todos os capítulos. As explicações são breves, com palavras ou frases curtas em inglês acompanhadas de sua tradução, cabendo ao professor suprir os alunos com informações extras. Meirelles (1907) dedica uma atenção maior no tratado dos verbos no capítulo cinco, que, segundo ele, é a parte mais difícil e complicada de todas as línguas, apresentando uma lista de conjugação de verbos irregulares, e acompanha no final do livro um quadro que o autor afirma ser as principais abreviaturas da Língua Inglesa. O prefácio da primeira edição resume a metodologia do livro:

Familiarisado o alumno com os princípios geraes da orthographia e etymologia, isto é, com os nomes e valores das letras, com a classificação das palavras e suas inflexões ou modificações, passará logo para a leitura e tradução, começando pela de algum clássico, prosador, menos difícil, acompanhada da analyse das doutrinas grammaticaes já sabidas e do estudo da prosódia – na parte que trata da pronunciação.

Conhecidas depois as regras de escrever com acerto as palavras, terão logar os exercícios de escripturação dos textos que houverem servido para leitura e traducção ou de outros dictados pelo professor.

À proporção que for o alumno se aperfeiçoando na leitura e na traducção, dos clássicos mais diffíceis, de prosa e verso, ser-lhe-hão explicadas as regras grammaticaes mais especiaes e as da syntaxe fazendo o professor marchar a pratica a par da theoria, mediante themas ou exercícios de composição apropriados (MEIRELLES, 1907, p. XIX).

De acordo com as orientações do prefácio, o autor parte do pressuposto de que a gramática é o elemento que possibilita acesso às habilidades que permitem o aprendizado da Língua Inglesa. Partindo da gramática pode-se ensinar os componentes que se estabelecem na formação textual: a prosódia, ortografia, etimologia e sintaxe. Assim, “a gramática aperfeiçoada e ensinada pode servir de auxiliar ao ensino da ortografia” (CHERVEL, 1990, p. 191), conseqüentemente, por meio do aperfeiçoamento da gramática, os alunos conseguirão dominar o conhecimento da língua. O extrato retirado do livro serve de ilustração:

#### PRONOMES DEMONSTRATIVOS

São quatro: *this* e *latter* (este, esta, isto) para as pessoas ou cousas próximas ou por último mencionadas, e *that* e *former* (aquelle, aquella, aquillo) para as remotas ou primeiro mencionadas. *This* faz no plural *these* e *that* – *those*. *Former* e *latter* são singular ou plural e sempre precedidos do artigo *the*. *Yon* e *which* antes de um substantivo parecem pronomes demonstrativos; como *yon tall cliff*, *aquelle* alto outeiro; *which things are na allegory*, estas cousas são uma allegoria (MEIRELLES, 1907, p. 43).

Além da gramática, são indicados trabalhos de tradução do Inglês para Português e vice-versa, partindo dos clássicos mais elementares até os mais complexos para alunos com conhecimento avançado do idioma, e que irão exigir maior domínio sobre a língua. Indica o uso do ditado para praticar a habilidade de escutar, “listening”, e exercícios de composição para desenvolver a leitura e escrita,

“reading and writing”. Sobre os exercícios, estes devem ser inseridos pelo professor, que podem recorrer a outros autores para trabalhar em sala de aula, uma vez que o compêndio traz apenas explicações, cabendo a parte prática ao professor.

Reduzida e sucinta também é a parte dedicada à conversação, “speaking”. A explicação é breve, seguida de uma ou duas palavras, sem contextualização, atentando apenas aos sons de sílabas isoladas. Esse é o menor capítulo do compêndio, o que indica que o foco está mais relacionado aos aspectos da gramática e da escrita. Assim, no capítulo dedicado à pronúncia e ao trabalho com acento e entonação das palavras em inglês, que são características importantes do inglês falado, o autor considera que “suas regras e exceções são tão numerosas, que difícil é sabê-las perfeitamente. Dentre os diferentes sistemas que, para firmá-la, têm empregado vários orthoepistas, nenhum há também que deva ser tido em tudo por modelo” (MEIRELLES, 1907, p. 21). Assim, o autor explica o acento de alguns vocábulos:

Dos monosyllabos, que nos dictionarios de pronuncia são marcados com o som distincto da vogaes, muitos, especialmente a, an, the, and, at, of, in, on, etc., na leitura e na conversação pronunciam-se dando-se a vogal um som indistincto e obscuro.

Nos dissyllabos simples só uma syllaba é accentuada, excepto a palavra amen.

Há, porém, muitas palavras de duas syllabas, compostas, que têm ambas mais ou menos accentuadas; como downfall, almost, mankind.

Muitas de três e de quatro syllabas têm uma só accentuada, como sen'sible, repu'blic, agree'able, conge'nial

(MEIRELLES, 1907, p. 21).

A explicação sobre pronúncia com ênfase na acentuação das palavras é breve, simplificada e requer atividade complementar, pois como as palavras são apresentadas de forma isolada, impossibilita a prática com pronúncia dentro de um contexto e relega as características do discurso da língua inglesa: “stress, rhythm, intonation”<sup>90</sup>, por não estarem articuladas dentro de uma oração, ou situação de uso autêntico. Essa “negligência da língua falada permitia o uso da língua materna” (HOWATT; WIDDOWSON, 2004, p. 153).

Howatt e Widdowson (2004) afirmam ainda que o ensino da gramática de forma isolada do contexto e o excessivo uso de tradução tanto no texto quanto no significado eram características do Grammar-translation method. Esses recursos são permanentes no compêndio *Elementos de grammatica ingleza*, evidenciado pela preocupação acentuada com normas e regras, embora o autor recorresse à simplicidade e concisão na exposição dos conteúdos.

Nota-se que a obra do médico e professor Antônio Franco da Costa Meirelles está em sintonia com a metodologia proposta nos livros de Franz Ahn, que trabalhava a gramática, usava de linguagem simples e acessível, com exemplos concisos e tradução para língua materna. Seu livro *Elementos de grammatica ingleza* também fez parte dos planos de estudos do Liceu da Bahia<sup>91</sup>.

---

90 “Estresse, ritmo, entonação” (Tradução nossa).

91 Informação que consta do prefácio ao público da edição de 1907.

### 4.1.2 History of Rome: a história de Roma contada por um compêndio da Língua Inglesa

O compêndio *History of Rome* faz uma introdução aos estudos da história romana, contém 28 capítulos; cada capítulo é subdividido em seções, num total de 539 páginas. O autor incorpora ao texto uma série de informações ao longo do trabalho sobre os modos, as instituições e antiguidades dos romanos, incluindo notas biográficas e históricas sobre os acontecimentos romanos. Incorpora ainda um dicionário que explica as palavras de difícil compreensão e gravuras para ilustração. No final de cada capítulo, acompanha uma série de questões para exames, e o término do livro conta com um índice cronológico dos acontecimentos históricos romanos, especificando os fatos ocorridos antes e depois de Cristo.

Segundo as informações trazidas pelo autor no prefácio, embora os estudiosos alemães tenham lançado uma luz aos estudos romanos, os jovens ingleses estavam longe de entender esses textos devido à complexidade da língua e ao preço. Para Goldsmith (1848), o livro seria uma alternativa a essas dificuldades apresentadas:

These discoveries have, however, been hitherto useless to junior students in England the works of the German critics being unsuited to the purposes of schools, not only from their price, but also from the extensive learning requisite to follow them through their laborious disquisitions (GOLDSMITH, 1848, p. 2)<sup>92</sup>.

---

92 Estas descobertas, no entanto, têm sido, até agora inútil para estudantes juniores, na Inglaterra; as obras dos críticos alemães não estão adaptadas

O compêndio de Goldsmith, de fato, se popularizou e foi adotado em vários países da Europa, Estados Unidos e Brasil. Para se ter uma ideia, a edição que aqui analisamos data de 1848 e se encontrava na 26ª edição, com impressão em Londres. No plano de estudos do Colégio Pedro II, a publicação data de 1841, tendo sido impresso na França (VECHIA; LORENZ, 1998).

A adoção desse compêndio foi significativa para o primeiro lente da cadeira de Inglês, Justiniano de Mello e Silva, em 1871, para quem o estudo da história adquiriu importância expressiva se tornando professor, pesquisador e historiador. Seria possível ensinar Inglês por meio do estudo da história.

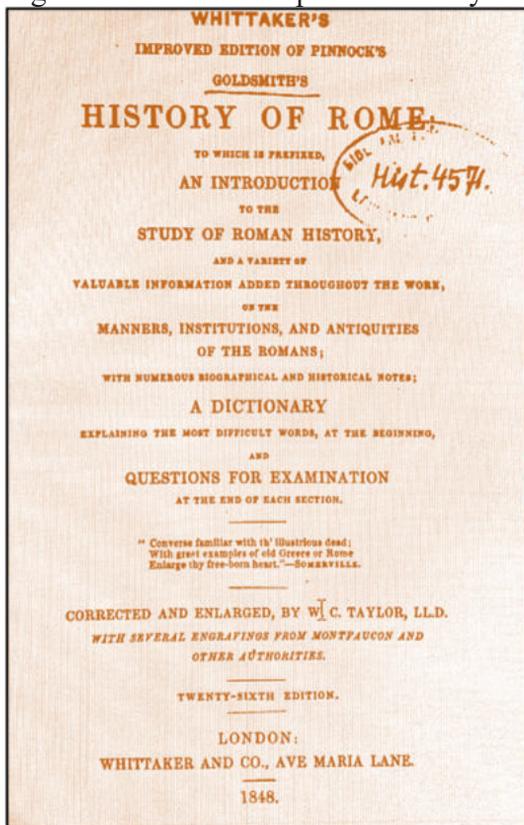
O livro, adotado no Atheneu Sergipense em 1871, nos dá a ver o que se pretendia que os alunos aprendessem na cadeira de Língua Inglesa a partir dos conteúdos trabalhados no compêndio. Sobre o estudo dos conteúdos para a história da educação, Chervel (1990) esclarece: “A tarefa primeira do historiador das disciplinas escolares é estudar os conteúdos explícitos do ensino disciplinar” e a “disciplina é aquilo que se ensina e ponto final” (CHERVEL, 1990, p. 177-203).

Levando esses enunciados em conta, entendemos que a adoção do compêndio *History of Rome* tinha intenção de ensinar a geografia, a religião, a política, os costumes, as instituições e a história romana, ressaltando a contribuição da cultura latina romana para a sociedade ocidental, como evidenciado no capítulo II: “As pessoas e a língua latina. Credibilidade da história antiga”.

---

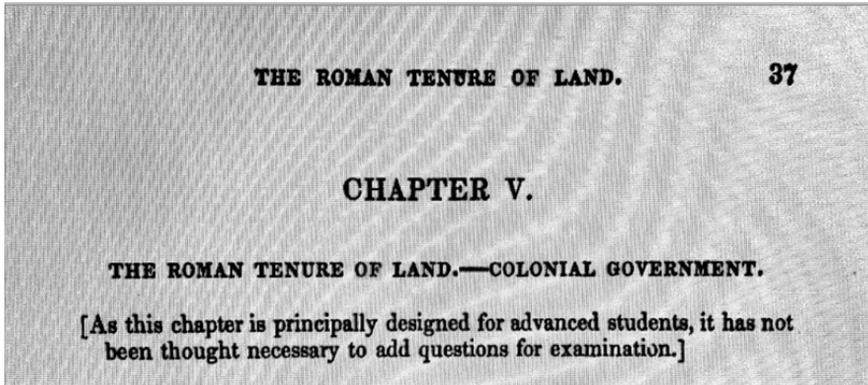
aos propósitos das escolas, não só pelo seu preço, mas também por envolver considerável esforço de aprendizagem para seguir suas complicadas dissertações (Tradução nossa).

Figura 16 – Página de rosto do compêndio History of Rome



Fonte: [https://books.google.com.br/s?hl=ptBR&lr=&id=1aU9AAAAcAAJ&oi=fnd&pg=PR3&dq=history+of+rome&ots=R40JBQibsH&sig=2Tp\\_cWcXgCA\\_QeWF2YAcIDTHZC4#v=onepage&q=history%20of%20rome&f=false](https://books.google.com.br/s?hl=ptBR&lr=&id=1aU9AAAAcAAJ&oi=fnd&pg=PR3&dq=history+of+rome&ots=R40JBQibsH&sig=2Tp_cWcXgCA_QeWF2YAcIDTHZC4#v=onepage&q=history%20of%20rome&f=false). Acesso em: 12 out. 2016.

Embora o autor insira um dicionário explicativo para palavras de difícil compreensão, em alguns capítulos, explicita que o conteúdo é apropriado para alunos de conhecimento avançado e por isso não considera necessário inserir questões para exames. O capítulo V, que trata da posse romana sobre as terras, nos serve de exemplo.

**Figura 17** – Explicação introdutória do capítulo V<sup>93</sup>

Fonte: History of Rome, 1848, p. 37.

O compêndio History of Rome, de Goldsmith, é um livro de história originalmente concebido para estudantes ingleses e não continha informações para o português. Todo o livro é escrito em Inglês, as explicações sobre vocabulários que podiam causar problemas no entendimento do texto são, de igual forma, em Inglês. Para facilitar a compreensão, o autor traz ilustrações de figuras em vários capítulos que nos permitem visualizar os acontecimentos históricos. Os alunos que possuísem conhecimento limitado sobre o idioma enfrentavam consideráveis dificuldades para compreensão textual.

Segundo Munakata (2012), sendo um livro produzido para

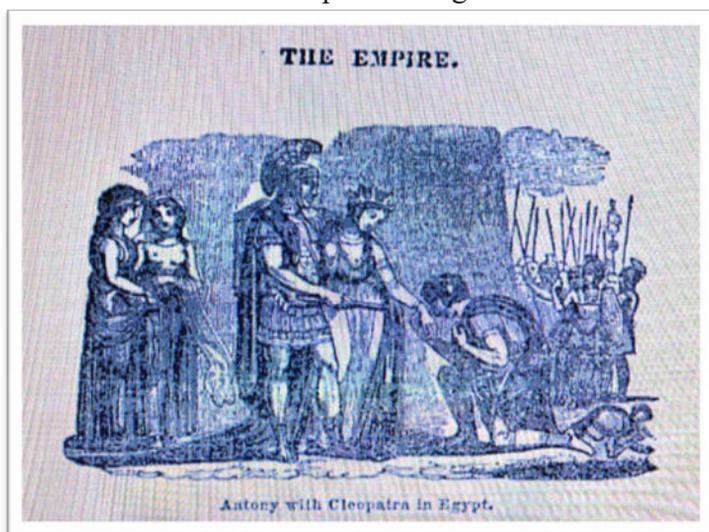
---

93 A posse romana da terra. Capítulo V. Como esse capítulo é principalmente concebido para estudantes de nível avançado, não foi considerado necessário adicionar questões para exames (Tradução nossa).

fins educacionais, as ilustrações contribuem para a aprendizagem e compreensão de um texto. A concepção de um material didático não é resultado de uma construção ingênua, nela estão presentes a diversidade de sujeitos que participam na sua elaboração. Deste modo, “é importante ter a exata noção de que a materialidade das relações que estão implicadas no livro, entre o autor e o leitor, é sobredeterminada pelo mercado” (MUNAKATA, 2012, p. 185).

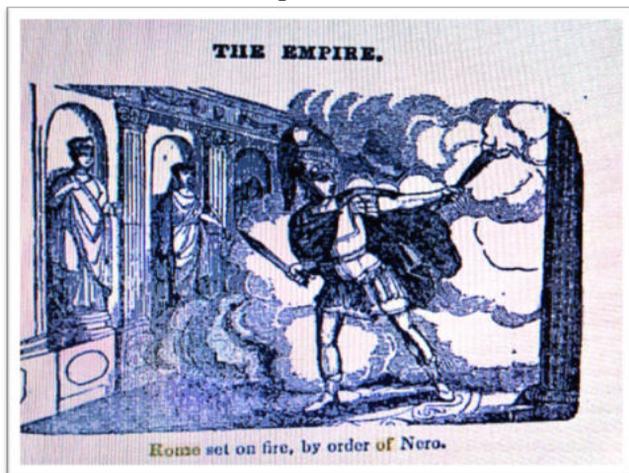
De fato, a inserção de ilustrações de acordo com o prefácio do compêndio *History of Rome* visou contribuir para o entendimento do texto.

**Figura 18** – Antônio com Cleópatra no Egito



Fonte: *History of Rome*, 1848, p. 245.

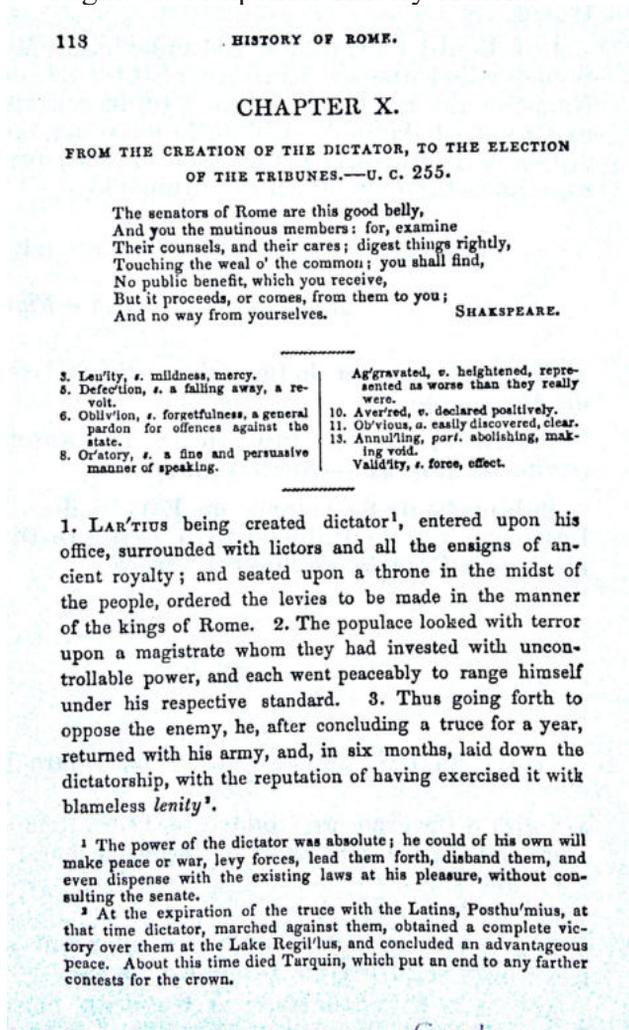
**Figura 19** – Roma incendiada por ordem de Nero



Fonte: History of Rome, 1848, p. 289.

Tomaremos a figura 20 para exemplificar a metodologia adotada na obra:

## Figura 20 – Página do compêndio History of Rome



Fonte: [https://books.google.com.br/s?hl=ptBR&lr=&id=1aU9AAAAcAAJ&oi=fnd&pg=PR3&dq=history+of+rome&ots=R40JBQibsH&sig=2Tp\\_cWcXgCA\\_QeWF2YAcIDTHZC4#v=onepage&q=history%20of%20rome&f=false](https://books.google.com.br/s?hl=ptBR&lr=&id=1aU9AAAAcAAJ&oi=fnd&pg=PR3&dq=history+of+rome&ots=R40JBQibsH&sig=2Tp_cWcXgCA_QeWF2YAcIDTHZC4#v=onepage&q=history%20of%20rome&f=false). Acesso em: 12 out. 2016.

O capítulo X, intitulado “Da criação do ditador até a eleição dos tribunos”, traz como parte introdutória um poema de Shakespeare. Essa forma de apresentar o tema a ser discutido é um modelo adotado pelo autor para todos os capítulos. Assim, para cada capítulo Goldsmith se apropria dos poemas e citações de diversos autores para introduzir o tema que se quer trabalhar.

*The senators of Rome are this good belly,  
And you the mutinous members: for examine  
Their counsels, and their cares; digest things rightly,  
Touching the weal o' the common; you shall find,  
No public benefit, which you receive,  
But it proceeds, or comes, from them to you;  
And no way from yourselves.*  
SHAKSPEARE  
(GOLDMITH, 1848, p. 18)<sup>94</sup>.

O poema clássico de Shakespeare faz uma crítica aos senadores romanos, pois são eles que se apropriam de todos os direitos e controlam os bens de consumo, ficando a sociedade à margem desse processo e sem nenhum benefício. Esse enunciado está intrinsecamente ligado ao título do capítulo, que vai tratar sobre a ditadura dos reis romanos.

Após apresentar o poema, no início de cada texto, o autor insere

---

94 Os senadores de Roma são esta boa barriga,  
E vocês os membros amotinados: examinam  
Seus conselhos e seus cuidados; Digerem as coisas corretamente,  
Tocando o bem comum; Você encontrará,  
Nenhum benefício público, você recebe  
Mas ele procede, ou vem, deles para você;  
E de maneira alguma de vocês mesmos.  
SHAKSPEARE (GOLDMITH, 1848, p. 18) (Tradução nossa).

um dicionário explicando as palavras mais difíceis que surgirão no decorrer da leitura. Assim demonstrado:

**Figura 21** – Dicionário explicativo do capítulo X do livro *History of Rome*

<p>3. Len'ity, <i>s.</i> mildness, mercy.          5. Defection, <i>s.</i> a falling away, a revolt.          6. Obliv'ion, <i>s.</i> forgetfulness, a general pardon for offences against the state.          8. Or'atory, <i>s.</i> a fine and persuasive manner of speaking.</p>	<p>Ag'gravated, <i>v.</i> heightened, represented as worse than they really were.          10. Aver'ed, <i>v.</i> declared positively.          11. Ob'vious, <i>a.</i> easily discovered, clear.          13. Annul'ing, <i>pari.</i> abolishing, making void.          Valid'ity, <i>s.</i> force, effect.</p>
---	--

Fonte: *History of Rome*, 1848, p. 118.

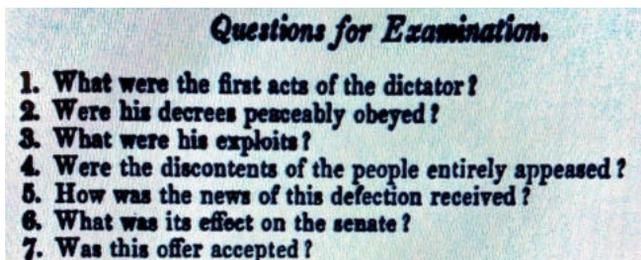
Todas as palavras das seções que trabalham com dicionários trazem, além das informações explicativas com definições e sinônimos para palavras de difícil compreensão, a forma como se pronuncia esses vocábulos, devendo o “stress” – “sílabas forte” da palavra recair anteriormente ao símbolo (‘). Os alunos, desta forma, tinham que estar familiarizados com o estudo da pronúncia e todas as características da língua falada inglesa: estresse, ritmo e entonação para que esses conhecimentos fossem traduzidos em proficiente oralidade. Vale ressaltar que todas as informações apresentadas no compêndio são na Língua Inglesa. Não havia nenhuma explicação em Português, o que inibia ainda mais o aprendizado e implicava no uso de dicionário bilíngue, principalmente para jovens que não haviam tido contato com a língua estrangeira.

O uso do dicionário se consolidava no processo de

instrumentalização da língua, seria ele o parceiro principalmente de alunos que ingressavam para cursar a disciplina sem mínimo conhecimento, ou com os rudimentos de uma segunda língua, e poderia auxiliá-lo também na escrita e no entendimento de texto simples ou complexo como o escrito por Goldsmith.

Em *History of Rome*, Goldsmith dedica, no final de todas as seções, questões para os exames. As perguntas destinadas à avaliação dos alunos para o capítulo X, que trata do surgimento da figura do ditador até a eleição dos tribunos, servem de ilustração:

**Figura 22** – Questões para exame da seção X do livro *History of Rome*<sup>95</sup>



Fonte: *History of Rome*, 1848, p. 12.

De acordo com o autor, os exercícios e questões para exames estão dispostos de modo que o aluno e o professor possam encontrar a

<sup>95</sup> Questões para exames.

Quais foram os primeiros atos do ditador? 2. Seus decretos foram obedecidos pacificamente? 3. Quais foram suas façanhas? 4. Os descontentamentos do povo foram inteiramente apaziguados? 5. Como foi recebida a notícia desta deserção? 6. Qual foi o seu efeito sobre o Senado? 7. Esta oferta foi aceita? (Tradução nossa).

resposta para perguntas no próprio capítulo. A aplicação de exercícios escritos seria uma forma útil e comum de dar aos alunos a prática centrada em uma determinada área do conhecimento. Os exercícios compõem uma das finalidades de qualquer disciplina (MUNAKATA, 2012).

Goldsmith escreveu vários compêndios contando a história de alguns países, entre eles a História da Inglaterra e História da Grécia, todos escritos em Língua Inglesa. Assim, os compêndios não eram destinados exclusivamente a alunos de um determinado país. Como sugeria o autor, o livro era destinado a alunos das escolas e alunos que tomavam classes particulares que desejassem adquirir conhecimento literário, uma vez que entre 1837 e 1870, o ensino de línguas assumiu uma finalidade literária, onde seria possível entender o espírito ou a “índole” dos povos das Nações Civilizadas (OLIVEIRA, 2006, p. 343).

Dado o grande número de capítulos e extenso conteúdo, o compêndio podia ser dividido em vários anos de estudos, fato que ocorreu no Colégio Pedro II. Provavelmente no Atheneu Sergipense aconteceu de modo similar, sendo que cabia aos lentes decidirem quais conhecimentos deviam ser relevantes para aprendizado.

Sobre o compêndio *History of Rome*, no entanto, percebe-se que os alunos, além de precisar de competência linguística para entender parte de uma história clássica estrangeira, tinham também que traduzir as páginas escritas em Inglês para o Português, ter conhecimento de normas gramaticais e pronúncia, situações que demandavam energia, dedicação e considerável quantidade de tempo para memorização,

uma vez que as provas escritas incluíam tradução de trechos de Inglês para Língua Portuguesa e a prova oral avaliava a recitação de trechos em voz alta.

Para concluir, enquanto os compêndios de gramática davam conta de uma série de regras, exceções e normas, o livro *History of Rome* tratava de inserir os alunos nos estudos clássicos, que tratariam o desenvolvimento intelectual e a disciplina do espírito mais do que qualquer outra ciência (CHERVEL, 1990)<sup>96</sup>.

A abordagem do ensino e o uso dos compêndios adotados no Atheneu Sergipense era de responsabilidade dos lentes. Os professores deviam apresentar no princípio de cada ano letivo, à Congregação, o programa do curso sobre as matérias que ensinariam. O Estatuto do Atheneu Sergipense de 1870 permitia certa autonomia em relação à metodologia aplicada ao uso dos compêndios, desde que apresentassem justificativa para tal.

A aquisição desses compêndios era de responsabilidade dos alunos, que deviam levá-los às aulas, e em hipótese alguma era permitida a substituição deles por outros não determinados pelo Estatuto do Atheneu Sergipense.

Ao ensino de Língua Inglesa se atribuía dupla finalidade: a primeira seria a aprendizagem da gramática, que possibilitaria a escrita coerente e coesa pelo uso de regras, sendo o ensino comparado à Língua Portuguesa voltada para produção textual consistente, com

<sup>96</sup> Esse compêndio obteve aceitação por parte dos Liceus nas Províncias. Seu nome recebeu indicação para os planos de estudos do Colégio de Pedro II (VECHIA; LORENZ, 1998); Liceu da Paraíba (FERRONATO, 2012) e Atheneu Sergipense (ALVES, 2005).

pouca margem para conversação; e a segunda, ligada à introdução dos estudos clássicos literários com adoção de compêndios que possibilitassem esse aprendizado.

Desta forma, a gramática dava lugar a livros literários escritos em Inglês, com circulação em vários países, e que foram adotados posteriormente no Atheneu Sergipense, como Longfellow's Poetical Works, de Henry Wadsworth Longfellow<sup>97</sup>, que trazia uma coletânea de 127 poemas e prosadores diversos, incluindo a Divina Tragédia, ou a Selecta Inglesa do Dr. Guilherme Pereira Rebello<sup>98</sup>, que da mesma forma dos compêndios literários ou de história, não se preocupava com questões gramaticais, mas com o desenvolvimento moral e intelectual dos indivíduos. Pela apropriação da Língua Inglesa, os conteúdos abordavam sobre a verdadeira forma de demonstrar educação, as responsabilidades de ser estudante, os perigos das más companhias, a constituição do império britânico e a reforma parlamentar americana.

Percebe-se que, embora o estudo de gramática comparada à Língua Portuguesa fosse o pivô central para o estudo de línguas, havia, no entanto, uma concepção de que o estudo de línguas deveria ser utilizado para transmissão multidisciplinar de conhecimentos, seja para manutenção da ordem ou para transmissão de conhecimentos literários.

---

97 Adotado em 1892.

98 Adotado em 1901.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Língua Inglesa foi inserida nos planos de estudos da Instrução Pública Secundária de Sergipe no Lyceu de São Cristóvão em 1848. O ingresso na cadeira se deu por concurso, tendo sido Euzébio Vanerio o primeiro lente da disciplina. No entanto, as aulas só iniciaram em 1850, por falta de concorrência de alunos. O número reduzido de estudantes, a infrequência, o abandono e o elevado número de alunos reprovados se apresentavam como fatores que contribuíam para o baixo aproveitamento das aulas. O Latim e o Francês eram as disciplinas estrangeiras mais concorridas por fazerem parte dos exames preparatórios para ingresso nas Academias do Império e servirem também de base para o estudo das demais cadeiras.

Com a mudança da capital de São Cristóvão para Aracaju em 1855, as disciplinas foram transferidas para Laranjeiras e Estância, permanecendo no Lyceu de São Cristóvão apenas a cadeira de Gramática Latina; as aulas de Latim e Francês continuaram abertas nos grandes centros da Província, e a disciplina de Língua Inglesa deixou de ser ofertada no ensino secundário da Instrução Pública, sendo então oferecida por professores particulares que davam aulas em suas casas ou iam até aos domicílios dos contratantes.

Em 1862, o Dr. Guilherme Pereira Rebello implantou o Lyceu Sergipano em Aracaju, tendo os planos de estudo do Colégio Pedro II como modelo. As aulas de Língua Inglesa passaram a ser ofertadas, tendo como professor o próprio Dr. Guilherme Pereira Rebello.

Contudo, o Lyceu Sergipano não prosperou, teve seus trabalhos encerrados em 1864, e as aulas de Língua Inglesa voltaram a ser ofertadas em caráter particular.

A estabilidade da Língua Inglesa foi resultado de um longo processo de permanência e supressão, mesmo sendo disciplina obrigatória para o ensino secundário. Conforme Chervel (1990), a consolidação de uma disciplina no programa de ensino é caracterizada por sua precaução, lentidão e segurança. Depende dos sucessos alcançados e efetivação das finalidades impostas.

A inserção definitiva da disciplina de Inglês nos planos de estudos da Instrução Pública secundária aconteceu com a criação do Atheneu Sergipense no ano 1870, quando passou a ser ofertada em caráter permanente.

O Atheneu Sergipense deveria concentrar as aulas avulsas do ensino secundário que estavam distribuídas pela Província. Possuía como parâmetro os programas de ensino adotados pelo Colégio Pedro II, pois este servia de modelo para os demais liceus espalhados no Império.

No ano da criação do Atheneu Sergipense, o Ministro do Império, Paulino José de Souza, alterou o regulamento relativo ao Colégio Pedro II por meio do Decreto nº 4.468, de 1º de fevereiro de 1870, e instituiu que os exames passariam a ser finais ou de suficiência, podendo ser prestados durante o curso ou quando terminada a matéria.

As línguas sofreram alterações na metodologia de ensino. As disciplinas estrangeiras, que antes possuíam o estudo da gramática

comparada com o Latim, passaram a ter o estudo gramatical confrontado com a Língua Portuguesa, com introdução de estudo de pronúncia e leitura em voz alta. Contudo, apesar da tentativa de introduzir uma configuração prática às línguas, o formalismo do Latim continuou a ser emprestado às línguas estrangeiras.

A validação dos exames na Província, em 1873, gerou um aumento significativo de novas matrículas no Atheneu Sergipense. Como resultado houve acréscimo acentuado nas cadeiras de Latim e Francês, sendo que a disciplina de Francês foi a mais concorrida. A disciplina Língua Inglesa não obteve procura tão expressiva, demonstrando maior concorrência apenas no ano de 1876, quando a cadeira estava sob a responsabilidade do lente Ascendino Ângelo dos Reis.

Os lentes de Inglês do Atheneu Sergipense adotaram práticas distintas, de acordo com as fontes pesquisadas. O primeiro lente, Justiniano de Mello e Silva, de caráter temperamental, tornou públicas as desavenças que se estabeleciam dentro da Congregação e com alunos durante sua passagem polêmica pela Instituição, enquanto Ascendino Ângelo dos Reis parece ter adotado uma postura mais de entendimento com os pares e estudantes. Médico e professor, tornou-se um dos nomes mais renomados da educação de Sergipe durante a segunda metade do século XIX, foi responsável pelos exames preparatórios na Província, proprietário e diretor do Parthenon, considerada uma das melhores escolas da época.

Esses mestres desempenharam papel relevante na consolidação do ensino de Língua Inglesa, que se estabelecia definitivamente nos

planos de estudos do ensino secundário do Atheneu Sergipense. Além disso, transitavam nas cadeiras de diferentes matérias como História e Gramática Filosófica, e participavam como avaliadores para outras disciplinas dos exames preparatórios, sendo também responsáveis pela escolha dos compêndios que seriam utilizados nas aulas.

Os compêndios com abordagem gramatical evidenciavam a centralização em regras, com explicações na Língua Portuguesa e exemplos em Inglês para demonstração do uso dessas normas, com pouco espaço destinado para desenvolvimento de conversação. Em contrapartida, o compêndio *History of Rome*, adotado no primeiro ano do Atheneu Sergipense, não trazia nenhuma referência à gramática. Era um livro de História que tinha como objetivo ensinar a história romana. De caráter clássico, o livro demandava dos alunos alta competência cognitiva da Língua Inglesa para compreensão textual, e conseqüentemente eles necessitavam recorrer ao uso do dicionário, dado o grau de dificuldade semântica.

Os compêndios *Elementos de Gramática Inglesa* e *History of Rome* foram utilizados concomitantemente, e tinham funções diferentes para o ensino. O primeiro tratava do estudo da gramática como forma de desenvolver produção escrita dentro das normas gramaticais. Enquanto o segundo inseria os alunos nos estudos clássicos, voltados ao progresso moral, à intelectualidade, e mais alinhado aos modelos de ensino europeu e americano.

Neste estudo, entendemos que a forte presença britânica na economia brasileira e o surgimento dos Estados Unidos como potência no século XIX, com suas ideias liberais e o seu modelo educacional,

trouxeram importância ao ensino da Língua Inglesa. Sua inserção nos planos de estudo do ensino secundário representava o elemento de modernidade na Instrução Pública trazido pelos livros americanos que produziam ciência e avanço tecnológico.

As pesquisas trouxeram outras indagações relacionadas à história da educação. No campo das línguas, a permanência do Latim como disciplina hegemônica durante o período estudado trouxe vários questionamentos e inquietações. Como uma língua morta conseguiu permanecer tão viva e presente nos planos de estudos da Instrução Pública e do Atheneu Sergipense por tanto tempo?

Pensamos que cabe ainda um estudo sobre a circulação das ideias estrangeiras na Instrução Pública de Sergipe, com base nos relatórios e jornais do século XIX, a fim de compreender se apropriações desses pensamentos de fato aconteceram, chegaram a nortear os rumos da educação em Sergipe, e conseguiram interferir ou contribuir para o desenvolvimento da educação na Província.

Por certo, o século XIX em Sergipe foi palco de grandes acontecimentos que estão esperando para serem descortinados em algum documento pela história da educação. A história da disciplina de Língua Inglesa no ensino secundário em Sergipe também não se esgota aqui. Ao mapearmos o que se ensinava nesse período, as leis que nortearam o ensino das línguas nos relatórios e falas apresentadas à Assembleia Legislativa Provincial de Sergipe, chegamos à conclusão que obstáculos se apresentavam ao processo de aprendizagem: a busca pela precisão gramatical, as dificuldades inerentes aos compêndios literários, clássicos e históricos adotados,

sem levar em conta o grau de maturidade dos alunos, tudo isso pode ter contribuído para a procura reduzida às aulas e mesmo induzido à migração dos professores para outras disciplinas.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Eva Maria Siqueira. O Atheneu Sergipense: uma casa de educação literária examinada segundo os Planos de estudos (1870/1908). 2005. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História, Política e Sociedade, PUC/SP, São Paulo, 2005.

AMORIM, Simone Silveira. A trajetória de Alfredo Montes (1848 – 1906): representações da configuração do trabalho docente no ensino secundário em Sergipe. 2006. Dissertação (Mestrado em Educação) – UFS, São Cristóvão, 2006.

AMORIM, Simone Silveira. Recordando Alfredo Montes (1877-1906): aspectos do exercício do magistério no Atheneu Sergipense. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 5, 2008, Aracaju. Anais: o ensino e a pesquisa em história da educação. Vitória: SBHE, 2008. Disponível em CD Rom.

BARBOZA, Naidez. Em busca de imagens perdidas: Centro Histórico de Aracaju 1900-1940. Fundação Cultural Cidade de Aracaju, 1992.

BEVILAQUA, Clovis. História da Faculdade de Direito do Recife. Brasília: Conselho Nacional da Cultura, 1977.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Disciplinas Escolares: história e pesquisa. In: OLIVEIRA, Marcus Aurélio Taborda de; RANZI, Serlei Maria Fischer (org.). História das disciplinas escolares no Brasil: contribuições para o debate. Bragança Paulista/SP: EDUSF/CDAPH. 2003, p. 9-38.

BOURDIEU, P. What makes a social class? On the theoretical and practical existence of groups. Berkeley Journal Of Sociology, n. 32, p. 1-49, 1987.

BURITI, Iranilson. Leituras do sensível: escritos femininos e sensibilidades médicas no Segundo Império. Campina Grande: EDUFCG, 2011.

CALAZANS, José. O ensino público em Aracaju: 1830-1871. Coleção Estudos Sergipanos, vol. VII. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Aracaju, n. 20, 1951.

CAMPOS, E. Crônicas da passagem do século. [s.n.t.], 1967.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. A imprensa na História do Brasil. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. A Escola e a República e outros ensaios. Bragança Paulista: Edusf, 2003.

CERTEAU, Michel de. A cultura no plural. Trad. Enid Abreu Dobránsky. 4. ed. São Paulo: Papyrus, 2005.

CHAGAS, R. Valnir C. Didática especial de línguas modernas. Biblioteca Pedagógica Brasileira, 1956.

CHARTIER, Roger. A História ou a leitura do tempo. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

CHERVEL, André. História das disciplinas escolares: reflexão sobre um campo de pesquisa. Teoria e Educação. n. 2, 1990. p. 177-229.

CONCEIÇÃO, Joaquim Tavares. Internar para educar. Colégios-internatos no Brasil (1840-1950). 2012.322f. 2012. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Bahia, 2012.

DANTAS, Luiz Carlos Rollemberg. Justiniano de Melo e Silva, filósofo e historiador. Revista do IHGS, v. 16, n. 21, 1955.

DICK, M. Sara. As políticas públicas para o ensino secundário na Bahia: o Liceu Provincial: 1860-1889. 2001. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação da Faculdade de

Educação da Universidade Federal da Bahia, Salvador/BA, 2001.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. A cultura escolar como categoria de análise e como campo de investigação na história da educação. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 30, n. 1, p. 139-159, 2004.

FELGUEIRAS, Margarida Louro. Materialidade da cultura escolar. A importância da museologia na conservação/comunicação da herança educativa. *Pro-Posições*. v. 16, n. 1(46), jan./abr. 2005.

FELGUEIRAS, Margarida Louro. Cultura escolar: da migração do conceito à sua objetivação histórica. In: FELGUEIRAS, Margarida Louro; VIEIRA, Carlos Eduardo (ed.) *Cultura escolar, migrações e cidadania*. Porto: Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação e autores, 2010, p. 17-32.

FERRONATO, Cristiano de Jesus. Das aulas avulsas ao Lyceu Provincial: as primeiras configurações do ensino secundário na Província da Parahyba do Norte (1836 - 1884). 2012. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal da Paraíba, 2012.

FRANCO, Cândido Augusto Pereira. Juiz de Direito. *Compilação das Leis Provinciais de Sergipe: 1835 a 1880*. Volume II. Aracaju, Typ. de F. das Chagas Lima. Biblioteca Pública de Sergipe. s/d.

FREYRE, G. *Ingleses no Brasil*. Aspectos da influência britânica sobre a vida, a paisagem e a cultura do Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1977.

GOLDSMITH, Oliver. *History of Rome*. An introduction to the study of Roman history. Ed. Whittaker and Co., Ave Maria Lane. 26. ed. London, 1848. Disponível em: [https://books.google.com.br/s?hl=ptBR&lr=&id=1aU9AAAAcAAJ&oi=fnd&pg=PR3&dq=history+of+rome&ots=R40JBQibsH&sig=2Tp\\_cWcXgCA\\_QeWF2YAcIDTHZC4#v=onepage&q=history%20of%20rome&f=false](https://books.google.com.br/s?hl=ptBR&lr=&id=1aU9AAAAcAAJ&oi=fnd&pg=PR3&dq=history+of+rome&ots=R40JBQibsH&sig=2Tp_cWcXgCA_QeWF2YAcIDTHZC4#v=onepage&q=history%20of%20rome&f=false). Acesso em: 12 out. 2016.

GOODSON, I. História de las disciplinas: Lengua (inglês). In: GOODSON, Y. Historia Del curriculum: la construcción social de las disciplinas escolares. Tradução: Joseph M. Apfelbaume. Barcelona: Ediciones Pomares – Corredor. 1995.

GOODSON, Ivor F. Currículo: teoria e história. Tradução de Atílio Brunetta. 11. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

GRAMSCI, A. Cadernos do cárcere. Introdução ao estudo da Filosofia. A filosofia de Benedito Croce. Tradução de Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999. vol. 1.

GUARANÁ, Armindo. Dicionario Bio-bibliográfico Sergipano. Rio de Janeiro, 1925. Disponível em: <https://pt.scribd.com/doc/70121926/Dicionario-Biobibliografico-Armando-Guarana>. Acesso em: 10 out. 2016.

Haidar, Maria de Lourdes Mariotto. O ensino secundário no Brasil Império, 2. ed. São Paulo: editora da Universidade de São Paulo, 2008.

JUNIOR, Marcílio; GALVÃO, Ana. História das disciplinas escolares e história da educação: algumas reflexões. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 391-408, set./dez. 2005.

HOWATT, A. P. R.; WIDDOWSON, H. G. A History of English Language Teaching. Oxford University Press. 2004.

JUCÁ, Ricardo Westphalen de Queiroz. A Língua inglesa no ensino secundário brasileiro: 1838-1930. 2010. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2010.

JULIÁ, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. Revista Brasileira de História da Educação, Campinas, n. 1, p. 9-44, 2001.

LAGES, Rita Cristina Lima As vitrines da civilização: referências estrangeiras na instrução pública em Minas Gerais no

século XIX. 2013. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte - MG, 2013.

LEFFA, Vilson José. O ensino das línguas estrangeiras no contexto nacional. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1988. p. 211-236. Disponível em: [www.leffa.pro.br](http://www.leffa.pro.br). Acesso em: 22 jun. 2016.

ROMERO, S. “Explicações indispensáveis”. Prefácio a Vários escritos, Tobias Barreto, Sergipe, Editora do Estado de Sergipe, XXIII-IV, 1926.

LIMA, Aristela Arestides. A instrução da mocidade no Liceu Sergipense: um estudo das práticas e representações sobre o ensino secundário na Província de Sergipe (1847-1855). 2005. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2005.

LIMA, Lauro de Oliveira. Estórias da educação no Brasil: de Pombal a Passarinho. 3. ed. Rio de Janeiro, RJ. Brasília, [s.d].

MEIRELLES, Antonio Franco da Costa. Elementos de gramática inglesa. 4. ed. Bahia: [s.n.], 1907.

MELO, Domingos Pascoal de. Discurso de Posse da Cadeira 17 da Academia Sergipana de Letras, 2009.

MUNAKATA, Kazumi. O livro didático: alguns temas de pesquisa. Revista Brasileira de História da Educação. Campinas, São Paulo, vol. 12, n. 3 (30), p. 179-197, set/dez. 2012.

NÓVOA, Antônio. Para o estudo sócio-histórico da gênese e desenvolvimento da profissão docente. Teoria & Educação, Porto Alegre: Artes Médicas, n. 4. 1991.

NUNES, Clarice; CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Historiografia da educação e fontes. In: Cadernos ANPED, Belo Horizonte, 1993 (5). p. 7-64.

NUNES, Maria Thetis. História da educação em Sergipe. 2. ed.

São Cristóvão, SE. Ed. UFS, 2008.

OLIVEIRA, Luis Eduardo Menezes de. A instituição do ensino das línguas vivas no Brasil: o caso da Língua Inglesa (1809-1890). 2006. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História, Política, Sociedade, PUC/SP, São Paulo, 2006.

OLIVEIRA, Stella Sanches de. Implantação e organização do curso ginásial no Sul de Mato Grosso: expressões de um projeto de modernização (1917-1942). 2014. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 282f, 2014.

PORTO, Fernando de Figueiredo. Alguns nomes antigos do Aracaju. [s.n.t.], 1991.

RAHE, Marta Banducci. Inovações incorporadas ou “modernidades abandonadas”? Uma investigação sobre os materiais didáticos para as aulas de Línguas Vivas em dois ginásios de Campo Grande, sul do Estado de Mato Grosso (1931-1961). 2015. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Campo Grande/MS, 2015.

RODRIGUES, Simone Paixão. Com a palavra os alunos: associativismo discente no Grêmio Literário Clodomir Silva. 2015. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2015.

RODRIGUES, Cibele. O Porvir, jornal literário e recreativo: propriedade de uma associação de estudantes do Atheneu Sergipense (1874). 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2016.

SANTOS, Bárbara da Silva; SANTOS, Anderson; FERRONATO, Cristiano de Jesus. O sergipano Justiniano de Mello e Silva: fontes de informações sobre a sua trajetória, 2016. Disponível em: [http://eventos.unit.br/enfope/wp-content/uploads/sites/11/2016/05/Rela%C3%A7%C3%A3o\\_](http://eventos.unit.br/enfope/wp-content/uploads/sites/11/2016/05/Rela%C3%A7%C3%A3o_)

Comunica%C3%A7%C3%B5es\_Orais\_Enfope\_Fopie\_2016.pdf.  
Acesso em: 02 set. 2016.

SANTOS, Maria Edna. A Congregação do Atheneu Sergipense (1871-1875). 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2016.

SANTOS, Elaine. As reformas pombalinas e as gramáticas inglesas: percursos do ensino de inglês no Brasil. 2010. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2010.

SANTOS, Fábio Alves dos. Elite letrada e o ofício docente no século XIX. 2013. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2013.

SANTOS, Marcos Aurélio Alves. Anúncios de serviços e mercadorias nos jornais sergipanos do século XIX. Monografia apresentada à disciplina Prática de Pesquisa, ministrada pelo Prof. Dr. Francisco José Alves. Departamento de História, Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de Sergipe, (2004).

SANTOS, Waldefrankly Rolim de Almeida. Modernização centralizadora: Território e Desenvolvimento Urbano na Província de Sergipe (1855-1860). 2014. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, 2014.

SANTOS, Ana Márcia Barbosa dos. Sob a lente do discurso: aspecto do ensino de Retórica e Poética no Atheneu. 2010. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe (UFS), São Cristóvão, 2010.

SILVA, Eugênia Andrade. A formação intelectual da elite sergipana (1882-1889). 2004. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2004.

SILVA, Clodomir de Souza e. Álbum de Sergipe. Sergipe de

1534 a 1920. Aracaju: Governo do Estado de Sergipe, 1920.

SOUZA, Josefa Eliana. O programa de instrução pública de Tavares Bastos (1861 – 1873): concepções a partir do modelo norte-americano. São Cristóvão: Editora UFS, 2012.

SOUZA, Rosa Fátima de. Alicerces da pátria: História da escola primária no estado de São Paulo (1890-1976). Campinas: Mercado de Letras, 2009.

TAMBARA, Elomar. Bosquejo de um Ostensor do repertório de textos escolares utilizados no ensino primário e secundário no século XIX no Brasil. Pelotas: Seiva Publicações, 2003.

VECHIA, Ariclê; LORENZ, Karl Michael (org.). Programa de ensino da escola secundária brasileira: 1850 – 1951. Curitiba: Ed. do Autor, 1998.

VIDAL, Diana Gonçalves. Escola Nova e processo Educativo. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA Filho, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive. 500 anos de educação no Brasil. Belo Horizonte, Autêntica, 2000. p. 497-517.

VIDAL, Diana G.; SCHWARTZ, Cleonara M. Sobre Cultura Escolar e História da Educação: questões para debate. In: VIDAL, Diana G.; SCHWARTZ, Cleonara M. (org.). História das culturas escolares no Brasil. Vitória: EDUFES, 2010. p. 13-35.

VIDAL, Valdevaneia Freitas dos Santos. O Necydalus: um jornal estudantil do Atheneu Sergipense (1909-1911). 2009. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2009.

VIDOTTI, Joselita Júnia Viegas. Políticas linguísticas para o ensino de língua estrangeira no Brasil do século XIX, com ênfase na língua inglesa. 2012. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2012.

VIEIRA, César Romero Amaral. Americanismo x iberismo:

a influência do modelo educacional norte-americano no final do século XIX. *Horizontes*, v. 26, n. 1, p. 21-30, jan./jun. 2008. Disponível em: <http://www.unimep.br/~crvieira/americanismo-ibirismo.pdf>. Acesso em: 05 dez. 2016.

VIÑAO FRAGO, A. A história das disciplinas escolares. *Revista Brasileira de História da Educação*, v. 8, n. 3, p. 174-208, 2008.

WARDE, Mirian Jorge. Americanismo e educação: um ensaio no espelho. *São Paulo Perspec.* [online]. Apr./June 2000, v. 14, n. 2, p. 37-43. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-88392000000200006](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392000000200006). Acesso em: 13 nov. 2016.



## FONTES

Almanak Laemmert (1844-1889). Center For Research Libraries. Brazilian government documents. Disponível em: <http://www-apps.crl.edu/brazil/almanac>. Acesso em: 02 maio 2016.

AMARAL, Vicente. Ao público. In: Grammatica Inglesa Antônio. Franco da Costa Meirelles de 1863.

Collecção das Leis do Império do Brazil de 1875. Tomo XXIV. Vol. 1. Rio de janeiro. Typographia Nacional, 1876.

Collecção das Leis do Império do Brazil de 1877. Tomo XXV. Vol.1. Rio de janeiro. Typographia Nacional, 1877.

Coleção de Leis do Império do Brasil - 1873, Página 785 Vol. 2 (Publicação Original).

Compilação de Leis da Província de Sergipe 1835 a 1880 pelo Juiz de Direito Candido Augusto Pereira Franco. Aracaju – Typ. de F. das Chagas Lima. Biblioteca Pública Estadual de Sergipe. Sem data de publicação.

Decreto nº 5.429, de 2 de outubro de 1873. Coleção de Leis do Império do Brasil de 1873. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-5429-2-outubro-1873-551632-publicacaooriginal-68179-pe.html>. Acesso em: 02 abr. 2016.

Estatuto do Atheneu Sergipense de 12 de janeiro de 1871.

Fala dirigida a Assembleia Legislativa da Província de Sergipe pelo Dr. Joaquim José Ferreira na abertura da Assembleia do dia 3 de abril de 1848. Typ. Provincial de Sergipe, 1848.

Falla que dirigio a Assembléa Legislativa Provincial de Sergipe na abertura de sua sessão ordinária no 1º de março de 1850 o exm. Snr. Presidente da Província, dr. Amancio João Pereira de Andrade.

Sergipe, Typ. Provincial, 1850.

Falla que dirigiu á Assembleia Legislativa Provincial de Sergipe na abertura de sua sessão ordinária no dia 11 de janeiro de 1851 o presidente da Província, Dr. Amancio João Pereira de Andrade. Sergipe, Typ. Provincial, 1851.

Falla com que foi aberta no dia 1o de março de 1865 a segunda sessão da decima quarta legislatura da Assembleia Legislativa desta Província pelo presidente, doutor Cincinnato Pinto da Silva. Sergipe, Typ. Provincial, 1865, seção de anexos, s/n.

Jornal do Aracaju, 5 de fevereiro de 1871. Ed. 130.

Jornal do Aracaju, 2 de abril de 1871. Ed. 260.

Jornal do Aracaju, 10 de dezembro de 1871. Ed. 222.

Jornal do Aracaju, 16 de março de 1872. Ed.251.

Jornal do Aracaju, 23 de março de 1872. Ed. 254.

Jornal do Aracaju, 13 de abril de 1872. Ed. 261.

Jornal do Aracaju, 23 de abril de 1872. Ed. 265.

Jornal do Aracaju, 15 de junho de 1872. Ed. 282.

Jornal do Aracaju, 26 de junho de 1872. Ed. 285.

Jornal do Aracaju, 04 de setembro 1872. Ed. 263.

Jornal do Aracaju, 16 de abril de 1873. Ed.368.

Jornal do Aracaju, 30 de abril de 1873. Ed.372.

Livro de Atas da Congregação do Atheneu Sergipense (1871-1916). Ref. 481FASS01 Centro de Educação e Memória do Atheneu Sergipense. (Cemas).

Regulamento da Instrução Pública de 24 de outubro de 1870.

Regulamento da Instrução Pública de 1874.

Regulamento da Instrução Pública de 1877.

Relatório de 3 de maio de 1847 do presidente da Província de Sergipe Ferreira Souto. Typ. Provincial de Sergipe, 1847.

Relatório apresentado á Assembleia Legislativa Provincial de Sergipe na abertura da 2.a sessão ordinária no dia 10 de julho de 1853, pelo exm<sup>o</sup>. sr. presidente da Província, Dr. José Antonio de Oliveira Silva. Sergipe, Typ. Provincial, 1853.

Relatório do Ilm<sup>o</sup> Sr. Presidente da Província, Dr. Luiz Antônio Pereira Franco. 12 de novembro de 1853. Appenso n<sup>o</sup> 3.

Relatório apresentado a Assembléa Legislativa Provincial de Sergipe na abertura de sua sessão ordinária no dia 1.º de março 1855 pelo exm. snr. presidente da provincia, dr. Ignacio Joaquim Barboza. Sergipe, Typ. Provincial, 1855.

Relatório com que foi aberta a 1a.sessão da undécima legislatura da Assembleia Provincial de Sergipe no dia 2 de julho de 1856 pelo excelentíssimo Presidente, Doutor Salvador Correia de Sá e Benevides. Bahia, Typ. Carlos Poggetti, 1856.

Fala com que foi aberta no dia 1 de março de 1865 a segunda sessão da decima quarta legislatura da Assembleia Legislativa desta Província pelo presidente, doutor Cincinnato Pinto da Silva. Sergipe, Typ. Provincial, 1865, seção de anexos, s/n.

Relatório do presidente da Província do Rio de Janeiro, o conselheiro Paulino José de Souza, na abertura da Sessão da 2<sup>a</sup> legislatura da Assembleia Provincial. Nicheroy Typ. De Amaral & Irmão, 1870.

Relatório apresentado à Assembleia Geral, na segunda sessão da décima quarta legislatura, pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império Paulino José Soares de Souza, Rio de Janeiro, Typ. Nacional, 1870.

Relatório com que o exm<sup>o</sup>. sr. tenente coronel Francisco José Cardoso Junior abriu a 2.a sessão da 20.a legislatura da Assembleia Provincial de Sergipe no dia 3 de março de 1871. [Aracajú] Typ. do

Jornal do Aracajú [n.d.].

Relatório com que o tenente-coronel Francisco José Cardoso Junior abriu a 1.a sessão da 19.a legislatura da Assembleia Provincial de Sergipe no dia 4 de março de 1871. [Aracajú] Typ. do Jornal do Aracajú.

Relatório apresentado perante a Assembleia Legislativa Provincial da Província de Sergipe pelo exm<sup>o</sup>. sr. presidente da mesma, doutor Luiz Alvares de Azevedo Macedo, por ocasião de sua abertura no dia 4 de março em 1872. [Aracajú] Typ. do Jornal do Aracajú [n.d.].

Relatório com que o exm<sup>o</sup>. sr. Dr. Cypriano d'Almeida Sebrão, 1.o vice-presidente, abriu a Assembleia Legislativa Provincial de Sergipe no dia 1.o de março de 1873. [Aracajú] Typ. do Jornal do Aracajú.

Relatório com que o exm. snr. dr. Antonio dos Passos Miranda abriu a Assembleia Legislativa Provincial de Sergipe no dia 2 de março de 1874. [Aracajú] Typ. do Jornal do Aracajú [n.d.].

Relatório com que o exm. smr. [sic] presidente, dr. João Ferreira d'Araujo Pinho, abriu a Assembléa Legislativa Provincial de Sergipe no dia 1.o de março de 1876. [Aracajú] Typ. do Jornal do Aracajú [n.d.]



